DAYANA LILIAN ROSA MIRANDA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E A VISÃO DOS SUJEITOS EM DOIS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, da Universidade do Estado de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestra em Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Martins.

Florianópolis, SC
2015

M672p Miranda, Dayana Lillin Rosa
Políticas públicas para a agricultura familiar e a visão dos sujeitos em dois municípios do Vale do Ribeira - Paraná / Dayana Lillin Rosa Miranda. – 2015.
181 p. il. ; 21 cm

Orientador: Pedro Martins
Bibliografia: p.171-181
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e desenvolvimento socioambiental, Florianópolis, 2015.

1. Políticas Públicas. 2. Agricultura familiar - Paraná. 3. Desenvolvimento rural – Paraná. I. Martins, Pedro. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e desenvolvimento socioambiental . III. Título.

CDD: 350.847 - 20. ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

DAYANA LILIAN ROSA MIRANDA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E A VISÃO DOS SUJEITOS EM DOIS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental junto ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – MPPT da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2015.

Prof. Dr. Francisco Henrique de Oliveira
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Orientador:
Doutor Pedro Martins
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:
Doutor Júlio Carlos Bittencourt Veiga da Silva
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

Membro:
Doutor Fábio Luiz Búrigo
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:
Doutora Gláucia de Oliveira Assis
Universidade do Estado de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração primeiramente a Deus e ao meu anjo da guarda por estarem com sua luz sempre a iluminar meus caminhos e meus passos.

Agradeço à UDESC pela oportunidade de cursar o mestrado, pela bolsa de estudos concedida pelos dois anos de pesquisa, pela FAPESC por custear minhas idas à campo, pelo quadro de professores do MPPT que se mostraram sempre prestativos e abertos ao diálogo, especialmente ao professor Francisco de Oliveira e ao meu orientador Pedro Martins.

Agradeço a todos os agricultores familiares, poder público local e amigos do Vale do Ribeira – PR, em especial a Rita Rosana, o Aleixo Selinski e o Brás Portes, pela atenção, carinho e prestatividade nos vários momentos desses anos de trabalho no Vale.

Agradeço aos membros da banca por fazerem parte dessa etapa da minha vida, Fábio Burigo, Gláucia Assis e especialmente ao Julio Veiga e Silva, por despertar em mim o amor pela terra e pela simplicidade contida no campo, desde os tempos da graduação, me auxiliando sempre que precisei.

Agradeço a minha família, mãe, vó, tio, primas e irmã, e aos meus amigos do peito, minha família que Deus me permitiu escolher, por me apoiarem, me amarem e acreditarem no meu sonho e no meu ser.

Agradeço aos verdadeiros amigos que fiz em Florianópolis e que levarei para a vida inteira, em especial a Marúcia Zucareli, que é hoje como uma irmã pra mim, a Giully de Oliveira, pela sensatez nos vários momentos de apoio, pela parceria e pela sinceridade e agradeço também ao Sergio Barros Noronha, um companheiro que tive em dias fáceis e em dias difíceis dessa minha estada, por seu apoio e doação incondicional.

Sou muito grata ainda aos belos e lindos dias de sol, a energia maravilhosa que essa ilha têm, a experiência inigualável que foi esses dois anos em que pude morar nesse paraíso e aprender um pouco mais sobre valores, sobre a vida e seu verdadeiro sentido. Gratidão.

Quando aceitamos pensar a técnica em conjunto com a política e admitimos atribuir-lhe outro uso, ficamos convencidos de que é possível acreditar em uma outra globalização e em um outro mundo. O problema central é o de retornar o curso da historia, recolocando o homem no seu lugar central.

Milton Santos

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi o de investigar a relação das políticas públicas ligadas à agricultura familiar com o desenvolvimento rural e a manutenção da atividade no Vale do Ribeira – Paraná, especificamente nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu. A presente proposta buscou compreender paradigmas que envolvem atualmente a atividade agrícola de pequena escala e a sua sobrevivência frente ao sistema hegemônico instalado para, quiçá, despertar olhares que levarão a repensar práticas e modelos, numa perspectiva de salvaguarda da atividade e dos recursos humanos e naturais envolvidos. A problemática de pesquisa reside na investigação dos efeitos das políticas públicas de apoio, manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar na perspectiva da visão dos sujeitos. Os conceitos norteadores que embasaram o referencial teórico da pesquisa foram construídos a partir da Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Rural e das Políticas Públicas, tomando como dimensão o conjunto de programas e ações governamentais voltados para realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados ligados à categoria. Aplica-se na pesquisa uma abordagem qualitativa de estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores familiares e poder público local. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de mudança do panorama de desenvolvimento rural adotado desde a criação e legitimidade da categoria da agricultura familiar até os tempos atuais, assim como a imprescindibilidade de aprimoramento e melhoria nas políticas públicas atuais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural, Vale do Ribeira.

ABSTRACT

The main idea of this dissertation was to investigate the relationship of public policies related to family farms with the rural development and its maintenance of activity specifically in the municipalities of Rio Branco do Sul and Itaperuçu. This proposal sought to understand paradigms that involve currently the agricultural activity of small scale and their survival against the hegemonic system installed for, perhaps, awakening glances that will lead to rethink practices and models, with a view to safeguarding activity and of human and natural resources involved. The research relies in the investigation of the effects of public policies to support, maintenance and development of rural family on vision of the subjects. The guiding concepts that underlie the theoretical framework of the research were based on the Family Farms, Rural Development and Public Policies, considering the government programs and actions used toward achievement of objectives socially relevant and politically determined to frame the rural family into a category. Applies to research a qualitative approach of the case study, with semi-structured interviews carried out with family farmers and local public authorities. The results of the survey point to a reality in which there is a need to change the panorama of rural development adopted since the creation and legitimacy of category of family agriculture up to the current times, as well as the absolute need for enhancement and improvement in current public policies.

Keywords: Rural Development, Public Policy, Family Farming, Vale do Ribeira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do Território do Vale do Ribeira – Paraná..... 67
Figura 2 - Paisagem Vale do Ribeira – PR 70
Figura 3 - Plantação de *Pinus* Vale do Ribeira – PR. 71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades e distribuição de recursos PAA.....109
Quadro 2 - Diretrizes do PNAE. 121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PAA	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRODELAR	Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira
PRÓ-RIBEIRA	Programa de Apoio à População Carente do Alto Ribeira
PRÓ-RURAL	Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PARANÁ RURAL	Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição em Microbacias Hidrográficas
PRONATER	Programa de Desenvolvimento do Território do Vale do Ribeira
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
APRAFI	Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Itaperuçu
ACARS	Conselho Municipal e Desenvolvimento Agrícola de Rio Branco do Sul
INCRA	Unidade Municipal de Cadastramento Rural de Itaperuçu
Rio Sul	Associação dos Produtores de Rio Branco do Sul
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Itaperuçu
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CAI's	Complexos Agroindustriais
ASCAR's	Associações de Créditos e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IAPAR	Instituto Agronômico do Paraná
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Extensão Rural
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEASA	Central de Abastecimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
ATER	Assistência Técnica Rural
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....21

2 CAPÍTULO I - TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....35

2.1 INTRODUÇÃO.....35

2.2 AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR.....35

2.3 DESENVOLVIMENTO RURAL.....45

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS.....54

3 CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: PARADIGMAS, DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS.....65

3.1 INTRODUÇÃO.....65

3.2 O TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA – PR.....65

3.2.1 Dados socioeconômicos da região.....68

3.2.2 Colonização, formação do território e o sentimento de pertencimento dos pequenos agricultores locais.....73

3.3 RECORTES DA PESQUISA: OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS...98

3.3.1 Rio Branco do Sul.....76

3.3.2 Itaperuçu.....79

3.4 O PASSADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O IMPACTO NA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO.....81

3.5 O CENÁRIO ATUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS.....87

3.5.1 Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF.88

3.5.1.1 Dados e visão dos sujeitos locais sobre o PRONAF.....95

3.5.2 Programa Nacional de Aquisição de Alimentos - PAA.....105

3.5.2.1 Dados e visão dos sujeitos locais sobre o PAA.....111

3.5.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.....120

3.5.3.1 Dados e visão dos sujeitos locais sobre o PNAE.....124
3.5.4 Outras políticas públicas mapeadas.....131
3.6 AGRICULTURA FAMILIAR E A VISÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS.....135
4 CAPÍTULO III – A PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS E A REALIDADE *IN LOCO* 145
4.1 INTRODUÇÃO.....145
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR EM RIO BRANCO DO SUL E ITAPERUÇU.....146
4.3 AGRICULTURA FAMILIAR: UM BALANÇO.....160
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....167
REFERÊNCIAS.....171

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é investigar a relação das políticas públicas ligadas à agricultura familiar com o desenvolvimento rural e a manutenção da atividade no território do Vale do Ribeira – Paraná a partir da visão dos sujeitos envolvidos, tomando como objeto de estudo especificamente os municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, em vias de verificar a referida contribuição de tais políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural e manutenção da atividade agrícola de pequena escala na localidade, assim como o cumprimento dos objetivos previstos. Assim sendo, as principais políticas analisadas são o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

As características geográficas relativas ao relevo e condições do solo na região do Vale do Ribeira - PR denotam certas limitações ao modo de produção, manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar. Os processos de cultivo são desenvolvidos com a utilização de pouca tecnologia, em sistemas tradicionais de queimada e pousio, realizadas em solos rasos e declivosos. O relevo acidentado, a pouca tecnologia e a força de trabalho predominantemente braçal dificultam sumariamente a condução de lavouras anuais. Com pouca disponibilidade de mão-de-obra – oriunda exclusivamente das famílias locais - existe pouca diversidade de produção e baixa sustentação das unidades produtivas no âmbito familiar, fato que foi progressivamente se agravando devido à instalação e disseminação da silvicultura ou megassilvicultura – monocultura extensiva do *Pinus* e do *Eucalyptus* no território. Tal modelo produtivista representou uma tentativa de enquadramento de uma matriz tecnológica que se mostrou inadequada para a agricultura familiar local e características físicas presentes no território.

Acredita-se que as transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura ocasionou grande vulnerabilização da agricultura familiar local - principalmente nos dois municípios enfocados na presente pesquisa, levando os agricultores familiares a se inserirem crescentemente na dinâmica do mercado, vendendo sua mão de obra ou arrendando suas terras para o cultivo extensivo do *Pinus elliottii (Engelm)* e do *Eucalyptus saligna (Sm),* fato que acarretou em uma realidade social complexa e multifacetada que envolve atualmente os agricultores familiares locais e sua reprodução social. Em decorrência disso, tal processo fez com que muitos desses atores perdessem a autonomia do processo produtivo e a tradição do saber fazer e produzir os seus próprios alimentos, levando uma considerável parcela de agricultores familiares a um processo contínuo de abandono das áreas rurais e mudança nas relações de trabalho.

A pesquisa parte, portanto, das transformações ocorridas na agricultura familiar desde a época da "Revolução Verde[1]", ocasionadas pela implantação e disseminação da atividade de megassilvicultura no território, assim sendo, perpassando aos tempos atuais, de forma a revelar os efeitos das políticas públicas de apoio, manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar na perspectiva da visão dos sujeitos, e como elas poderiam ser otimizadas.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa teve origem em minha trajetória acadêmica e profissional, com temas relacionados ao desenvolvimento rural, agroecologia, arranjos produtivos locais e grupos rurais tradicionais, que fez crescer a

[1] A partir de meados da década de 1960, vários países latino-americanos engajaram-se na chamada "Revolução Verde", fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos sintéticos, de variedades de sementes de alto rendimento com melhorias genéticas, da irrigação e da mecanização, criando a ideia de uma agricultura verde, com a utilização de "pacotes tecnológicos" Almeida (1997).

necessidade de compreender os diferentes modos das relações humanas, seus distintos contextos de organização social e suas transformações ligadas à natureza e ao território. Foi a partir de experiências vivenciadas na região do Vale do Ribeira – PR por cinco anos consecutivos que se firmou a constatação de que mudar realidades de vida para melhor e quebrar paradigmas é notadamente possível.

Contraditórios são, porém, os tão belos cenários de natureza exuberante e rica e a presença de tanta injustiça e desigualdade social no território. Ao me deparar frente à difícil realidade enfrentada pelos remanescentes de agricultores locais, hoje agricultores familiares, seus anseios, necessidades, trajetórias de vida e problemáticas enfrentadas diariamente pelos "homens e mulheres da terra", foi que me vi determinada a pesquisar sobre os complexos desafios de se alcançar a harmonia entre a sociedade e a preservação da natureza em meio à realidade do sistema capitalista atual, caracterizado por explorações e injustiças sociais e determinado por um modo de produção que se faz presente globalmente – o da "tirania do dinheiro[2]", a fim de direcionar olhares que possam vir a contribuir para uma lógica de desenvolvimento rural sustentável e mudança do panorama atual.

Relacionado ao universo de pesquisa, abrange-se, portanto, a região do território do Vale do Ribeira, compreendendo sua porção territorial localizada no estado do Paraná. A região destaca-se pelo alto grau de preservação de suas matas e por grande diversidade ecológica, em um conjunto de áreas remanescentes de Mata Atlântica e manguezais. Uma disparidade frente ao rico patrimônio ambiental é ser o Vale historicamente uma das regiões mais pobres dos estados de São Paulo e Paraná, na porção territorial que compreende a região

[2] Milton Santos em seu livro Por Uma Outra Globalização, utiliza-se do termo "tirania do dinheiro" em referencia às finanças que movem a economia e as deformam, levando seus tentáculos a todos os aspectos da vida.

total do Vale. Os principais ciclos econômicos que se instalaram no lugar ao longo da história, transformaram o Vale do Ribeira em um fornecedor de recursos naturais de baixo custo, explorados sem qualquer respeito ao patrimônio ambiental e cultural e sem a geração ou transferência de benefícios para a população residente.

O recorte do objeto de estudo abrange dois dos sete municípios que compõem a região do Vale do Ribeira – PR, sendo estes os municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu. Dada a proximidade com a capital, Curitiba, estes municípios foram alvo da exploração de seus recursos naturais por grandes empresas instaladas na região nas décadas de 1960 e 1970, em particular a extração de minérios pela Votorantim Cimentos para a produção de cimento e, a extração de madeira de reflorestamento para produção de madeiras em tora pela Trombini Industrial S/A. Assim, Rio Branco do Sul e Itaperuçu sofreram, ao longo do tempo, sérios impactos na atividade agrícola local.

A literatura já produzida sobre o tema abordado na presente dissertação, caracterizada aqui pela revisão temática que apresenta o estado da arte da presente pesquisa, é estruturada em três principais eixos temáticos de análise, sendo organizada como: (i) Agricultura Familiar, compreendendo as transformações ocorridas na atividade ao longo do tempo e especificidades relacionadas ao objeto de estudo em questão, sendo exploradas as fontes: Guimarães (1977) – que faz alusão aos processos de tomada e ocupação das terras brasileiras desde o período colonial até a situação enfrentada na contemporaneidade, Wanderley (1985) – que discorre sobre a temática agricultura familiar em sua generalidade; Almeida (1997) – que faz alusão à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, Silva (2003) – que aborda as bases da construção da agricultura brasileira a partir da modernização da agricultura, e Schneider (2010) - que toma por base o panorama

atual da agricultura familiar; (ii) o Desenvolvimento Rural, depreendendo aspectos relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável e Desenvolvimento Territorial, sendo as principais fontes levantadas: Navarro (2001) – que define e questiona as bases sustentáveis do desenvolvimento, Moreira & Carmo (2004) – que abordam a temática agricultura familiar casada ao desenvolvimento rural, Altieri (2004) – que define modelos e padrões acerca da temática, e Abramovay (2010) – que perpassa por bases filosóficas do tema; e, por fim, (iii) as Políticas Públicas, compreendendo alguns aspectos gerais e suas interfaces com a agricultura familiar, explorando as fontes: Sabourin (2007) – que questiona as bases e o funcionamento atual das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, Guanziroli (2007) – que perpassa por um panorama geral nacional, e Bonnal & Kato (2011) e Cazella (2012) – que apresentam uma visão holística e atual das políticas públicas abordadas.

Em consonância com os objetivos propostos, embasam a pesquisa as seguintes perguntas de partida: 01. Quais políticas públicas de apoio, desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar encontram-se em vigência no território, compreendendo o objeto de estudo enfocado? 02. Quais políticas públicas se adequam à realidade encontrada pelos agricultores familiares nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu (PR) no sentido de apoiá-los efetivamente no desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar? 03. Qual é a percepção geral dos atores envolvidos nas transformações ocorridas e no processo em que se encontra o panorama atual da agricultura familiar no território?

Em se tratando da problemática de pesquisa, tem-se o seguinte questionamento: Quais foram os efeitos das políticas públicas de apoio, manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar praticadas no território enfocado na perspectiva da visão dos sujeitos, e como elas poderiam ser otimizadas?

Por conseguinte, como objetivo geral da pesquisa buscou-se investigar a relação das políticas públicas ligadas à agricultura familiar com o desenvolvimento rural e a manutenção da agricultura familiar no território do Vale do Ribeira – Paraná a partir da visão dos sujeitos envolvidos, tomando como objeto de estudo especificamente os municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu. Já os objetivos específicos compreendem: (i) a caracterização das políticas de apoio, desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar em vigência nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu (PR); (ii) a análise na perspectiva da visão dos sujeitos das políticas públicas mapeadas frente à realidade encontrada pelos agricultores familiares; e (iii) a identificação da visão dos sujeitos acerca das transformações ocorridas e do estado atual da agricultura familiar no território.

Ressalta-se a importância e dimensão que representa na atualidade estudos que venham contribuir para a discussão acerca da temática agricultura familiar nacional, em termos não somente econômicos, mas também ambientais, sociais e políticos, visando o desenvolvimento dos territórios rurais e sustentabilidade do meio.

Em se tratando especificamente do Vale do Ribeira – Paraná tem-se a importância da agricultura familiar tradicional para a região tendo em vista que esta foi a forma de produção e trabalho que se territorializou e se apropriou historicamente do espaço rural; fator que instiga a pesquisa sobre o processo de mudança da estrutura das atividades econômicas, do emprego, das relações ambientais, sociais e culturais ocorridas no processo com o passar do tempo. Justifica-se o recorte da pesquisa pelo fato dos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul serem atualmente os municípios mais afetados em relação ao cerne da problemática da pesquisa, ou seja, são os dois municípios dentre os sete que compõe a região do Vale do Ribeira que, devido também a sua proximidade com a capital,

mais sofreram impactos negativos com a instalação das monoculturas de *Pinus* e *Eucalyptus*, acarretando em uma maior vulnerabilização da agricultura familiar local.

No contexto geral da problemática de pesquisa, entende-se que existe a necessidade de que as políticas públicas atuais direcionem esforços efetivos em prol do desenvolvimento rural do território e da mudança deste tipo de "desenvolvimento instalado", com efetiva participação dos atores envolvidos, para que esta situação de vulnerabilidade dos agricultores familiares não atinja níveis em que as problemáticas sociais, econômicas e ambientais tornem-se ainda maiores. Neste sentido, Schneider (2005) ressalta que:

> As discussões sobre o desenvolvimento rural têm procurado novos enfoques, especialmente para dar conta das questões relacionadas à sustentabilidade social e ambiental e a participação dos atores. Para incorporar estas novas dimensões, os estudiosos vêm propondo que o desenvolvimento rural passe a focalizar os territórios e suas dinâmicas. A partir desta preocupação surgem as abordagens territoriais do desenvolvimento rural, cuja preocupação passaria a ser a projeção espacial dos processos sob o ângulo das interações sociais, políticas, econômicas e institucionais (p.1).

Sendo assim, acredita-se que o desenvolvimento sustentável do território – compreendendo o desenvolvimento econômico, social, político e ambiental - poderá ser alcançado, entre outras medidas, com uma mudança de enfoque na aplicação das políticas públicas. Abramovay (1998), debatendo as bases centrais sobre as quais deve ocorrer a formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento rural, destaca a necessidade de criar condições que alterem o ambiente institucional local e regional, de forma a serem reveladas as potencialidades de cada território. A abordagem territorial é, portanto, analisada como categoria interessante para se pensar alternativas que possam vir a ter implicações no desenvolvimento e na definição de políticas públicas e diretrizes

de planejamento e gestão ligadas ao desenvolvimento rural e à sustentabilidade do território como um todo.

Como resultado, espera-se que tais discussões promovam reflexões e fomentem estratégias a fim de melhor organizar os processos político-institucionais ligados à agricultura familiar e sua dinâmica socioprodutiva, atuando como componentes básicos do planejamento territorial na busca do desenvolvimento econômico, na diminuição das desigualdades sociais e na preservação do meio ambiente.

A metodologia de pesquisa procurou responder a questões urgentes ligadas ao cenário atual da agricultura familiar local, verificando como os principais instrumentos legais, responsáveis pela garantia, manutenção e desenvolvimento da atividade estão sendo atualmente implantados e desenvolvidos, e de que modo tal aplicação vem surtindo efeito para o alcance dos objetivos propostos por tais políticas públicas.

Segundo Minayo (2001, p.16) o início da investigação científica se dá a partir da formulação de um problema associado aos conhecimentos anteriores adquiridos pelo pesquisador que a orienta, a partir de proposições, dados e conceitos que possibilitam uma reflexão acerca de um tema.

Sendo assim, pelo fato do estudo ser dotado de variáveis sociais diretamente vinculadas à necessidade de análise aprofundada de casos específicos, envolvendo por sua vez a percepção dos atores, optou-se por adotar a pesquisa qualitativa dada à percepção aproximada da natureza dos fenômenos observados. Segundo Dencker (2001, p. 97), “a metodologia qualitativa permite uma análise das causas, condições e frequência de determinadas situações sociais, permitindo a compreensão de problemas, estruturas, sistemas e processos”. Para Creswell (2010), a pesquisa qualitativa é um meio de se explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano, sendo a coleta e análise dos dados construída a partir das particularidades dos

temas, com foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de determinada situação. Flick (2013) acrescenta que a pesquisa qualitativa está em primeiro lugar interessada em dados menos condensados, permanecendo os dados originais disponíveis de maneira não filtrada, propiciando, desta forma, uma análise realista e mais aprofundada da estrutura central do problema de pesquisa.

Como estratégia da pesquisa, optou-se por adotar a abordagem de estudo de caso, pelo fato desta ser uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade ou um processo (Creswell, 2010). Yin (2001) acrescenta que, como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Sendo assim, acredita-se que tal estratégia permitiu uma compreensão mais aproximada acerca da complexidade dos processos que envolveram o panorama atual da agricultura familiar local sob a ótica dos atores envolvidos, acarretando no melhor entendimento sobre a natureza geral da questão ao passo que abriu espaço para discussões e interpretações.

A coleta dos dados foi feita através de um roteiro de entrevista juntamente com a gravação das entrevistas, seguido da transcrição literal das informações e complementadas pelo diário de campo, construído a partir das visitas a campo. A técnica de recolhimento de dados se deu sob a forma de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram coletados junto a agricultores e agricultoras familiares, gestores intermediários dos programas de governo e ao poder público local, representando estes atores chave - lideranças comunitárias de agricultores familiares e técnicos/ servidores públicos relacionados à área. As entrevistas foram realizadas com os agricultores nos encontros mensais das Associações de Agricultores e Trabalhos Rurais dos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, que ocorrem respectivamente toda última

quarta e última sexta-feira de cada mês, bem como com os gestores intermediários e representantes do poder público local mediante visitas pré-agendadas. Acredita-se que este método elucidou mais sobre os processos de construção das realidades por parte dos entrevistados, considerando as situações e episódios das experiências vivenciadas que se mostraram relevantes para a questão em estudo.

Em se tratando do público-alvo da pesquisa, realizaram-se, no total, 29 entrevistas com sujeitos ligados à agricultura familiar local, divididos em três categorias distintas. Entre estes, fora separado uma população de 05 gestores municipais, representantes do poder público local, compreendendo um técnico e uma técnica do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER sendo uma de Rio Branco do Sul e outro de Itaperuçu, um dirigente da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente de Itaperuçu e de Rio Branco do Sul, e um gestor da Unidade Municipal de Cadastramento Rural de Itaperuçu - INCRA, totalizando, portanto, 05 entrevistas com representantes e gestores do poder público local. Foram identificados ao longo da pesquisa também os gestores intermediários dos programas de governo, sendo, portanto, criada esta categoria. Os gestores intermediários tem a agricultura familiar como sendo a sua principal atividade econômica para geração de renda, ao mesmo tempo em que são gestores locais dos programas de governo que são repassados aos órgãos representativos da classe (associações e sindicatos locais de agricultores), sendo então fornecedores de alimentos para os programas de governo e ao mesmo tempo gestores destes programas, responsáveis pela organização e distribuição de alimentos nos municípios via PAA. Nesta categoria foram entrevistados 04 gestores intermediários, sendo o presidente da Associação do Conselho Municipal e Desenvolvimento Agrícola de Rio Branco do Sul - ACARS, um representante da Associação dos Produtores de Rio Branco do Sul - Rio Sul, o presidente da Associação de Produtores Rurais da Agricultura

Familiar de Itaperuçu – APRAFI e, por fim, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Itaperuçu – SINTRAF. Em se tratando dos sujeitos e lideranças locais ligadas à agricultura familiar, foram realizadas 15 entrevistas com agricultores e agricultoras familiares (lavradores), sendo 10 entrevistas com agricultores (as) de Rio Branco do Sul – residentes das comunidades de: (i) Capirú dos Poli, (ii) Campina dos Pintos, (iii) Boqueirão da Serra, (iv) Tacaniça dos Costa, e (v) Tigrinho; bem como 05 entrevistas com agricultores (as) de Itaperuçu – residentes das comunidades de (i) Barro Branco, (ii) Caçador, e (iii) Açungui do Meio. Foram realizadas ainda 02 entrevistas com funcionários das Cresois locais, 01 entrevista com o gerente do Banco do Brasil responsável pelo repasse do PRONAF para ambos os municípios e ainda 02 entrevistas com as nutricionistas das Secretarias Municipais da Educação de ambos os municípios responsáveis pela formulação dos cardápios do PNAE.

Destaca-se que, a fim de responder o primeiro objetivo específico proposto, que se dá pela caracterização das políticas públicas ligadas à agricultura familiar no âmbito do objeto de estudo abordado, sucedeu-se uma análise da normativa das políticas atualmente em vigência no território e legislação vigente, confrontando as informações obtidas com os relatos das entrevistas realizadas, respondendo, desta forma, ao segundo objetivo específico, que consiste em analisar, na perspectiva da visão dos sujeitos, as políticas públicas frente à realidade encontrada pelos agricultores familiares. Nas entrevistas, foram formuladas perguntas abertas que identificaram as percepções dos atores acerca das transformações ocorridas e do estado atual da agricultura familiar no território, assim como a percepção dos sujeitos acerca das políticas públicas em vigência, respondendo desta forma ao terceiro objetivo específico proposto. Casando as informações obtidas empiricamente ao referencial teórico-temático obteve-se então as considerações finais da dissertação, cujos resultados permitiram verificar quais as principais

contribuições das políticas públicas atuais na visão dos sujeitos e como o panorama atual da agricultura familiar local poderia ser melhorado a partir desse viés de discussão, sob a ótica do universo de pesquisa enfocado.

Em se tratando da análise e interpretação dos dados, entende-se que esta fase consiste em olhar atentamente para os dados da pesquisa. Mynayo (1992) aponta três finalidades primordiais que abrangem esta etapa, sendo elas: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e, por fim, responder às questões formuladas ampliando o conhecimento sobre o assunto pesquisado. Como estratégia de análise e interpretação de dados, utilizou-se a técnica de caracterização da pesquisa, compreendendo categorias gerais e específicas, definindo, portanto, categorias a serem investigadas seguido da classificação dos dados encontrados no trabalho de campo. Para Gomes (2001) as categorias são empregadas para se estabelecer classificações, de forma a agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger a totalidade do enfoque da pesquisa. Neste sentido, a caracterização geral da pesquisa se deu através da análise das normativas das políticas públicas enfocadas e da bibliografia que discute o tema, sendo então posteriormente criadas as categorizações específicas a partir da recorrência de afirmações e negativas presentes nas respostas das entrevistas e informações obtidas em campo.

O presente estudo encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado "*Trajetórias e desafios da agricultura familiar*" trata da revisão teórico-temática da pesquisa, em um breve resgate da trajetória histórica dos embates sociopolíticos acerca do desenvolvimento rural a partir da modernização da agricultura brasileira, de forma a articular os temas agricultura familiar, desenvolvimento rural, territorial e sustentável e políticas públicas, fazendo assim uma

aproximação teórica do atual quadro social, econômico, ambiental e político ligado à agricultura de base familiar no que se refere ao universo de pesquisa enfocado. Ao que segue, o Capítulo II da dissertação denominado como "*As políticas públicas no contexto de desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar: paradigmas, desafios e controvérsias*" aborda o universo de estudo em questão, apresentando um panorama geral das políticas públicas que configuraram impactos no desenho do território e caracterizando brevemente as atuais políticas públicas de apoio e manutenção da agricultura familiar mapeadas, contemplando ainda a análise dos dados coletados e experimentos realizados (dados empíricos) ao longo da pesquisa. Por fim, o Capítulo III: *"A percepção dos atores envolvidos e a realidade in loco"* revela o tratamento dos dados e experimentos apresentados no capítulo II, em articulação com o conteúdo teórico-temático do capítulo I, compondo, portanto, a terceira e última parte da dissertação que caracteriza-se sumariamente pela análise dos dados seguida das considerações finais da pesquisa realizada.

2 CAPÍTULO I: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo que aqui se mostra objetiva apresentar o referencial teórico-temático do estudo, a fim de mostrar como o universo da pesquisa foi abordado na literatura existente e clarear aspectos inerentes à sua análise e categorização à luz das teorias e temas relativos à pesquisa.

Partindo do pressuposto de que a revisão teórico-temática permite o aprofundamento da compreensão da dinâmica do tema, mostrando o que tem sido produzido no campo, a produção existente sobre o tema e a forma como esse tema vem sendo abordado, os assuntos tratados no presente capítulo apresentam, em sua generalidade, a mudança no panorama da agricultura contemporânea desde a época da modernização da agricultura até os tempos atuais, perpassando questões relativas ao desenvolvimento rural e sustentável do território e as variáveis que envolvem o cenário, assim como os modelos de políticas públicas de apoio e manutenção da agricultura familiar implantados no território.

Destaca-se que busca-se relativizar acerca dos múltiplos aspectos que envolvem a temática, analisando, sobretudo de forma teórica, as possíveis causas dos conflitos socioambientais que envolvem na atualidade os remanescentes de agricultores familiares e a manutenção da atividade no território enfocado.

2.2 AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR

Como início da abordagem do presente referencial teórico-temático, procura-se fazer um breve resgate da literatura produzida relacionada ao panorama agrícola nacional e os embates sociopolíticos em torno do desenvolvimento rural a partir da modernização da agricultura brasileira, a fim de dar

sustentação ao arcabouço teórico e a posteriores discussões acerca da agricultura familiar, às políticas públicas correlacionadas e ao desenvolvimento rural no que tange ao objeto de estudo enfocado.

Tomando por base a obra de Silva (2003), nascia nos anos 1950 no Brasil um planejamento sistemático da economia pautado nas missões econômicas norte-americanas realizadas no Brasil no final da década de 1940 - no contexto do projeto nacionalista de Getúlio Vargas e na estratégia de desenvolvimento pensada pela então Comissão Econômica para América Latina – CEPAL. A estratégia baseava-se na promoção de matéria-prima por conta do setor agrícola nacional visando o desenvolvimento da indústria e a consequente redução das importações, vindo então a agricultura "sustentar" a crescente população urbana no Brasil, assim como gerar as receitas cambiais através de exportações de produtos primários. Sob a ótica de Bosseti (2013) a ideia era que a agricultura desempenhasse um papel subsidiário na industrialização do país, gerando divisas no campo da exportação, alimentos baratos no mercado interno e, ainda, constituísse num mercado consumidor de artigos industriais.

Porém, a dimensão da problemática tornava-se maior do que a insuficiência da oferta interna de alimentos, seus efeitos sobre os saldos cambiais e os custos da produção industrial, pois a burguesia industrial defendia a necessidade de ampliação do mercado interno para assegurar o consumo das indústrias nascentes – produtos manufaturados, sem levar em consideração que a produção capitalista não se dava tanto em função dos bens de consumo final, mas sim dos meios de produção (Silva, 2003), ou seja, a necessidade de insumos, matérias-primas, mão de obra, maquinário, construções, entre outros, gerando uma

verdadeira “produção para produção”; era a chamada internalização do setor produtor de capital – D1[3].

A partir disso, sob a visão de Silva (2003), se consolida nos anos 1960 o início da industrialização/modernização da agricultura no Brasil, gerando o que se pode chamar de divisão social do trabalho e de transformação das condições dos antes agricultores, agora em operários assalariados do capitalismo, caracterizando uma perda gradativa da auto-suficiência agrícola de que dispunha o meio rural em substituição dos meios de produção como máquinas e insumos para o campo. Na concepção de Garcia Jr. & Grynszpan (1999) a organização produtiva e os circuitos comerciais foram estruturados de tal modo que à formação social brasileira caberia sempre um papel subordinado na divisão internacional do trabalho: a emancipação do Brasil contemporâneo encontrava seu limite na herança do Brasil Colonial.

Por sua vez, na década de 1970, durante a ditadura militar, surge uma política nacional voltada para a agroindústria, sob o domínio do capital industrial financeiro e ao processo global de acumulação, marcando assim a fase de constituição dos complexos agroindustriais (CAIs), como define Silva (2003), sob a forma de junção e concentração de capitais industriais, dando origem às associações limitadas, cooperativas rurais, sociedades anônimas, entre outras. Segundo o autor, tal fato marca o início de uma forte concentração de propriedade da terra, em que a evolução da estrutura fundiária no país é reafirmada no sentido concentrador e excludente.

Guimarães (1977), em sua obra intitulada “Quatro Séculos de Latifúndio”, considerou o latifúndio brasileiro como a herança de uma estrutura constituída no Brasil durante o período colonial. Guimarães destaca que o latifúndio e o Brasil nasceram praticamente juntos, dada implantação das capitanias

[3] Utilizava-se o termo D1 para definir o conjunto de setores produtores de bens de capital e insumos.

hereditárias e concessão de terras que formou a ocupação do território, juntamente com a herança cultural que moldou a estrutura sociológica e histórica e favoreceu a manutenção de uma concentração de terra que pendura até os dias atuais. Ele defende que mesmo com a ascensão do capitalismo, a lógica ainda não havia sido rompida, pois as relações sociais de produção no campo continuavam sendo coloniais. A mesma linha de raciocínio é defendida por autores como Antônio Cândido (1977), José de Souza Martins (1986) e Caio Prado Junior (1979), que reiteram que, ao longo da história da agricultura brasileira, a distribuição desigual da propriedade da terra é fato determinante para o acentuado grau de concentração da propriedade fundiária, o que caracteriza a generalidade da estrutura agrária brasileira contemporânea.

Sob a concepção de Bianchini (2010) o Estado interviu e reorganizou o cooperativismo por um novo ciclo de desenvolvimento, pautado na priorização do modelo modernizador que propiciou a criação, na década de 1970, de órgãos importantes como a EMBRAPA com seus centros regionais de pesquisa especializados, da EMBRATER, cujo objetivo foi unificar as Associações de Créditos e Extensão Rural (ASCARs), no Paraná, a criação do IAPAR, como centro estadual de pesquisa integrado em rede com a EMBRAPA e a EMATER – PR, que incorporou a ACARPA, integrado à EMBRATER e ao SIBRATER (Sistema Brasileiro de Extensão Rural), entre outros.

Segundo o mesmo autor, criou-se também o Sistema Nacional de Crédito Rural, com altos subsídios de crédito destinados ao atendimento de determinados produtos, concentrando-se regionalmente (Sul e Sudeste do Brasil) e em determinadas categorias de agricultores (médios e grandes agricultores), priorizando assim a agroindústria através do financiamento de compra de máquinas, sementes, agroquímicos e demais insumos.

O intento modernizador previa, então, a substituição de elementos produzidos internamente por insumos e tecnologias importadas, que eram facilmente adquiridas pelo acesso ao crédito rural determinando, desta forma, o endividamento e a dependência dos agricultores, somando assim aos primeiros indícios do caráter excludente da denominada por muitos autores[4] como "modernização conservadora" da agricultura brasileira.

Segundo Balsan (2006), junto ao processo de difusão da modernização do setor agrícola, ocorre um processo de especialização da agricultura em escala nacional. Em determinadas regiões desenvolveu-se e modernizou-se a produção de culturas que, embora presentes em economias familiares são consideradas típicas de uma agricultura comercial, a exemplo a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo e o café, nas regiões Nordeste e Sudeste, e o arroz, o trigo, a soja e a uva, na região Sul. Silva (2003) expõe que, com isso, crescem os cultivos de grande escala baseados nas monoculturas[5], determinados pela demanda econômica e interesses de agentes externos. As alterações no modo de produzir e organizar a produção agrícola nacional incitou então uma reorganização do espaço geográfico, adequando-o às novas condições de produção definidas, em geral, pelos interesses do Estado e dos grandes grupos econômicos capitalistas.

Assim, em virtude desta "simplificação" do sistema de produção baseado em monocultivos, ocorre uma instabilidade

---

[4] Alguns deles são: Alberto Passos Guimarães (1977); Wanderley (1985); Graziano da Silva (2003); Souza et al. (2006);

[5] A monocultura é típica da abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e aqueles baseados em tecnologia são maximizados, visando o aumento da eficiência produtiva, determinada, portanto, pelo cultivo intensivo do solo, aplicação de fertilizantes inorgânicos, irrigação, controle químico de pragas e variedades especializadas de plantas (Molina & Gúsmán, 1993).

do ponto de vista ecológico, necessitando de maiores intervenções de produção, com a utilização de agroquímicos para controlar os sintomas desta simplificação (pragas, doeças, ervas daninhas), tornando-se o agricultor um consumidor dos insumos industriais e dos alimentos deste setor, ficando então dependente a “montante e a jusante”.

Na visão de Almeida (1997) a integração da agricultura à indústria não significa, simplesmente, uma mudança de ordem quantitativa (comprar, produzir e vender mais), mas também uma transformação radical das estruturas internas do país e dos sistemas de produção da agricultura familiar (espaciais, de produção e comercialização, assim como sociais).

Silva (2003) explica que, dado o foco de produção ser voltado à exportação, aqueles produtos mais valorizados para este fim propiciaram ao país um processo de modernização e crescimento econômico do setor, porém de forma espacializada, ocorrendo pontualmente em determinados locais e regiões, consideradas na época como prioritários os principais centros econômicos do país, ao passo que deixava outras à margem do processo.

No entanto, há de se convir que, para a região Sul e Sudeste do Brasil principalmente, esse período proporcionou desenvolvimento no setor agrícola brasileiro, tornando o país um exportador de produtos primários através da venda de milhares de toneladas de alimento ao estrangeiro.

Almeida (1997) defende que a via de desenvolvimento foi tomada de empréstimo pela transferência do processo de industrialização dos países considerados “ricos” e avançados industrialmente para os países do “terceiro mundo”, residindo a problemática na maneira em que se transferia e implantava esse processo dos países avançados para os menos avançados.

Gazolla (2004) ratifica a ideia acrescentando que esse processo, designado pela academia como “Revolução Verde”, consistia basicamente na transposição e adaptação do padrão de modernização agrícola dos países desenvolvidos, aplicados por

agências internacionais, para os países em desenvolvimento, como o Brasil, que contou com fortes incentivos de governo, como a facilidade de crédito e pesquisas e extensão rural visando à disseminação e implantação do modelo.

Sob o ponto de vista de Silva (2003) as condições econômicas, sociais e políticas impostas pela modernização agrícola brasileira indicam disparidade entre diferentes classes sociais, marginalizando diretamente as classes menos favorecidas como os agricultores com baixo poder aquisitivo, pequenos proprietários e agricultores familiares.

Entende-se como agricultura familiar, em termos de conceituação, como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (Wanderley, 1985). Destaca-se que, o conceito de agricultura familiar tem servido de base para as políticas públicas no tocante à questão agrária. Neste sentido, entende-se que o debate sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato[6] deve ser brevemente abordado. Segundo alguns estudiosos sintetizam, o termo agricultura familiar tem sido introduzido, pós década de 1990, em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. Assim, autores como Shanin (1980), Abramovay (1992) e Lamarche (1993), defendem a ideia de que

[6] Como movimento contrário à modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. A sociedade civil movia-se na direção da abertura política. Anistia, diretas já, formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é fruto dessa contradição, representando, no conjunto da história recente do país, um passo na longa "Marcha dos Camponeses brasileiros" em sua luta cotidiana pela terra. A liga camponesa revela um processo de luta para entrar na terra, uma vez que esta que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se de uma luta travada rumo a construção de uma nova sociedade, dotada de justiça, dignidade e cidadania (Oliveira, 2001).

são camponeses aqueles produtores familiares que denotam uma inserção parcial nos mercados, tendo seu foco voltado mais para a subsistência, ao passo que aqueles denominados como sendo agricultores familiares, já detêm, de certa forma, outro tipo de relação com o mercado, que vai além da subsistência pela subsistência, variando o sentido da nomenclatura utilizada de acordo com o modo capitalista de produção e as atividades (agrícolas e não agrícolas) desenvolvidas.

Retomando, Wanderley (1985), referindo-se à época da modernização agrícola brasileira, afirma que a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução, podendo-se concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno nas políticas públicas dentro da sociedade brasileira.

Souza et al., (2006, p. 6) mencionam que, devido ao pouco avanço tecnológico, a agricultura de pequeno porte ainda se apresenta com baixos níveis ligados à inovação, que acarretam em problemas de caráter produtivo, organizativo e técnico (baixa capacidade de produção, mecanização inadequada, terras insuficientes, falta de assistência técnica eficiente, entre outros).

Bossetti (2013) acredita que tais problemas foram originados na época da modernização agrícola nacional devido ao fato de que os agricultores de base familiar, que antes já tinham dificuldades de acessar o crédito, sofreram ainda mais com a redução de sua oferta e, assim, não modernizaram suas propriedades. A grande parcela daqueles agricultores familiares que conseguiram acessar o crédito, acabaram endividados diante da inflação e das taxas de juros elevadas, enquanto poucos prosperaram.

Porém, a agricultura familiar, de maneira razoavelmente competente, tem buscado sua adaptação à nova dinâmica existente no espaço rural para se inserir no processo produtivo. Porém há formas e formas de inovação, devendo estas estarem

sumariamente adaptadas à realidade local. Assim, Leite (2011, p. 46) observa que "A modernização da agricultura não significa, forçosamente, extinção do pequeno, significa mais seu fortalecimento, caso ele não fique alheio ao processo de inovação [...]".

Sob a ótica de Abramovay (1998):

> A globalização é correlativa em todos os campos da sociedade — desde as telecomunicações até a agricultura – sendo a maior segmentação e diferenciação dos mercados presente nos setores sociais que souberem valorizar os atributos locais, apresentando estes setores mais chances de desenvolvimento que os ligados a mercados anônimos e indiferenciados (p.97).

O ponto que perpassa a presente pesquisa é a necessidade de manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo. Trata-se de entender em que condições os pequenos produtores e suas organizações locais podem agir frente aos desafios colocados pela forma atual com que o capitalismo opera na agricultura e em seus modos de produção.

Seguindo esta linha de raciocínio, Schneider (2010) explana que na fase atual do capitalismo, as possibilidades de sobrevivência e reprodução social dos agricultores familiares enquanto produtores de alimentos, fibras e matérias-primas depende, fundamentalmente, de sua capacidade de inserção em um ambiente em que sejam capazes de inovar (progresso técnico), adquirir um domínio relativo sobre os mercados e desenvolver formas de gestão e planejamento da propriedade. Segundo ainda a mesma fonte:

> O desafio para a agricultura familiar consistiria na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais ou *non-standards*

> (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de "economia da qualidade". A economia da qualidade refere-se às múltiplas formas de construção social, da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais. Neste cenário, os agricultores familiares precisariam desenvolver habilidades para construir os novos mercados, saber "ler as tendências e os gostos dos consumidores", ser capaz de organizar redes sócio-técnicas (de tipo *fair trade* ou solidárias) e cadeias curtas de produção (*short supply agrifood chains*) que permitam atender a demanda (p.526).

Em outras palavras, necessário faz-se a disseminação de práticas ligadas a um tipo de agricultura familiar mais "mercadológica", no sentido de adaptação à sociedade capitalista a que está submetida, que conte com acesso a mercados e tecnologias de produção adequadas, operando de forma criativa a inserção produtiva. A despeito de quão difícil isso possa parecer, se impõe o desafio de retornar o abastecimento alimentar para a esfera local, priorizando os alimentos de melhor adaptação à região e observando sua alternância segundo o ritmo das estações, a sazonalidade, casado a uma matriz tecnológica mais ecológica, mais sustentável (Khatounian, 2001).

Todavia, Abramovay (1998) defende que "o desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado, mas sim na elaboração das políticas capazes de promovê-lo". Na visão do autor, a valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais é o ponto principal de discussão.

Em consonância, Cazella (2012) expõe que para que a inserção produtiva seja possível, mudanças de rumo precisam

ser feitas nas principais políticas públicas de desenvolvimento rural.

É preciso quebrar paradigmas ligados à “ideologia modernizadora” e construir uma realidade na qual a agricultura deve ser enfocada a partir de diretrizes que não estejam voltadas apenas para a reprodução do capital e aos interesses dominantes.

Diante do exposto, conclui-se que o futuro das ações institucionais ligadas à agricultura podem tomar duas frentes de atuação: “continuar a trilhar o caminho de apoiar prioritariamente grandes unidades agrícolas voltadas para agroexportação e os estabelecimentos familiares já integrados nos mercados - deixando em segundo plano as iniciativas de inserção produtiva das situações de pobreza rural, ou, ao invés disso, fazer uma opção de médio prazo, visando à inserção social e produtiva de agricultores familiares historicamente excluídos das políticas públicas” (Cazella, 2012).

2.3 DESENVOLVIMENTO RURAL

O arcabouço analítico e conceitual sobre o desenvolvimento rural constitui-se na segunda temática a ser analisada. Acredita-se na presente abordagem que os temas desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento territorial estejam implicitamente interligados, sendo desta forma no presente estudo analisados de forma conjunta, considerados temas importantes para a compreensão da dinâmica do estudo em questão.

Segundo Navarro (2001), durante muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e de organismos internacionais destinados a intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola, preconizando ações de intervenção dirigidas e orientadas sob um caráter compensatório.

Schneinder (2010) ratifica a ideia dizendo que a discussão corrente sobre o tema do desenvolvimento rural no Brasil vem sendo fortemente influenciada pelas ações de caráter normativo e pelas políticas de intervenção do Estado.

Ploeg et al., (2000) associam a modernização da agricultura e as políticas de compensação posteriores ao termo "desenvolvimento rural", atuando este como uma ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais. Este paradigma, surgido na Europa, caracteriza a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novas metas, como a produção de bens públicos, a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais. Na visão dos autores, o desenvolvimento rural implica na criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; em uma tentativa de reconstrução da agricultura em termos regionais e da economia rural como um todo; representando "[...] uma saída para as limitações e a falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe" (p. 395).

Sob a ótica de Veiga (2000, p.117) não existe o desenvolvimento rural como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento por si só é um processo complexo, por isso muitas vezes recorre-se ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o desenvolvimento econômico, por exemplo, ou como o proposto pelo autor, o "lado rural do desenvolvimento".

Em consonância com o exposto, Terluin (2003) esclarece que o estudo teórico das forças que estão por trás do desenvolvimento nas áreas rurais carece de uma disciplina específica, sendo necessário recorrer a outras disciplinas que tratam do desenvolvimento econômico em regiões rurais, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos

rurais (economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, entre outros).

Entende-se por desenvolvimento rural, a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os princípios de eficiência econômica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica (MDA, 2003).

Conforme o citado na obra de Moreira e Carmo (2004), o termo desenvolvimento rural foi disseminado notadamente na década de 1970, como estratégia para contrabalançar os efeitos negativos da modernização da agricultura que incidia sobre os países do terceiro mundo, convergindo com o modelo de "desenvolvimento comunitário" amplamente aplicado pelas agências internacionais de desenvolvimento durante as décadas de 1950 e 1960. O desenvolvimento comunitário, por sua vez, estava baseado na tradição sociológica da vida rural (Rural and Farm Life Studies), financiado por agências internacionais de fomento fortemente vinculadas aos interesses norte-americanos.

Já na década de 1980, eis que surge então outro intento modernizador revolucionário, agora implementado por meio de técnicas e estruturas de difusionismo mais agressivas e integradas. Era o Desenvolvimento Rural Integrado que surgia a partir de teorias sociológicas, antropológicas e econômicas da modernização agrária, com base nas premissas de que: 1) a causa da pobreza rural nos países subdesenvolvidos era a carência de tecnologias adequadas às suas circunstâncias e à falta de capital humano para realizar a mudança tecnológica; 2) o responsável por essa carência de capital humano era a falta de investimentos em pesquisa, experimentação agrícola e educação rural; e 3) a falta de investimentos devia-se às políticas nacionais que não valorizavam a agricultura (Moreira & Carmo, 2004).

Sacco dos Anjos (2003) afirma que o conceito de "Desenvolvimento Rural Integrado" foi muito utilizado na

América Latina a partir de meados dos anos 1960 em contraposição à ideia da reforma agrária e até como seu substitutivo, onde muitos planos e projetos foram elaborados e implementados no Brasil. As políticas de PDRI eram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas, sendo exemplos eloquentes as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate à seca no Nordeste.

Gusmán (1997) expõe que os primeiros referenciais teóricos do desenvolvimento rural voltado para um enfoque sustentável foi a corrente de pensamento narodismo ou populismo russo, em sua confrontação ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia do século XIX.

Por sua vez, no Brasil, o discurso ecotecnocrático da sustentabilidade foi incorporado às estratégias de desenvolvimento rural nos anos 1990, sob a forma de programas de desenvolvimento rural sustentável, agora mediante a industrialização sustentável da agricultura (Moreira & Carmo, 2004).

Schneinder (2010) acredita que, a partir desse período, as políticas públicas e discussões teóricas sobre o desenvolvimento rural reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970, sendo fortemente influenciadas pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos de estudiosos e analistas. Segundo o autor, estas mudanças gerais influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, crédito para agricultura familiar, segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio às populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial.

Na visão de Moreira & Carmo (2004) a estratégia de industrializar sustentavelmente a agricultura foi novamente

errônea e equivocada, dado a adoção mais uma vez de um modelo hegemônico que padroniza o manejo industrial dos recursos naturais, sem levar em consideração as especificidades de cada país, território, região ou lugar.

Altieri (2002) esclarece que tal forma de manejo é incompatível com o conceito de sustentabilidade ecológica, pois a agricultura industrializada transforma os ciclos naturais e os processos biológicos, forçando as bases da reprodução biótica do ar, da água e da terra.

Em se tratando da magnitude da crise socioambiental engendrada pelo avanço da modernização e do agronegócio, acredita-se que a difusão de tecnologias industriais intensivas no campo e a má utilização da terra exerceu profundos impactos negativos sobre as ricas e diversificadas culturas que se desenvolvem em sintonia com os biomas brasileiros e o equilíbrio do meio natural, ou até mesmo modificações irreparáveis na paisagem e no meio geográfico atual. Molina & Gusmán, (1993, p.117) associam a crise ecológica planetária na atualidade ao “manejo industrializado dos recursos naturais que rompe as taxas de reacomodação e reposição dos resíduos, produzindo um crescente incremento da entropia”.

Almeida (1997) interpretando Schmitt (1995), afirma que a noção de desenvolvimento rural sustentável tem como premissa fundamental o reconhecimento da “insustentabilidade” do modelo ou o que o autor chama de inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento adotado nas sociedades contemporâneas, devido, entre outros aspectos, à compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países.

Entende-se como Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS um conjunto de práticas e tecnologias aplicadas ao meio rural que possibilite a exploração e utilização racional dos recursos naturais com o menor impacto possível, propiciando a

sustentabilidade do meio também para as gerações futuras (Altieri, 2004).

Partindo desse pressuposto, acredita-se que o desenvolvimento rural deve avançar em direção à incorporação dos conceitos essenciais ligados ao desenvolvimento sustentável do meio, que estabelece a urgência de uma nova forma de organização social e uma nova cultura de produção e consumo que sejam capazes de beneficiar todos os membros da sociedade, garantindo a sustentabilidade entre gerações. A sustentabilidade entra no contexto ao pensarmos no meio, na preservação dos recursos naturais e ecossistemas, da atividade agrícola, da cultura e identidade dos atores, na melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, entre outros aspectos relevantes. A sustentabilidade rural surge exatamente neste sentido, de proporcionar ferramentas para que o desenvolvimento agrícola seja mantido, os recursos naturais sejam preservados e as necessidades da sociedade sejam atendidas, porém, sem que o meio ambiente seja (tão) degradado em virtude disso, contemplando as dimensões social, cultural, econômica e ambiental.

Atualmente, as políticas de desenvolvimento rural (ainda) apresentam a pobreza rural como principal escopo de ação, sob a forma de encarar o desafio de enfrentar a pobreza do meio rural como uma das maneiras de se delinear as táticas dos processos de desenvolvimento (MDA, 2003). Nesse contexto, Freitas et al., (2010) expõem que estratégias para combater a pobreza no meio rural passaram a ser cruciais, apontando as políticas de desenvolvimento rural para o desenvolvimento territorial como um caminho para enfrentar esta situação.

Segundo Abramovay (2010) a pobreza rural não pode ser encarada como expressão de insuficiência na renda agropecuária, mas como fenômeno multidimensional.

Importante se faz pensar que as transformações ocorridas no meio rural implicam no fato de que as políticas públicas considerem que as zonas rurais têm necessidades novas, novas

dinâmicas, novas demandas, novos contextos, típicos de uma sociedade moderna. Sob essa ótica, as políticas de desenvolvimento territorial devem trazer, a partir da diversidade de atuação, inovações em relação às políticas “do passado”, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável, a participação dos atores e o estímulo à coesão social e territorial.

De acordo com o MDA (2003), as políticas de desenvolvimento territorial devem levar em consideração as quatro dimensões elementares do desenvolvimento, quais sejam: (i) economia, (ii) sociedade e cultura, (iii) ambiente e (iv) política e instituições; sendo necessário entender os processos de desenvolvimento como algo que envolve múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o futuro e a sustentabilidade do território.

Segundo Maluf (2001) a temática territorial permitiu a emergência, na definição de políticas públicas, de um discurso de revalorização do meio rural, antes negligenciado em ações de desenvolvimento regional, que eram basicamente voltadas para a estruturação dos espaços urbanos. Esta revalorização se deu com base no caráter multifuncional que a agricultura familiar estabelece com o território, sobre o qual o meio rural deixa de ser entendido somente por suas características produtivas e passa a ser valorizado também por seus aspectos sociais, culturais e ambientais; assim como o posicionamento contrário à dicotomia rural-urbano, que negligencia as relações sociais desenvolvidas na prática em decorrência dos diversos mecanismos de integração entre estes espaços

Sob a concepção de Abramovay (2010) a concepção de território abre caminho para um avanço notável na concepção do estudo do desenvolvimento, visto a ênfase na maneira de como os diferentes atores – públicos, privados e sociedade civil organizada – relacionam-se no plano local.

Martins (2009) discute a abordagem em que se refere ao desenvolvimento e regulação socioambiental dos territórios rurais a partir de dinâmicas territoriais que envolvem a “nova”

ruralidade, dados os processos que vieram a transformar a dinâmica produtiva e organizacional no Brasil. A partir dessa constatação, a proposta do autor consiste no debate da gestão territorial formada a partir da construção de esferas públicas de governança política das áreas rurais que venham a representar, além dos interesses agrícolas, os demais setores sociais ligados à dinamização e otimização das economias locais e regionais e a preservação da cultura. A participação ativa dos *stakeholders* a fim de equilibrar os interesses sociais no meio rural - representados pelos diversos atores envolvidos, promove o debate horizontal de novos rumos do desenvolvimento rural para a confecção de bases de intervenção política no território.

Estudos como os de Fox (1990), Navarro (1999, 2002) e Martins (1999, 2003), indicam que os processos de desenvolvimento ligados à participação e organização popular podem e devem contribuir efetivamente para estimular a "emancipação social", criar mecanismos de responsabilização (*accountability*) e promover a democratização da sociedade, a participação dos atores e a coesão social e territorial.

Na presente proposta, partilha-se da ideia de que é inovador estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, no sentido de orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características.

No entanto, Schneinder (2010) em análise do debate brasileiro recente sobre o tema do desenvolvimento, sustenta a afirmativa de que a formulação da agenda de ações do Estado tem sido menos influenciada pelos demandantes diretos das políticas, no caso os agricultores e as populações rurais, do que pelos estudiosos e mediadores. O autor relata que a agenda de questões que informam as políticas de desenvolvimento rural do Estado brasileiro nos últimos 15 anos tem sido fortemente permeadas pelas ideias e propostas colhidas pelos formuladores

de políticas (*police makers*) junto aos estudiosos e mediadores, exercendo uma influência decisiva.

Na visão de Cazella (2012) uma nova geração de políticas públicas de desenvolvimento rural precisa ser necessariamente formulada, sendo as alternativas viáveis ligadas ao paradigma do desenvolvimento territorial: (i) ações permanentes de reassentamentos de famílias para o alcance do reordenamento territorial e fundiário - reforma agrária e crédito fundiário; (ii) microfinanças; (iii) pluriatividade - exercício de outras atividades remuneradas associadas à agricultura; e (iv) a valorização do caráter multifuncional da agricultura familiar - segurança alimentar, conservação ambiental, manutenção de paisagens rurais, geração de novas ocupações, entre outros.

Abramovay & Morello (2010) expõem que atualmente não há desafio maior para o desenvolvimento rural brasileiro do que compatibilizar o funcionamento das diferentes cadeias do agronegócio com o atendimento à demanda social por bem-estar e pela manutenção dos serviços básicos que os ecossistemas prestam às sociedades humanas. Na visão dos autores, num país tão fortemente marcado pela tradição latifundiária como o Brasil, o acesso à terra, ao crédito e ao mercado são as iniciativas mais importantes para composição do processo de desenvolvimento para as populações residentes no meio rural.

Lembrando-se que, sob a ótica de Guimarães (1977) o latifúndio é o grande responsável pelo atraso no campo – afinal este apresentava baixos índices de produtividade e altos índices de exploração dos trabalhadores rurais, a reforma agrária distributivista pode vir a ser a solução mais eficiente para resolver a questão agrária brasileira.

Wanderley (2001) ratifica a ideia expondo que a reforma agrária é, sem dúvida, o caminho para resolver a questão da terra que permanece pendente até hoje no País, levando-se em conta a capacidade dos assentamentos instalados em repovoar e reanimar a vida rural e de integrar os habitantes do campo à sociedade local.

Em suma, acredita-se que os estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil precisam buscar uma maior emancipação do modelo de desenvolvimento adotado a partir das ações do Estado, das políticas públicas e até mesmo da participação social, em vias de atingir uma perspectiva real da necessidade emergencial dos processos de mudança social.

Assim, a presente investigação toma por base a análise das políticas públicas locais ligadas à manutenção da agricultura familiar sob a visão dos sujeitos envolvidos, dado, a necessidade mais aprofundada dos processos de mudança social do meio rural ao que se refere o objeto de estudo enfocado, em vias de verificar em que medida as diversas "forças" reconfiguram e afetam as relações com o espaço e o meio ambiente, e se contribuem ou não para melhoria das condições de vida dos envolvidos e a realidade atual que assola o meio rural.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista todo o panorama que envolveu a atividade da agricultura familiar frente a "Revolução Verde" instalada nos anos de modernização da agricultura, o enfoque das políticas públicas neste tópico abordadas é voltado para a fase posterior, em que os fatos apontam para uma mudança de cenário, quando iniciativas em benefício da agricultura familiar[7] começam a ser empreendidas, até uma visão aproximada da realidade atual.

Acredita-se que a intervenção do Estado por meio das políticas públicas levou a agricultura a se modernizar e a

[7] A Lei 11.326/2006 define agricultor familiar como: aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos requisitos de: i) deter área não superior a quatro módulos fiscais; ii) utilizar predominantemente mão-de-obra familiar na execução das atividades agropecuárias; iii) ter renda familiar predominantemente do estabelecimento agropecuário; iv) dirigir o estabelecimento contando com a participação da família.

incorporar crescentemente o progresso tecnológico tido nesse período – o cerne das transformações técnico produtivas e da penetração do capitalismo no campo.

Neste sentido, Silva (2005) afirma que os efeitos dos programas implantados anteriormente, influenciam os resultados de ações públicas em curso, sendo a abordagem histórica da intervenção governamental e seus efeitos, da trajetória da população e das transformações na ocupação dos territórios, de grande importância na avaliação de programas e políticas direcionadas para o desenvolvimento rural.

Em se tratando da conceituação utilizada para políticas públicas, estudos demonstram que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Lynn (1980) a define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, já Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Já sob a ótica de Bucci (2002), as políticas públicas são um conjunto de programas e ações governamentais visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Souza (2005) acrescenta que, por concentrarem o foco no papel dos governos, as definições acerca das políticas públicas deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos bem como possibilidades de cooperação entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

Especificamente, a definição conceitual exposta por Dye (1984) gera uma reflexão que perpassa a atuação política na contemporaneidade, de que políticas públicas não devem ser entendidas apenas como o que o Estado faz, mas sim, como o que o Estado deixa de fazer em ações que se refletem não somente na dinâmica organizacional do território, mas também nas esferas sociais, econômicas, ambientais, entre outras.

Na literatura recente, a conceituação de políticas públicas revela que se trata de uma ação complexa dentro de uma lógica de sociedade cada vez mais "ingovernável". Tal "ingovernabilidade da sociedade" faz referência à multiplicidade de atores organizados, à diversificação dos fóruns e lugares de interação Estado-Sociedade, ao peso crescente das interações multiníveis, incluindo evidentemente o nível internacional, na conformação dos problemas de sociedade (Bonnal & Kato, 2011).

Os termos programa e política pública, apesar de serem frequentemente utilizados como referências às ações governamentais, apresentam diferenças que não são somente de ordem semântica, mas, sobretudo, de concepção. Segundo Bucci (2002) programa refere-se a uma sequência de ações limitadas no tempo em que os meios para a sua execução e os seus objetivos são bem definidos, pontuais. Já a política pública refere-se a uma totalidade complexa de programas e procedimentos, constituída por uma totalidade de medidas concretas que se inscreve em um quadro geral de ação, o que permite a distinguir de uma ação isolada. Segundo ainda o mesmo autor, a política pública tem um público definido, isto é, grupos ou organizações cuja situação é afetada pelas ações a serem implantadas, que obrigatoriamente têm objetivos a alcançar.

Acerca das políticas agrícolas, na visão de Alves & Rocha (2010), estas contém instrumentos de alcance geral, existindo grupos mais ou menos favorecidos, apresentando a vantagem de minimizar as distorções das ações do governo. Contudo, há instrumentos de caráter específico, cujo objetivo principal é segurar a população no meio rural; por isso, têm como foco a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária, entre outros. Na visão dos autores, a razão de ser das políticas específicas é frear a ação do mercado, pela qual os campos seriam esvaziados mais rapidamente. Assim, ganha-se tempo para ajustar o mercado urbano de trabalho, apresentando

como resultado o mantenimento de muito mais gente no meio rural que este normalmente comportaria, na expectativa de minimizar os problemas urbanos.

Devido ao processo de endividamento no setor agrícola, as altas taxas de inflação seguidas da estagnação econômica e a forte concentração de renda no Brasil ocorrida na década de 1980 (a década perdida), inicia-se um processo de mobilizações das organizações dos agricultores familiares como a CONTAG e a CUT para uma nova política agrícola nacional, representando o pontapé inicial para uma mudança de panorama que começa a se instalar em torno da agricultura brasileira (Bianchini, 2010).

No que tange às políticas agrícolas impulsionadas pelo Governo Federal na década de 1990 e primórdios do século XXI, estas marcam o início de uma época em que iniciativas importantes voltadas ao fortalecimento dos pequenos agricultores são impulsionadas.

Segundo Gazolla (2004), algumas ações ocorreram sob um contexto de mudança favorável em torno da segurança alimentar e nutricional das classes menos favorecidas, abrangendo novas dimensões políticas e sociais no país. Como exemplo, tem-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em 1995, a instituição do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em 1999, e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada em 2004, juntamente com políticas territoriais de desenvolvimento, a instituição do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA, em 2002 - que atualmente é intitulado de Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, bem como o estabelecimento do Programa Nacional de Combate à Insegurança Alimentar e Nutricional, Fome Zero, criado em 2003, entre outros.

Bonnal & Kato (2011) citam como a maior visibilidade da necessidade de reconhecimento das especificidades da agricultura familiar a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, constituindo-se uma importante

iniciativa para a formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar e comunidades tradicionais; seguido pela aprovação, em 2006, da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que trouxe um reconhecimento político à categoria produtiva, estabelecendo conceitos, princípios e instrumentos para a formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

No período de 2003 a 2009, avanços foram realizados também no âmbito da política nacional de segurança alimentar e nutricional, sendo uma conquista que merece destaque a promulgação da Lei da Segurança Alimentar, Lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006[8], que dispõe sobre a institucionalidade da política nacional ligada aos princípios que dão base para as ações e suas instâncias de elaboração, decisão e execução, assim como a estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN. A segurança alimentar passa então a ser pauta no debate sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro no que se refere ao modelo de desenvolvimento rural em articulação com o desenvolvimento urbano.

Dado o foco na questão desenvolvimentista, no âmbito institucional, houve uma mudança na compreensão do que vem a ser e o que representa a segurança e a soberania alimentar, passando a ser este o principal avanço no debate, pois será a partir desta concepção que permitirá a organização de políticas públicas que vão além da emergência e do combate à fome como finalidade (Ghizelini, 2010). Segundo o mesmo autor, este processo tem dado sustentação política, social e econômica para os programas que estão em execução. Mais do que a manutenção, os programas em funcionamento no âmbito da política nacional são fruto de um processo de mobilização e de

[8] BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e outras providências.

um amplo debate, principalmente por parte da sociedade civil organizada, sobre a realidade brasileira e seu modelo de desenvolvimento.

Com essa trajetória institucional favorável que abrangeria o meio rural brasileiro frente à visibilidade com que começara a ser tratada as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, proliferaram-se também os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDR, considerados por muitos autores, na teoria, como um marco em termos de descentralização das políticas públicas rurais.

Para Abramovay (2003, p.122), "a missão principal desses conselhos seria descobrir os potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de revelar, sobretudo em regiões menos favorecidas". Porém, na visão de Schneider et al., (2003), nos conselhos municipais, os agricultores acabaram não tendo quase nenhum poder de decisão, pois as nominações dos conselheiros são, geralmente, realizadas pelo Poder Executivo (prefeituras) e as opiniões são apenas consultivas. Há também necessidade de mencionar o comprometimento partidário como um entrave ao desenvolvimento e atuação dos conselhos que ocorre muitas vezes de forma corriqueira.

Sabourin (2007, p.734) relata que "a experiência mostra que se a sociedade civil e o setor privado estão mais acostumados a relações horizontais, o Estado e seus serviços encontram problemas para abandonar o eixo de decisão vertical".

Já relacionado às políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural em sua generalidade, destaca-se que o próprio governo brasileiro admite o fato de que as tais políticas públicas implementadas nas últimas décadas no Brasil ou foram insuficientes, ou não foram efetivamente focadas no objetivo de generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidade das populações que habitavam o interior brasileiro (MDA, 2003).

Na visão de Delgado & Leite (2011), na atualidade, o direcionamento que preside as políticas públicas voltadas para a agricultura no Brasil tem estimulado o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, que tende a reproduzir um modelo de desenvolvimento cujas raízes se fincam no padrão agroexportador que se sustenta desde o período colonial. Segundo o autor, há que se considerar, além da sustentabilidade econômica, também as dimensões ambientais, culturais, étnicas, entre outros.

Freitas et.al. (2010) chamam atenção para o fato de que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil tomaram como base uma representação do rural como agrícola, onde o crescimento substancial da produtividade deveria ser estimulado em função do crescimento econômico.

Em vias de esclarecimento, destaca-se que a política agrícola se preocupa em geral com o agronegócio em si, juntamente com pacotes econômicos e geração de mais lucro ao empresariado, diferentemente de como é previsto na política agrária, cuja finalidade seria a promoção de incentivos ao desenvolvimento do meio rural e sua população residente (Caporal & Costabeber, 2002).

Ou seja, de uma forma ou de outra, nota-se que os investimentos no meio rural não foram efetivamente destinados ao objetivo de generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidade das populações que habitam e habitavam o interior brasileiro, mas sim ao agronegócio e grandes dinâmicas de exportação. Em suma, as políticas públicas atualmente praticadas pelo Estado brasileiro em relação à agricultura familiar continuam com a mesma lógica, não rompendo, totalmente, com o padrão de desenvolvimento adotado pelo governo durante os anos de modernização agrícola.

Para enfrentar esses problemas, mudanças substanciais deverão ocorrer no escopo e na forma de encarar o desafio de

eximir da pobreza e do abandono a vasta população que atualmente enfrenta os velhos problemas que assolam o meio rural brasileiro.

Acredita-se que novas concepções estão se formando a partir das múltiplas articulações que vêm despertando os olhares de atenção para com o meio rural, e de ações pautadas nas necessidades primordiais de integridade territorial, de preservação da biodiversidade e conservação dos recursos naturais, da valorização da identidade e cultura agrícola e da multiplicação de oportunidades de inclusão, preceitos estes que se traduzem na essência da presente investigação.

Neste sentido, não deixa de ser surpreendente a velocidade com que ganha espaço público e legitimação a assertiva de que é preciso repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil e, mais do que isto, reorientar as formas de intervenção do Estado e as políticas públicas (Schneider & Tartaruga, 2005).

Em consonância com o exposto, Leite et. al. (2011) ressaltam que a necessidade de reconfigurar os campos de poder se faz presente, sendo preciso avaliar bem os instrumentos disponíveis para tanto (como o fortalecimento das organizações locais) e o perfil de atores estratégicos com os quais se irá desenvolver o processo de gestão, sendo necessário dar visibilidade a atores mais vulneráveis, para os quais se espera um acesso ao conjunto de políticas e recursos. Ou seja, é preciso pensar a dinâmica territorial de forma não autárquica, valorizando os procedimentos de desenvolvimento endógeno, o qual resultará numa gestão e governança mais complexa intra e inter territórios, bem como entre os diferentes níveis por onde circulam os atores.

Braga (2012) complementa expondo que a mudança de realidade no meio rural exige a adoção de políticas públicas permanentes e conjugadas, ligadas ao desenvolvimento social e econômico, e que possibilitem à população o acesso à educação de qualidade, saúde, aos serviços básicos de água, esgoto,

estrada e comunicação, à qualificação profissional e, complementarmente, ao crédito, que venham a facilitar a dinamização das atividades agrícolas e não-agrícolas com potencial de desenvolvimento e geração de renda de forma sustentável.

Diante do exposto, acredita-se que também a sustentabilidade ambiental deve ser levada em conta no planejamento e gestão dos territórios rurais. Para Soto (2002), a discussão sobre o desenvolvimento sustentável para a agricultura implica repensar formas de produção e a (re) definição das relações entre os atores envolvidos com a dinâmica dos territórios rurais e a natureza. As bases em que deveria caminhar o desenvolvimento sustentável, na visão do autor propõe a lógica de manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola, à minimização dos impactos adversos ao meio ambiente, ao retorno econômico adequado aos produtores, à otimização da produção com o mínimo de insumos externos, à satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda e ao atendimento das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais.

Em suma, acredita-se que o planejamento e gestão dos territórios rurais precisa estar ancorado em um novo paradigma de desenvolvimento, que permita rever as práticas atuais empregadas para o alcance do mesmo bem, como a reorientação da economia, de modo a refletir também as implicações sociais e ambientais das políticas direcionadas ao processo de desenvolvimento no meio rural. Este é, sem duvida, o grande desafio que se apresenta para o futuro, ou seja, harmonizar o desenvolvimento econômico, a qualidade ambiental e a justiça social.

Sendo assim, diante do exposto no presente capítulo, considera-se que o presente referencial teórico-temático procurou articular os temas agricultura familiar, desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável e políticas públicas em vias de despertar olhares em prol do atual

quadro que perpassa os segmentos sociopolíticos ligados à agricultura de base familiar, casados estes ao universo de pesquisa enfocado.

3 CAPÍTULO II: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: PARADIGMAS, DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS

3.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo objetiva apresentar a área de estudo abordada e suas características gerais em um misto de dados secundários e dados primários, fruto da observação participante realizada ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional na região assim como da coleta de dados em campo realizada para a construção da presente pesquisa. Após uma apresentação geral da área de estudo, faço um rápido resgate das políticas públicas no passado implantadas e que impactaram no desenho do desenvolvimento rural do território, a fim de clarear acerca da realidade local e do tema, passando então a descrever as principais políticas públicas mapeadas na pesquisa, ligadas a manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar, atualmente em vigência nos municípios estudados. São essas: o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Por fim, expõe-se a conjuntura dos dados coletados em campo, apresentando assim a visão dos sujeitos envolvidos acerca das políticas públicas abordadas, suas percepções, anseios e necessidades.

3.2 O TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA – PR

O território do Vale do Ribeira está localizado na Bacia Hidrográfica Ribeira do Iguape e no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, abrangendo as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná. A Bacia hidrográfica do Vale do Ribeira possui área de 2.830.666

hectares (ha) sendo 1.119.133 ha no Paraná e 1.711.533 ha em São Paulo, correspondendo a, respectivamente, 39,5% e 60,5% em relação à área total da Bacia. O território encontra-se localizado no Primeiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 6.093,54 Km2, correspondendo a 21,5% da área de toda a Bacia Hidrográfica, sendo, ainda, parte da Região Metropolitana de Curitiba (IPARDES, 2011).

A região é composta por sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Faz fronteira a leste e ao norte com o Estado de São Paulo, a noroeste e oeste com os municípios da Região de Ponta Grossa e a sudoeste e sul, com os municípios do entorno de Curitiba, totalizando uma população de 100.821 habitantes (IPARDES, 2011).

Figura 1 – Mapa de Localização do Território do Vale do Ribeira – Paraná.

Fonte: FERNÁNDEZ, 2015.

A região do Vale do Ribeira – Paraná conta com ricos patrimônios ambientais e culturais, porém acusa baixa qualidade de vida e desenvolvimento econômico da população, fato que pode ser constatado pelo Índice de Desenvolvimento Humano médio de 0,63 - Itaperuçu e 0,67 – Rio Branco do Sul, representando os mais baixos IDH's entre os estados de São Paulo e Paraná (PNUD, 2013). Devido a este fato, a região é considerada pelo Governo do Estado do Paraná como prioritária para a implementação de um conjunto de políticas públicas que visem melhorar as condições de vida da população local. Neste sentido, destaca-se que a região é definida como um dos Territórios da Cidadania[9] do Estado.

3.2.1 Dados socioeconômicos da região

O território tem sua base econômica atrelada, principalmente, à agricultura familiar - com predomínio de culturas de milho, feijão e mandioca, e ao extrativismo vegetal e mineral. Segundo o documento da Oficina Territorial do Vale do Ribeira, a agricultura ocupa 30% do território, emprega 70% da mão-de-obra, gera 60% da arrecadação municipal e contribui com cerca de 20% do PIB regional (IBASE, 2006).

Historicamente, a agricultura familiar desenvolvida no Vale do Ribeira é caracterizada como uma agricultura tradicional que utilizava o sistema de queimada e pousio, em solos mais rasos e de maior declividade, sem acesso a crédito e documentação que comprove a posse legal das terras (IBASE, 2006). Segundo a mesma fonte, em termos gerais, agricultura se caracterizava como uma atividade de subsistência, desprovida

[9]O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, que objetiva promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável<Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br>

de acesso às políticas públicas, realizada em comunidades afastadas, desenvolvendo-se nessas localidades significativos extratos de pobreza rural e estagnação econômica.

As características geográficas relativas ao relevo e condições do solo na região do Vale do Ribeira – PR imprimem algumas limitações ao modo de produção da agricultura familiar. O relevo acidentado, a baixa tecnologia e a força de trabalho predominantemente braçal dificultam substancialmente a condução de lavouras anuais, acarretando na baixa sustentação das unidades produtivas (Souza & Miranda et al., 2011).

A limitação de um quadro natural adverso dificultou (dado à presença de um relevo fortemente acidentado como podemos visualizar na imagem abaixo), desde o início da ocupação do território, o acesso aos principais ciclos econômicos e programas de desenvolvimento realizados no Estado do Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba. A cristalização de uma estrutura agrária baseada no grande latifúndio, além de subordinar a população local aos seus sistemas de produção, ampliou restrições aos agricultores familiares - sejam eles colonos ou caboclos, proprietários ou posseiros, arrendatários, meeiros ou parceiros, ou ainda trabalhadores rurais em tempo parcial, para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis aos seus projetos de vida (Bianchini, 2010).

Figura 02 – Paisagem Vale do Ribeira – PR.

Fonte: Dayana Miranda, 2014.

Souza (1976) expõe que, frente às limitações impostas pelo relevo do território, fortaleceu-se, na década de 1970, uma atividade econômica impulsionada pelos incentivos fiscais promovida pelo Governo Federal para na região, revertidos para plantios comerciais de madeira de reflorestamento de *Pinus* e *Eucalyptus*, tendo em vista que a região não seria supostamente adequada para a agricultura mecanizada. Destaca-se que, naquele período, tem-se o processo de modernização da agricultura no Brasil como um marco histórico no que tange ao desenvolvimento do setor agrícola nacional.

Segundo ambientalistas, o *Pinus* e o *Eucalyptus* tornaram-se um problema para todo o sul do Brasil, pois caracterizam-se como espécies exóticas e invasoras, em especial o *Pinus*, que exige cuidado por se propagar à revelia (Souza, 1976). Segundo a mesma fonte, com a implantação das áreas de reflorestamento muitas comunidades e porções de área rural de municípios inteiros acompanharam a desconfiguração do verde da Mata Atlântica presente no Vale do Ribeira, causada pela ação

do vento e do homem. Destaca-se que nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu o reflorestamento das espécies é mais significativo e recorrente.

A intensificação da produção de *Pinus* e *Eucalyptus* (como podemos visualizar na imagem abaixo) esteve intimamente relacionada ao processo de fragilização e até mesmo debilização da mão de obra e da força de trabalho local, acarretando na intensa exclusão social dos agricultores familiares, favorecendo, assim, que a região fosse submetida ao monopólio do poder das oligarquias locais e de grandes empresas (Souza & Miranda et al., 2011).

Figura 03 – Plantação de *Pinus* Vale do Ribeira – PR

Fonte: Dayana Miranda, 2014.

Já na década de 1980 inicia-se um ciclo de programas estaduais de desenvolvimento no Vale da Ribeira com o PRÓ-RIBEIRA e o PRÓ-RURAL, que fortalecem ações ligadas à

pesquisa e extensão rural, propiciando também o desenvolvimento de algumas ações de fomento rural.

Os anos 1990 marcam a entrada do país na era neoliberal, dando início ao processo de privatizações, desregulamentação dos mercados, abertura comercial, reestruturação produtiva, e afastamento do Estado da coordenação da economia.

Como nos outros ciclos econômicos, o território do Vale do Ribeira participou de forma marginal em todo esse período, embora produtores mais estruturados e/ou mais integrados ao mercado tenham vindo a se beneficiar desse ciclo. A pecuária e o reflorestamento de *Pinus e Eucalyptus* tiveram um forte incremento nesse período, aumentando ainda mais a concentração fundiária e de renda na região. Aqueles agricultores que estavam integrados ao mercado de Curitiba também se beneficiaram com crédito de custeio e de investimento, porém, a grande maioria dos agricultores familiares do território não foi beneficiada pelo período da Revolução Verde, mantendo ou ampliando na região grande parte da população rural em uma economia de subsistência com a venda de alguns excedentes comercializáveis (Bianchini, 2010).

Desde aquele período até o momento, frente ao movimento instalado no território e à nova dinâmica econômica, os agricultores familiares, sem maiores opções, se inseriram crescentemente na dinâmica do mercado - a monocultura extensiva do *Pinus* e *Eucalyptus*, fato que acarretou na perda de autonomia do processo produtivo, forçando muitos agricultores familiares a migrarem para outros locais. Os remanescentes, por sua vez, sofreram a vulnerabilização de sua identidade e cultura, configurando na perda gradativa de sua autonomia frente ao contexto social e econômico então instalado no território.

Assim, a agricultura familiar é atualmente ameaçada pela pressão de investidores, empresários que estruturam sistemas produtivos baseados na monocultura de reflorestamento de *Pinus e Eucalyptus*, e pela ausência de políticas públicas de

desenvolvimento e de legislação específica para reverter esse cenário.

O Vale do Ribeira é aqui tratado como um território por ser uma unidade do espaço geográfico na qual se dão as relações da sociedade com a natureza. É o espaço onde se desenvolvem as forças produtivas e as diversas formas sociais de produção e trabalho; onde os agricultores produzem e se relacionam com os sistemas de produção e com a sociedade; onde emergem as contradições do modo de produção capitalista, das relações de poder entre a sociedade que constrói, destrói e reconstrói o território e suas especificidades (Marsden, 1998).

Nesta perspectiva, os elementos culturais e ecológicos presentes no território do Vale do Ribeira nos permitem afirmar sobre a existência, ao mesmo tempo, de sistemas agrários em fase histórica de crise, e a possibilidade da emergência de um novo sistema agrário (Santos, 2008); condições que se tornam mais relevantes em termos de desenvolvimento rural, considerando o cenário de crise e os ciclos de destruição e reconstrução dos territórios para alcance do desenvolvimento.

3.2.2 Colonização, formação do território e o sentimento de pertencimento dos pequenos agricultores locais

Como praticamente em todo o país, a população inicial do Vale do Ribeira era de origem indígena, ocupando na porção do estado do Paraná primeiramente o litoral. Os primeiros sistemas de produção têm origem na cultura desses grupos.

Os índios ocupantes do Planalto Paranaense estavam divididos em dois grupos distintos, sendo os de origem Tupi-guarani e os de origem Gê. A grande maioria deles era Tupi-guarani, que predominavam no litoral, Noroeste e Oeste do Estado, enquanto as tribos Kaigang e Xocléng (Botocudos do grupo linguístico Ge), habitavam a região central do Paraná de Norte a Sul, e litoral (Steca & Flores, 2002).

Quando os europeus chegaram à região de Curitiba, em meados do século XVII, encontraram os índios Tingui, da nação Guarani, que foram capturados sem resistência e então escravizados para extração de minérios, criação de animais e agricultura. No litoral, os índios Carijó foram os primeiros a ter contato com os portugueses, sendo então catequizados e, após, tornaram-se mão de obra escrava para exploração do ouro no litoral (Bianchini, 2010). A exploração do ouro inicia-se pelo baixo Vale, na porção que compreende o estado de São Paulo, avançando em direção ao litoral paranaense e depois no médio e alto Vale do Ribeira, alcançando o Assungui e, na sequência, Curitiba. A mineração do ouro foi o primeiro ciclo econômico do Vale do Ribeira, que deu origem aos primeiros aglomerados e ao início da ocupação agrícola da região.

Especificamente no período da atividade aurífera, que durou de 1650 a 1750, nascem os primeiros aglomerados urbanos de brancos, negros e índios. As primeiras ocupações por portugueses, negros escravos e livres, caboclos, cafuzos e mamelucos foram surgindo após este ciclo, propiciadas pelo desenvolvimento das relações agrícolas entre as regiões do Vale do Ribeira, em sua porção São Paulo e Paraná, com a constituição dos primeiros sistemas de produção e os primeiros canais de comercialização.

Já em 1824 chegam os primeiros imigrantes alemães ao Sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, dando origem ao município de São Leopoldo. No Paraná, a primeira iniciativa, com a liderança do tropeiro e latifundiário João da Silva Machado, posteriormente Barão de Antonina, consistiu na organização de um núcleo de imigrantes europeus em 1829, com a chegada de 238 alemães, dando origem ao município de Rio Negro, situado no caminho das tropas que fazia a ligação de São Paulo ao Rio Grande. Em 1833 chegavam à localidade mais de 100 imigrantes alemães. A colonização alemã priorizou as características desse povo quanto ao trato da terra e da agricultura, e também as relações políticas de D. Pedro II e a

princesa Leopoldina, filha do rei do Império Austro-Húngaro, ao qual pertencia a Alemanha (Bianchini, 2010).

Segundo a mesma fonte, em 1859 foi criada a colônia Assungui - atual município de Cerro Azul, organizada em regime de pequena propriedade, localizada a 109 km de Curitiba, no Vale do Ribeira, longe do caminho das tropas, para que a população não fosse tentada pela atividade de criação. Sem estrada razoável de ligação com algum núcleo urbano, no caso Curitiba e Antonina, para o escoamento da produção, esses colonos ficaram totalmente dependente de fazendeiros e/ou comerciantes para a ligação com o mercado.

Assim, os negros, os indígenas, os imigrantes e os descendentes dessa mistura racial (caboclos, cafuzos e mamelucos), se transformaram em pequenos agricultores, dando origem a muitas comunidades no território do Vale do Ribeira.

Não é à toa que nos dias de hoje os agricultores (as) familiares quase não identificam nenhuma etnia definida quando indagamos sobre qual seria a sua descendência étnica. Dentre as entrevistas realizadas com agricultores (as) familiares dos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, mais da metade dos entrevistados relatou desconhecer sua etnia de origem: "*A minha descendência étnica? Acho que é italiano, mas não tenho certeza não*" (Joaquim, 39 anos, lavrador); *"Descendência da minha família? minha? Olha, deve ser ucraíno, polonês, essas coisas aí"* (José, 56 anos, agricultor); "*Eu sou é brasileiro! Não tenho descendência não"* (Antônio, 73 anos, lavrador).

Já cerca de um terço dos agricultores (as) familiares entrevistados se reconhecem como sendo de origem italiana, uma colonização que se faz bem presente no estado do Paraná como um todo. As etnias alemã, francesa e polonesa também apareceram citadas sem muita certeza quando indagados os entrevistados sobre sua descendência étnica.

Outro fato curioso é o sentimento de pertencimento dos agricultores e agricultoras familiares acerca de sua ocupação. Grande parcela dos entrevistados reconhece como sendo sua

ocupação principal a atividade de lavrador. Quando perguntados sobre a razão desta denominação, eles relataram que era porque quem trabalha na lavoura é lavrador. Os demais entrevistados se denominaram como sendo agricultores (as), em sua maioria, e também agricultores (as) familiares.

Peculiar se mostrou na pesquisa o reconhecimento do processo histórico e das características geográficas e sociais de formação do território tida pelos agricultores e agricultoras entrevistados, caracterizando uma grande e diversidade étnica, cultural, religiosa, econômica, política e de gênero.

3.3 RECORTES DA PESQUISA: OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Em se tratando do recorte da pesquisa adotado, foram escolhidos os municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu – PR como objeto do presente estudo pelo fato de serem os dois municípios, dentre os sete que compõem o Vale do Ribeira paranaense, que mais sofreram impactos na atividade agrícola com a instalação da megasilvicultura no território.

Ressalta-se que, devido ao desmembramento “recente” do município de Itaperuçu, em 1993, antes pertencente a Rio Branco do Sul, as realidades locais dos dois municípios são ainda muito parecidas, ao passo que se torna muito divergente ao compararmos com os demais municípios que compõem a região do Vale do Ribeira - Paraná, fato que propiciou a pesquisa e análise conjunta dos dados coletados.

3.3.1 Rio Branco do Sul

Rio Branco do Sul é um município localizado no estado do Paraná, na microrregião de Curitiba, distante 26,8 km da capital. Seus municípios limítrofes são Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Colombo, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Castro, com dimensão territorial de 814,361 km² (IPARDES, 2013).

Apresenta um clima subtropical com verões quentes e invernos frios e alto índice pluviométrico, superior a 1200mm. A formação vegetal dominante é a mata de araucárias e os campos, mas o município também está localizado dentro da Bacia Hidrográfica do Ribeira do Iguape, região designada como Patrimônio Natural da Humanidade que abriga 61% da Mata Atlântica remanescente no Brasil. Ocupa uma área de relevo montanhoso com maior vulnerabilidade erosiva, mais apta ao manejo florestal (IPARDES, 2004).

O município apresenta uma população de 30.662 habitantes segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE.

É um território extremamente rico em reservas minerais, indicando alta atividade extrativista na região. Segundo diagnóstico do IPARDES (2007), no período entre 1995 e 2004, houve extração de areia, argila, calcário, calcário dolomítico, diabásio, filito, fluorita, granito, mármore, saibro, sienito e talco em todo o Território do Ribeira, identificando o município de Rio Branco do Sul como produtor de oito dos doze minerais extraídos no território. O valor compensatório pela exploração mineral em 2012 chegou a R$ 1.007.123,83 (IPARDES, 2013), porém, os dados não revelam onde esse dinheiro foi aplicado.

Rio Branco do Sul possui ainda riqueza de água mineral uma vez que está sob o Aquífero Karst. O aquífero tem um grande potencial de abastecimento para a Região Metropolitana de Curitiba, sendo também responsável por parte do abastecimento local por meio dos poços existentes. A área de ocorrência do Aquífero Karst apresenta, naturalmente, restrições para assentamentos urbanos, em função dos processos de dissolução das rochas carbonáticas (IPARDES 2004).

A dinâmica populacional do município de Rio Branco do Sul acompanhou o processo histórico brasileiro de êxodo das zonas rurais a partir da década de 1970. A ocupação permaneceu por anos atrelada à atividade no campo. Até a década de 1980, 54,6% da população ainda encontrava-se na área rural do município (IBGE, 2010). Com o desmembramento do município

de Itaperuçu, em 1993, ocorreu um reordenamento populacional que implicou na queda de 8.955 habitantes em Rio Branco do Sul, conforme indicou o levantamento censitário posterior. Atualmente a população de Rio Branco do Sul é majoritariamente urbana, com 71,9% da população residindo na região central.

Apontamentos realizados por munícipes em diagnóstico socioeconômico realizado no ano de 2011 indicaram que a evasão rural nos últimos anos se deu principalmente pelo avanço das florestas plantadas de *Pinus* e *Eucalyptus*, em substituição às culturas de subsistência até então existentes (Souza & Miranda et al., 2011). Grandes empresas de reflorestamento e mesmo grandes proprietários rurais estão plantando extensas áreas com *Pinus* e *Eucalyptus* destinados à fabricação de papel e celulose, motivo pelo qual pequenos proprietários rurais estão vendendo ou arrendando suas propriedades na busca de melhores condições de vida em centros urbanos.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são oriundas da indústria de mineração e madeireira, sendo a Votorantim Cimentos a maior indústria presente na cidade (Souza & Miranda et al., 2011).

A atividade rural gera apenas 6% do total do Valor Adicionado Bruto, representando um total de R$30.912,00 em 2011. Os principais produtos agropecuários derivam do cultivo de grãos, frutas, tubérculos, aves e bovinos. Em 2012 o IBGE registrou uma produção de 31.974 toneladas de milho, 15.000 toneladas de tangerina e 3.744 toneladas de mandioca. Com relação à pecuária, há rebanhos de bovinos (17.945 cabeças), aves (73.000 aves), suínos (10.520 cabeças) e a presença de rebanhos de bubalinos, caprinos, equinos, ovinos e muares (IPARDES, 2013).

A produção orgânica concentra-se em apenas duas comunidades. Uma que produz grãos (feijão, milho) e hortaliças, contando com oito produtores certificados pela Rede Ecovida; e

outra que produz para comercialização hortaliças, contando com doze produtores certificados pela mesma rede (EMATER, 2011).

A venda dos produtos agrícolas convencionais (olerícolas e leguminosas) é geralmente realizada de forma indireta, através do Programa do Governo Federal PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, ainda que alguns agricultores tenham a iniciativa de realizar a venda de porta em porta e aos sábados em um "ponto de feira" improvisado na área central do município. Já os produtos orgânicos têm demanda maior, sendo a comercialização também realizada indiretamente, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Uma pequena parcela dos produtos é vendida para o abastecimento dos mercados locais, sendo a venda em maior quantidade destinada às feiras orgânicas de Curitiba e à Central de Abastecimento - CEASA PR, localizada também na capital (EMATER, 2014).

Ainda segundo a mesma fonte, são beneficiadas atualmente pelos Programas Federais em vigor no município – PAA/ PNAE - cerca de 270 famílias, destacando que a EMATER local não tem um controle exato das famílias que comercializam diretamente para o CEASA, mercados locais e feiras de Curitiba.

3.3.2 Itaperuçu

Itaperuçu é um município pertencente à microrregião de Curitiba, criado a partir da emancipação do município de Rio Branco do Sul em 1993. Seus municípios limítrofes são Campo Largo, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul e Castro, com dimensão territorial de 320,158 km² (IPARDES, 2013).

Apresenta um clima subtropical úmido, com verões frescos e invernos com geadas severas e frequentes. A formação vegetal dominante é a mata de araucárias e os campos, apesar de integrar a porção protegida de Mata Atlântica do Vale do Ribeira. Ocupa uma área de relevo montanhoso com maior

vulnerabilidade erosiva, apta ao manejo florestal (IPARDES, 2004).

Assim como Rio Branco do Sul, parte do território municipal encontra-se sobre a região de águas subterrâneas do Aquífero Karst, que é de grande potencial para abastecimento de água de toda a região metropolitana de Curitiba.

Itaperuçu possui uma população de 23.887 habitantes, com uma densidade demográfica de 75,97 hab/km² e 7.280 domicílios registrados. A população é essencialmente urbana, com 83,5% de habitantes residindo na região central (IBGE, 2010).

Segundo estudos realizados, a concentração urbana de Itaperuçu tende a aumentar, motivada principalmente pelo avanço das culturas de *Pinus* e *Eucalyptus* que intensificam o êxodo rural. Pequenos proprietários rurais estão vendendo suas propriedades para buscar melhores condições de vida nos centros urbanos frente à expansão da monocultura do *Pinus* e *Eucalyptus* (Souza & Miranda et al., 2011).

As atividades produtivas predominantes em Itaperuçu estão ligadas à exploração mineral dos recursos naturais existentes, exploração da madeira, agropecuária e serviços em geral. A atividade rural gera aproximadamente 5% do total do Valor Adicionado Bruto, representando um total de R$ 23.232,00 em 2011 (IPARDES, 2013).

Relacionado às atividades de agropecuária, os principais produtos derivam do cultivo de frutas, tubérculos, aves e bovinos. Em 2012 foram contabilizados 4.651 mil cabeças de gado, 49.000 galináceos e 1.869 suínos. No mesmo período o IBGE registrou uma produção de 45.000 toneladas de tomate, 20.000 toneladas de limão, 17.568 toneladas de tangerina e 15.623 toneladas de mandioca (IPARDES, 2013).

A venda dos produtos agrícolas (olerícolas) é realizada de forma indireta, através do programa de governo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), beneficiando diretamente 96 agricultores que comercializam sua produção

(EMATER, 2011). Identificou-se também a comercialização informal realizada de porta em porta em casos isolados.

Não houve registros de produção de origem orgânica certificada no município até o presente momento.

Importante citar que a região onde se localiza Itaperuçu é a principal produtora de derivados do calcário, segundo a Mineropar[10]. No município destacam-se principalmente as indústrias de cal e cimento. O valor compensatório pela exploração mineral em 2012 chegou a R$ 28.424,91 (IPARDES, 2013), porém, os dados não revelam onde esse dinheiro foi aplicado.

Notadamente, na área rural, a principal atividade é o reflorestamento de *Pinus* e *Eucalyptus*. Essa madeira é utilizada na construção civil e também na indústria de celulose. Os serviços oriundos do beneficiamento da madeira fizeram expandir a cadeia, com destaque para um número significativo de serrarias no município. De acordo com dados levantados, pode-se verificar que o reflorestamento de *Pinus* e *Eucalyptus* vem tomando grandes porções da área rural do município, substituindo a atividade agrícola devido ao alto índice de arrendamento de terras para o plantio das espécies (Souza & Miranda et al., 2011).

3.4 O PASSADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O IMPACTO NA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Passados os processos e as marcas deixadas pela modernização da agricultura em um cenário em que o crédito, a pesquisa, a assistência técnica e o cooperativismo foram impulsionados por um conjunto de políticas públicas que mudaram o cenário da agricultura nacional, o Vale do Ribeira –

[10]Tem a função institucional de atuar como o Serviço Geológico do Paraná e servir de suporte técnico aos órgãos e entidades estaduais, aos municípios e à indústria mineral. <Disponível em: http://www.mineropar.pr.gov.br>.

PR conta, a partir dos anos 1970, com um conjunto de ações de Programas Governamentais que dão ênfase para a agricultura da região. Assim sendo, neste tópico busca-se resgatar algumas das políticas públicas que produziram maiores efeitos na realidade agrícola local, frente aos programas implantados anteriormente na região, a fim de entender a lógica do panorama atual da agricultura familiar em Rio Branco do Sul e Itaperuçu, partindo do pressuposto de que o passado das políticas públicas concebidas no território influenciaram diretamente no cenário agrícola atual dos municípios e nos resultados das ações públicas em curso.

Dentre as políticas públicas implantadas na região anteriormente, merece destaque o Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira – PRODELAR, criado em 1976 pelo governo estadual, que objetivava sumariamente o desenvolvimento da região Litoral e Alto Ribeira. No que tange à agricultura, o Programa não via na atividade um potencial projeto voltado ao desenvolvimento "econômico" da região, tendo em vista que o território não era visto com potencialidades para os chamados corredores de exportação nem como alternativa para as cadeias agroindustriais de produção de alimentos. Foi então que o Programa priorizou a atividade de pesquisa e exploração mineral como sendo uma atividade econômica com potencial para o alcance do então desenvolvimento econômico do território. Dentre as políticas de médio e longo prazo, foram previstas a criação de um polo cimenteiro na região e, em segundo plano, o aproveitamento da laranja em Cerro Azul. Como políticas de curto prazo, de forma marginal foi previsto o apoio à agricultura em cadeias como a do leite, fruticultura (mamão e citrus), olericultura (tomate, pimentão e alho) e as culturas de subsistência, além de um programa de regularização fundiária dos municípios que compõe o território. Porém, a fragilidade da assistência técnica e do investimento em pesquisa, a ausência de cooperativas, bancos, agroindústrias bem como canais de mercado e meios de

escoamento da produção impossibilitaram a consolidação de cadeias como a da hortifruticultura, a do leite e da laranja (Bianchini, 2010). Já a prioridade do PRODELAR, que era investir em pesquisa e exploração mineral, acabou se concretizando quando subsídios governamentais foram destinados à pesquisa e exploração mineral, acarretando no fortalecimento e ampliação do polo cimenteiro nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Chegada a década de 1980, o Governo do Estado procurou então casar ações de desenvolvimento econômico baseadas em propostas de combate à pobreza e conservação dos solos e da água na região, encontrando sérias dificuldades na ação sistêmica para alcançar estas vertentes de atuação.

Exemplo disso foi o Programa de Apoio à População Carente do Alto Ribeira - PRÓ-RIBEIRA, criado em 1980 como parte integrante do Programa de Desenvolvimento Regional - Apoio às Populações Carentes, elaborado pelo IPARDES e financiado por agências multilaterais de desenvolvimento. O perfil do Programa era de complementaridade entre as ações produtivas e sociais, com a criação ou ampliação de serviços básicos de atendimento da população, os chamados programas sociais. A proposta era a promoção do incentivo à melhoria da produção de culturas de subsistência, como o milho e o feijão, aos novos implementos agrícolas de tração animal, à citricultura, à pecuária (leite, caprinocultura e suinocultura), além da apicultura, armazenagem, comercialização, melhoria de estradas, regularização fundiária, saneamento rural, e até mesmo a previsão de diversificação da pequena propriedade a partir do reflorestamento de *Pinus* ou *Eucalyptus* e/ou Bracatinga ou Erva-mate, em áreas impróprias à agricultura em até três hectares da propriedade. O resultado revelou que o alcance no incentivo à diversificação agropecuária foi muito modesto, ao passo que as ações de incentivo ao reflorestamento de *Pinus* e *Eucalyptus* na região foi um tanto quanto significativo,

principalmente no que tange aos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Também o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRÓ-RURAL, criado em 1981 pelo Governo do Estado do Paraná com apoio do BID, visando à ampliação da estrutura da ATER, da Pesquisa, do apoio ao associativismo, criação de associações e melhora de infraestrutura e dinamização do uso do crédito rural. O PRÓ-RURAL tinha o objetivo de aumentar a produção agropecuária, o nível de renda dos produtores e, consequentemente, a qualidade de vida. Por meio dos subprojetos produtivos, de pesquisa, extensão e crédito, os produtores obteriam apoio técnico e financeiro para aumentar sua produção e, ao mesmo tempo, incrementar o rendimento das terras em exploração. Como resultado, o Programa proporcionou um incremento às principais cadeias produtivas da região, com um alcance pequeno no universo dos pequenos agricultores, beneficiando, portanto, agricultores com melhor nível de tecnologia. Porém, o impacto mais significativo que se pode atribuir ao PRO-RURAL foi a recuperação da "máquina estatal" durante os anos 1980, dando a ela condições de operacionalidade através da criação de novos escritórios da EMATER, com a consequente ampliação no número de técnicos, veículos e rede de apoio à pesquisa na agricultura.

Já em 1989, é implementado o Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição em Microbacias Hidrográficas - PARANÁ RURAL, pautado em diretrizes que previam a conservação de solos e da água e controle da poluição, confirmando a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e ação prioritária para as regiões mais dinâmicas da agricultura, sendo estas as mais impactadas pelo uso intensivo do solo. A decisão de priorizar este novo Programa deixando para um segundo plano o PRÓ-RURAL, foi uma opção política de governo em função das dificuldades de um arranjo institucional interorganizações. Assim, a atuação do Programa convergiu para a priorização das áreas mais férteis e

dinâmicas do Estado, que são as regiões norte e oeste do estado, com uma agricultura mais intensiva e uma maior demanda de práticas de manejo de solo e da água, assim como do controle à poluição. Os investimentos do PARANÁ RURAL no Vale foram proporcionais à importância econômica da região e à capacidade de contrapartida de seus agricultores ou ainda a adequação da tecnologia e da assistência técnica à realidade regional, recebendo o território, assim, poucos recursos.

Com o término do PRÓ-RURAL é criado então, em 1998, o Paraná 12 Meses, executado pelo Governo do Estado com apoio financeiro do Banco Mundial, estando em atividade até abril de 2006. Os componentes básicos do Programa previam o desenvolvimento social e produtivo do beneficiário e o fortalecimento institucional e desenvolvimento tecnológico, tendo como meta a redução da pobreza rural e a promoção do gerenciamento correto dos recursos naturais do estado, devido à degradação causada principalmente pela implementação de políticas de ajuste econômico. O projeto foi concebido considerando que a viabilização da agricultura ocorreria a partir do desenvolvimento dos agricultores e de seus familiares, como cidadãos, e do seu crescimento como profissionais da agricultura. Ele considerava avançar nos hortifrutigranjeiros e na revitalização da cafeicultura além de agregar mais valor na produção com o incremento da agroindustrialização, traduzidas em um plano de ação. Porém, a tipologia do Programa criou dificuldades para uma parcela significativa de agricultores do território, com sistemas mais extensivos em áreas superiores a 30 hectares, favorecendo agricultores localizados em áreas mais férteis com sistemas mais intensivos e, consequentemente, com melhor estrutura de ATER e nível de organização, o que não era o caso do Vale do Ribeira. O apoio à agricultura foi pequeno, não atendendo novamente às reais demandas dos agricultores familiares da região, principalmente os de menor renda. Em relação ao meio ambiente, faltou novamente a adequação das

propostas técnicas previstas no Programa casadas às reais necessidades dos agricultores e da região (Bianchini, 2010).

Já então no ano de 2006, por sua vez, é implantado no território o Programa de Desenvolvimento do Território do Vale do Ribeira – PRONATER, criado em âmbito nacional como um dos subcomponentes do PRONAF (infraestrutura). O Programa tinha como objetivo atender aos municípios de baixo IDH e forte concentração da agricultura familiar, com recurso a fundo perdido para apoiar Planos Locais em municípios selecionados, exigindo como contrapartida a formação de Conselhos Locais de Desenvolvimento e a elaboração e execução de projetos acordados em função das prioridades do Programa. O cenário revelou que muitos projetos foram inviabilizados em função de que os municípios, frequentemente, não apresentavam a documentação exigida para acessar as políticas públicas. Também houve dificuldade com a contrapartida exigida pelo projeto, ora em função de problemas orçamentários ou de legalidade para receber a obra prevista, assim como a ausência de organizações sociais fortes para monitorar o andamento das ações.

A realidade hoje é que a estrutura agrária do território continua com elevados índices de concentração de terras. Assim, um grande número de agricultores familiares ainda não tem acesso à regularização fundiária de suas propriedades, o que dificulta o acesso a um conjunto de políticas públicas como o crédito rural, habitação e subsídios governamentais via projetos de desenvolvimento rural, sem falar na produção agrícola, que depende do acesso à terra para ser desenvolvida.

Nota-se que as políticas públicas e programas de governo implementados no território do Vale do Ribeira – PR chamam atenção para a necessidade de uma atuação sistêmica e conjunta das diferentes iniciativas governamentais ligadas à sustentabilidade da agricultura familiar e toda a sua dinâmica e complexidade. Como romper com as políticas que beneficiam sumariamente aqueles agricultores mais envolvidos com o

mercado, não deixando à margem questões de combate à pobreza, diversificação da produção e geração de renda para o meio rural de forma a envolver os pequenos agricultores da região? Como harmonizar a dimensão ambiental em um cenário de fragilidades para o mantenimento/crescimento da inclusão social dos agricultores familiares? Como obter assistência técnica de qualidade e educação no meio rural para potencializar os investimentos disponíveis em crédito e infraestrutura? Como otimizar o capital social existente para potencializar este conjunto de ações? Estas são algumas das questões que não foram respondidas ao longo do tempo, herdando os programas de desenvolvimento e as políticas públicas que impactaram o social da região um desafio a ser superado pelos atuais e futuros programas ligados ao desenvolvimento rural e manutenção da agricultura familiar no território.

3.5 O CENÁRIO ATUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

O objetivo deste tópico não é o de saturar a discussão acerca das políticas públicas de apoio e manutenção da agricultura familiar atualmente em vigência nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu – Paraná, mas sim, caracterizá-las de forma breve quanto aos objetivos propostos pelos respectivos programas de governo, sua legislação e especificidades, assim como a realidade encontrada *in loco*. Destaca-se que se fazia um objetivo do presente tópico o mapeamento das políticas públicas atualmente em vigência nos municípios separadas por comunidades atendidas por determinada política pública. Por exemplo, no caso do PRONAF que é mais acessado em Itaperuçu nas comunidades Taquaral e Açungui do Meio pela modalidade investimento, e nas comunidades de Pombas e Barro Branco na modalidade custeio, revelando uma realidade em que a pecuária bubalina se faz mais presente como atividade agropecuária exercida localmente,

apontando para um crescente investimento no setor e nas localidades indicadas no mapa, e assim por diante desenvolver a linha de raciocínio. No entanto, por motivos de insuficiência de dados por parte dos gestores intermediários das políticas públicas, destacando-se principalmente o Banco do Brasil, unidade de Rio Branco do Sul, que é também o responsável pelo repasse do PRONAF em ambos os municípios e que conta com uma abrangência maior do que as Cresois locais, não foi possível, infelizmente, construir esses dados e gerar tais resultados para a pesquisa.

3.5.1 Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar - PRONAF

De acordo com o Manual Operacional do PRONAF, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva em sua essência fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar por meio da integração do agricultor com a cadeia produtiva, através da modernização do sistema de produção e a profissionalização dos envolvidos. A ideia é, através dessas iniciativas, propiciar ao agricultor familiar um aumento de renda e agregação de valor ao produto e à propriedade, de forma a apoiar o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda, proporcionando, assim, bem-estar social e aumento da qualidade de vida de seu público alvo.

Segundo a legislação do Programa (Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996), o objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. O PRONAF estabelece, no seu documento base, como sendo o objetivo primeiro do Programa: “a promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural a partir da implementação de ações que

possibilitem o aumento da capacidade produtiva, a manutenção e geração de empregos, e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e ao exercício da cidadania pelos agricultores familiares" (MDA, 2002, p. 7).

A legislação prevê, ainda, os seguintes objetivos específicos:

> (i) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; (ii) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; (iii) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; (iv) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (MDA, 2002, p. 7).

Para atingir seus objetivos, o PRONAF apresentou diversas alterações em suas normas e regimento desde a criação do Programa até a atualidade, visando à adequação da política à dinâmica da agricultura familiar nacional.

O perfil do beneficiário exigido pelo Programa é caracterizado pela figura do agricultor familiar, seja este proprietário, assentado, posseiro, arrendatário, meeiro, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, cuja renda provenha, no mínimo em 50%, de atividades agropecuárias ou não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural, que seja residente na propriedade ou em local próximo e possua, no máximo, 4 módulos fiscais (6 módulos fiscais, no caso de atividade pecuária), tendo o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento, sendo a renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal,

que antecedem a solicitação da DAP[11], de até R$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Para fins de obtenção de crédito, os agricultores beneficiários do PRONAF aparecem adequados em seis categorias distintas:

- Grupo A: agricultores assentados da reforma agrária e beneficiários do crédito fundiário, podendo financiar até R$ 20.00,00 em até 03 operações a uma taxa de 0,5% ao ano;

- Grupo A/C: agricultores familiares que já tenham contratado a primeira operação do Grupo A e que tenham renda familiar nos últimos 12 meses de até R$ 14.000,00, sendo o limite para empréstimos de até R$ 5.000,00 a um juros de 1,5% ao ano;

- Grupo B: agricultores familiares com renda familiar dos últimos 12 meses de até R$ 6.000,00, sendo que, 30% da Renda Bruta Anual Familiar deverá ser obrigatoriamente proveniente da propriedade rural. O crédito de investimento é para atividades agropecuárias e não agropecuárias, com um limite de até 03 operações de R$ 2.500,00 por operação a uma taxa de juros de 0,5% ao ano;

- Variável: Renda Familiar dos últimos 12 meses acima de R$ 6.000,00 e de até R$ 300.000,00 sendo que, 50% da Renda Bruta Anual Familiar deve ser oriunda da propriedade rural,

---

[11] É o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural MCR, do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2. <Disponível em: www.mds.gov.br>.

tendo esta até dois empregados permanentes, variando a taxa de juros de acordo com o valor de crédito cedido, sendo de 1,5% a 4,5%.

O Programa conta ainda com subprogramas que buscam fomentar a geração de renda pela agroindústria, turismo rural, biocombustíveis, plantas medicinais, cadeia produtiva, seguro agrícola, seguro de preço e seguro contra calamidade por seca na Região Nordeste.

Em termos de operacionalização, o PRONAF apresenta as seguintes linhas de crédito:

- Pronaf Investimento: utilizado para realização de investimentos na propriedade;

- Pronaf Custeio: destina-se ao financiamento de atividades agropecuárias de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros;

- Pronaf Mais Alimentos: visa o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;

- Pronaf Agroindústria: financia investimentos em infraestrutura, beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;

- Pronaf Agroecologia: destina-se a investimentos em sistemas de produção agroecológica ou orgânica, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

- Pronaf Eco: financia investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural no meio ambiente;

- Pronaf Floresta: foca em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;

- Pronaf Semiárido: linha de crédito para investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e demais infraestruturas de produção agropecuária;

- Pronaf Mulher: linha para o financiamento de investimentos em propostas de crédito para a mulher agricultora;

- Pronaf Jovem: financiamento de investimentos de propostas de crédito para jovens agricultores e agricultoras;

- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: crédito destinado a cooperativas ou associações ligadas a atividade agrícola, voltado para necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção;

- Pronaf Cota-Parte: visa o financiamento para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento;

- Pronaf Microcrédito Rural: destina-se a agricultores de baixa renda, permitindo o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, a fim de financiar oportunidades que possam gerar renda para a família;

- Crédito Rotativo - Rural Rápido: funciona como um cheque especial em que o agricultor vai utilizando os recursos segundo suas necessidades, sendo utilizado majoritariamente pelo segmento dos agricultores familiares dos grupos mais capitalizados;

- Integrado Coletivo: crédito destinado a associações, cooperativas e outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários do PRONAF;

-Pronaf Agregar: destina-se a financiar projetos individuais ou coletivos que envolvam infraestrutura, prestação de serviços, marketing, beneficiamento de produtos, etc.

Assim, nota-se que o Crédito Rural do PRONAF financia atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares e beneficiários do Programa,

havendo várias modalidades de financiamento, tanto para o custeio da produção quanto para projetos de investimento, e para agregação de renda à produção rural.

Evidente se faz o avanço que tal política pública representou para as organizações e atores que representam a agricultura familiar hoje, bem como suas “lutas” em busca de melhores condições de vida para a categoria. Porém, críticas acerca das políticas públicas formuladas para este público ainda são alvo de intensa discussão na academia. O PRONAF se encontra no centro dessas discussões, tendo em vista que o Programa representa se não a principal, uma das principais políticas agrícolas para o setor, segundo diversos autores pesquisados, ainda que o objetivo deste tópico não seja dar margem a este assunto.

Na visão de Gazolla (2004), o Programa inaugura uma nova fase importantíssima voltada à agricultura familiar brasileira, onde os agricultores familiares se tornam alvos de políticas públicas e atores sociais, demostrando assim, o Estado, a devida importância que tal categoria social representa para o desenvolvimento do país.

Guanziroli (2007) destaca que o PRONAF surge em vias de subsidiar crédito aos agricultores, em particular os familiares, numa época em que o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os principais problemas. O autor cita que após 10 anos de execução, o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, impulsionou programas, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores quanto dos municípios abrangidos.

Tal discussão torna-se de extrema importância se considerado que o Programa tem objetivos e formas de operacionalização especificadas sob forma de lei, e que estas podem estar indo ou não ao encontro das necessidades e desafios hoje enfrentados pela categoria da agricultura familiar.

No entanto, há uma crítica entre grande parte dos autores que discutem o tema, dizendo que o PRONAF contou com uma grande distorção de seu foco de atuação relacionado à abrangência dos beneficiários pelo programa, em termos regionais e sociais.

Petrelli & Silva (2004) ressaltam que o Programa estaria privilegiando, na verdade, a propriedade familiar "eficiente" em detrimento dos mais fragilizados, em observância ao fato que no leque do universo considerado como sendo o de agricultores familiares, o grupo mais economicamente integrado tem recebido as benesses desta integração e conseguiu fazer parte do processo de modernização conservadora. Os autores observam as altas taxas de financiamento para o fumo (hoje proibido) e a soja sobre o total financiado - produtos destinados à produção agroindustrial e de exportação; ao passo que verifica-se a baixíssima participação de liberações de recurso para a produção de arroz, feijão e outros produtos dirigidos ao mercado interno.

Na visão de Sabourin (2007), ainda que os créditos para a agricultura familiar tenham aumentado muito e sejam distribuídos segundo diversas modalidades, apenas representam de 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal. O autor defende ainda que o PRONAF, sob a forma de crédito individual ou de subvenção para equipamentos coletivos, beneficiou, sobretudo, os agricultores familiares mais dotados de capital, melhor articulados com a rede bancária e de forma espacializada, beneficiando essencialmente a região Sul.

Alguns autores registraram mudanças institucionais e financeiras em meados dos anos 2000, que possibilitaram expandir o Programa, elevar a capilaridade dos financiamentos e melhorar a distribuição dos recursos entre regiões e entre níveis de renda dos agricultores familiares, implicando na redução da desigualdade da distribuição dos financiamentos do programa, até o ano de 2006 (Schneider; Cazella; Mattei, 2004). Sobretudo a partir de 2007, a distribuição dos financiamentos voltou a se concentrar, favorecendo principalmente os estados

da região Sul do país, respondendo no ano de 2010, por quase 60% do crédito para custeio e 50% do crédito de investimento total do Programa. Conjuntamente, as regiões Sul e Sudeste tomaram cerca de 84% do crédito de custeio, 62% do crédito de investimento e aproximadamente 73% do total de crédito (Souza et al., 2013).

Cazella (2012), analisando alguns precedentes sobre o desempenho e a capacidade do PRONAF em beneficiar agricultores familiares, conclui que a orientação do Programa se deu em vias de atender unidades familiares com melhor desempenho produtivo em decorrência da maior capacidade de pagamento do empréstimo. Segundo o autor, a modalidade de microcrédito do Programa apresentou resultados pífios com diversas evidências de que não se trata de uma linha estratégica dentro do MDA.

O PRONAF, de acordo com os objetivos que estabelece, tem como propósito propiciar o atendimento das necessidades da agricultura familiar com uma política pública compatível com o seu padrão tecnológico, tornando-a sustentável e produtiva, fundamentalmente, pela disponibilidade de crédito com taxas de juro e prazos especiais para a categoria da agricultura familiar assegurar emprego e renda.

Entende-se assim que o sistema de exploração adequado à realidade da agricultura familiar pode definir sua viabilidade econômica e, portanto, social. Assim, a presente pesquisa busca, sumariamente, verificar junto aos beneficiários do projeto, os impactos que tal política pública trouxe para a realidade daqueles que vivem e fazem da terra seu subsídio, sua ferramenta de trabalho e sua fonte de renda.

3.5.1.1 Dados e visão dos sujeitos locais sobre o PRONAF

Hoje nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar pode ser acessado por meio de duas entidades distintas: Cresol – Sistema

de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária e Banco do Brasil.

Segundo dados obtidos em campo, a Cresol de Rio Branco do Sul conta hoje com 900 associados, sendo que destes aproximadamente 380 agricultores acessam algum tipo de PRONAF. Em média, são 150 agricultores que acessam as linhas de custeio e o restante a modalidade de investimento, variando os empréstimos de R$ 1.000,00 a 30.000,00 reais, a uma taxa de juros que varia de 1,5% a 3,0% ao ano dependendo da modalidade. Para empréstimos de custeio o agricultor goza de 12 meses para pagar e de investimento conta com um prazo que varia de 06 a 10 anos para quitar a dívida, dependendo do que irá ser financiado. Segundo o gestor do PRONAF na cooperativa, a Cresol repassa à agricultura familiar um montante de dois milhões de reais ao ano através do Programa, contando com uma carteira de clientes fixa e apresentando uma taxa de inadimplência controlada, que gira em torno de 1% no índice de não pagantes. As comunidades em que os agricultores que acessam o benefício residem são: Campina dos Pintos, Pinhal, Pocinho, Lavras, Jacaré, Alto Açungui, Açungui, Agua Branca, Ribeirinha, Pouzinho, Areias do Rosário, Florestal, São Pedro, Capirú, Tigre, Tigrinho, Ribeira dos Costa, Ribeira e Borges.

Já a Cresol de Itaperuçu atende aproximadamente 280 agricultores familiares que emprestam crédito do PRONAF via Cooperativa, sendo os contratos estabelecidos para fins de investimento e custeio da produção. O funcionário da Cresol entrevistado, esclarece que, todos os agricultores sem exceção, que emprestam recurso através da categoria investimento são proprietários de terra, assim como aqueles que financiam o custeio da pecuária via PRONAF. Já os custeios agrícolas via Programa são cedidos na maioria dos casos para arrendatários de terras. Isto explicita o fato de que pequenos agricultores que encontram-se hoje em uma situação econômica vulnerável, investem na produção agrícola do município - que encontra-se atualmente fragilizada, ao passo que os agricultores

estabilizados, proprietários de terra e que possuem um melhor rendimento econômico, investem na pecuária extensiva de gado e búfalo.

O Banco do Brasil – BB - instituição brasileira estatal de sociedade e economia mista, repassa o crédito do PRONAF para ambos os municípios, nas modalidades de custeio e de investimento, em sua maioria para projetos individuais, contando com um baixo índice de inadimplência. Segundo o gerente responsável pelo PRONAF do BB, em Itaperuçu e Rio Branco do Sul o crédito via PRONAF é utilizado praticamente para atividades ligadas à pecuária, sendo muito pouco do crédito destinado à agricultura de grãos e olerícolas para o mantenimento da safra de um ano para o outro e custeio de lavouras de *Pinus*. Ele relata que os investimentos são direcionados, em sua maior parte, à aquisição de matrizes de gado de corte e uma parcela para a recente criação de bubalinos instalada na localidade, e o custeio para a manutenção do rebanho com vacinas, ração e afins. Atualmente, via BB, há aplicado R$ 17.400.000,00 na agricultura familiar de Itaperuçu e Rio Branco do Sul através do PRONAF, sendo a maior parte do montante voltada para a categoria de investimento, em geral com propostas ligadas à pecuária, e também para aquisição de máquinas, veículos utilitários e caminhões, ligados ou não à atividade pecuária. Quando indagado sobre qual tipo de agricultor se beneficia mais do PRONAF, se o agricultor de subsistência que ainda não consegue se inserir no mercado ou o agricultor com maior capacidade produtiva e que já detém de uma parcela do nicho, o entrevistado responde que o Programa atinge os dois públicos, cada qual com sua maneira diferente, mas que em sua opinião hoje quem tem mais proveito do PRONAF é a figura do agricultor que já está no mercado, até mesmo porque na hora de apresentar o projeto e pedir o crédito, este agricultor mostra que tem mais capacidade de pagamento e quitação da dívida, apesar de o agricultor de subsistência contar

com linhas de financiamento próprias, conseguindo em geral financiamento para a modalidade custeio.

Segundo dados da Emater (2014), na modalidade investimento são beneficiados apenas 20 agricultores via BB em Itaperuçu, classificados como pequeno a médio agricultor, onde relatos afirmam que o número de agricultores beneficiados é reduzido, mas o montante de verba destinada à categoria é maior. O crédito é utilizado basicamente para compra de veículo utilitário, trator, compra de gado (boi e búfalo) e reflorestamento de *Pinus* e/ou *Eucalyptus* via Pronaf Eco. Os agricultores familiares beneficiados pela categoria estão localizados basicamente nas comunidades rurais de Taquaral, Açungui do Meio e João Adolfo, comunidades estas que acusam uma realidade basicamente voltada para agricultura de cultivo de grãos, pecuária mista (bovino e bubalino) e reflorestamento (*Pinus e Eucalipto*), respectivamente.

Dentre os agricultores e agricultoras entrevistados residentes nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, 12 deles acessam à política pública e apenas 03 desconhecem, não participam ou nunca participaram do Programa. Destes, 11 agricultores acessaram a modalidade de crédito para custeio e 06 a modalidade investimento, havendo casos de um único agricultor fazer empréstimo nas duas modalidades, conforme ratifica a fala do agricultor entrevistado:

> Eu já peguei crédito nas duas modalidades. Hoje eu pego o crédito geralmente pra lavoura (custeio), porque eu planto sempre um pouco de milho e também para a parte das hortaliças. Tem que ter uma manutenção de carpinagem, puxar esterco e colocar no plantio, então eu pego o crédito para pagar gente que faça isso. Agora, em geral, o crédito é pego pelos agricultores locais para custeio de safra e também para investimento na propriedade. Eles pegam mais para reforma de cerca ou fazer uma cerca nova, compra de

> semente, adubo, essas coisas, e tem a outra área que é mais para a construção de mangueiras, galpão, retiro pra ordenha, financiamento de ordenhadeiras, tem várias áreas que sai o PRONAF. Só que agora deu uma parada, estamos há vários meses sem acesso à política porque o BNDES não libera o recurso. Agente estava até falando que se não liberar o recurso ate o mês de agosto ninguém vai querer pegar, porque até lá o agricultor já mecanizou o terreno, fez a derrubada, preparou a terra. O importante do PRONAF é antes de começar a preparação da terra (Agricultor, 59 anos, categoria: gestor intermediário).

Destaca-se que o atraso do repasse do recurso por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES para o PRONAF, conforme o mencionado na entrevista acima e em outras entrevistas mais, se dá devido a problemas operacionais do sistema de repasse das informações, que localiza-se no Distrito Federal. Segundo relatos dos gestores intermediários da política pública, até ocorrerem as liberações de crédito, deve-se considerar o tempo hábil para serem liberadas e aprovadas as documentações necessárias para a realização do empréstimo em Brasília, sendo o processo burocrático então repassado as entidades locais para então ocorrer a liberação do recurso e posterior repasse aos beneficiários.

Segundo relativização dos gestores intermediários do Programa e do poder público local, os projetos destinados ao PRONAF são, em sua maioria, acessados e realizados de forma individual, sendo o crédito do Programa utilizado em sua maior parcela na modalidade investimento, por agricultores familiares que acusam maior desempenho produtivo e consequentemente inserção no mercado, sendo o crédito utilizado geralmente para compra de veículos utilitários, maquinários, equipamentos e compra de matrizes de animais — com muita recorrência às

matrizes de bovino e bubalino. Em menor quantidade de verba, o PRONAF beneficia a categoria custeio, que é utilizada em geral para agricultores familiares de subsistência ou que acessam o PAA como principal forma de comercialização de sua produção, sendo utilizado em geral para custeio da safra. Recorrentemente esteve presente na fala dos entrevistados a informação de que há pouco investimento disponível via PRONAF para a agricultura familiar.

Nas quatro falas dos representantes do poder público local entrevistados foi recorrente a citação do acesso ao PRONAF e sua ligação com aqueles agricultores considerados familiares que contam com um melhor desempenho produtivo e inserção no mercado. Ao indagar sobre se o crédito cedido, na maioria das vezes, é utilizado para custeio da safra ou para atividades agroindustriais (investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários), a generalidade dos entrevistados citou que o crédito é cedido, na maioria das vezes, para atividades ligadas à agroindústria: "*A maioria do crédito do PRONAF no município vai para a compra de animais de criação - gado e búfalo e compra de veículos, sendo a maior parte dos beneficiários os proprietários de terras ou arrendatários*" (Técnica Emater unidade Rio Branco do Sul, 57 anos, categoria: poder público). Ainda em se tratando da opinião do poder público sobre se o crédito cedido via PRONAF é mais utilizado para custeio da safra ou realização de atividades agroindustriais, um dos entrevistados afirma:

> O crédito pelo PRONAF é mais cedido de forma individual, geralmente para investimento em máquinas (trator, caminhonete, utilitário), equipamentos (semeadeira e plantadeira para as regiões mais planas) e matrizes de bovino e bubalino (Técnico Emater unidade Itaperuçu, 46 anos, categoria: poder público).

Na opinião dos agricultores (as) familiares entrevistadas, o PRONAF contribui de forma direta para a elevação da renda e para a melhoria das condições de vida no meio rural quando relacionado à subvenção para a produção e mantenimento da safra. De forma indireta, percebe-se uma melhora no nível de organização desses agricultores que, hoje, engendram a busca por outros subsídios para a agricultura como maquinários, assistência técnica e outros insumos, assim como outras políticas públicas ligadas à habitação rural, saneamento, saúde e educação.

Nas reuniões mensais do Conselho de Desenvolvimento Rural, organizadas toda última quarta-feira do mês em Itaperuçu e toda última sexta-feira em Rio Branco do Sul, as lideranças de agricultores familiares das comunidades rurais em atividade e o poder público se articulam para discutir assuntos de interesse comum e buscar soluções para as demandas trazidas do campo. Na ocasião são debatidos assuntos inerentes à produção no campo - acesso a políticas públicas, assistência técnica, insumos e maquinário, até demandas ligadas à saúde, segurança, qualidade de vida e lazer. Geralmente, a reunião conta com a presença de alguma autoridade local ou representante do poder executivo que procura ouvir as demandas dos agricultores e agricultoras e levar informação ao meio rural, em ambos os municípios.

Quando indagados sobre se, em sua opinião, o PRONAF promove o fortalecimento da agricultura familiar local, os agricultores, em sua maioria, responderam que sim, havendo apenas uma ocorrência de resposta negativa: "*Olha, permite pouco o fortalecimento da agricultura familiar por causa do preço. Você investe, investe e na hora de vender vende barato e se apura para pagar*" (Lavrador, 33 anos, categoria: agricultor familiar). Já o outro agricultor familiar entrevistado enfatiza em sua fala a importância do PRONAF para a agricultura local:

> Se o agricultor não tem aquele "pontapé" com o PRONAF, fica difícil a compra de produtos para

> manter a produção. Eu acho que o PRONAF de ano em ano está sendo sempre melhorado. Os estudos que estão sendo realizados sobre agricultura familiar e o rural, eu acho que a cada ano abre novos créditos, novas linhas de crédito, então dá pra notar que o PRONAF está sendo bem trabalhado, todo ano melhorando (Agricultor orgânico, 37 anos, categoria: agricultor familiar).

Ao que se sucede, há uma forte recorrência da afirmativa de que o PRONAF promove o fortalecimento da agricultura familiar local, ajudando o homem e a mulher a manter-se trabalhando na terra: "*Sim, fortalece, sim, a agricultura familiar, porque tem um agricultor que não tem um meio para trabalhar sem o PRONAF, o PRONAF ajuda bastante para o investimento na roça*" (Agente de saúde e agricultora, 48 anos, categoria: agricultor familiar). Ainda segundo relatos:

> O PRONAF fortalece com certeza a agricultura local, pois, através do Programa, existem mais condições de se trabalhar no campo. Nós, por exemplo, depois que financiamos o galinheiro, vendendo os frangos, conseguimos comprar um freezer, um triturador e uma debulhadeira de milho que a gente usa para fazer a ração para os pintinhos; isso com o lucro que a gente já tirou da propriedade. Agora, o que falta é um abatedouro na região, porque sem ele a gente só pode vender "em pé", só o animal vivo mesmo, mas, quando o cliente pede que quero frango limpo agente limpa também. Construímos até uma cozinha com cerâmica, lajotas nas paredes e pia em inox (Atendente de saúde e agricultora, 57 anos, categoria: agricultor familiar).

Na fala da agricultora acima se percebe uma demanda que foi recorrente entre os entrevistados: a criação de um abatedouro para a região. Os agricultores familiares acreditam que sua renda melhoraria significativamente com a criação de um abatedouro de suínos e galináceos que atendesse à região do Vale do Ribeira a fim de propiciar a venda certificada da carne e produtos derivados de origem animal que já são produzidos localmente e comercializados, muitas vezes, sem o controle da vigilância sanitária. A fala da agricultora revela que o comércio é existente, mas que não é realizado de forma legal e até mesmo correta do ponto de vista socioambiental. Nota-se que uma grande parte dos empréstimos via PRONAF realizados nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, no universo entrevistado, é destinado para investimento em mangueirões de porcos e galinheiros ou custeio de manutenção da criação. Isto, por um lado, movimenta a economia e o comércio local, gerando renda para o campo e assegurando a manutenção da agropecuária, mas, por outro lado, degrada os recursos naturais, haja vista que os restos mortais dos animais são lançados muitas vezes diretamente no rio ou enterrados em lugares impróprios, acusando uma destinação incorreta dos resíduos e representando, desta forma, um perigo tanto para o meio ambiente quanto para os residentes das comunidades rurais em que a prática acontece.

Os pequenos agricultores entrevistados, quando questionados sobre o que poderia vir a melhorar na política pública, revelaram que mudanças substantivas devem ser realizadas para alcance de uma melhora significativa no PRONAF, sendo as respostas mais recorrentes: (i) o aumento nos valores financiados pelo Programa; (ii) a redução da taxa de juros; (iii) a extensão do prazo de pagamento do empréstimo; (iv) a facilitação no acesso à política, de forma a tornar-se menos burocrático o processo; (v) planejamento eficaz do uso do dinheiro emprestado aos agricultores; e (vi) a adequação do crédito cedido, de acordo com o período da venda dos produtos;

representando este conjunto categorias específicas de análise. Segundo um lavrador entrevistado:

> Deveria ser investido mais dinheiro no PRONAF para aumentar o valor de financiamento e também ter um tempo mais folgado para pagar. Você faz o financiamento, por exemplo, no mês de julho, o dinheiro vai sair em outubro quase, ai já não dá mais tempo de plantar feijão, batata, fazer a roça, porque em janeiro já tem que começar a pagar. Ai "quebra as pernas da gente". Não dá tempo, é muito rápido, um dinheiro do PRONAF para a agricultura tinha que entrar na conta no mês de julho, pra começar a roça, mas infelizmente ele sempre entra atrasado, eu não sei o porquê. Eu já vi pessoas que quando foram receber o dinheiro do PRONAF já estavam colhendo feijão, você imagine, é muito demorado. Além de pouco é demorado (Lavrador, 67 anos, categoria: agricultor familiar).

Em se tratando do processo burocrático de acesso ao crédito via PRONAF, um dos entrevistados relata que:

> O que deveria melhorar é a facilidade de acesso ao PRONAF, porque a gente vai ao banco e é tudo complicado. Se o agricultor vai fazer a solicitação é muito burocrático. Dependendo do valor, precisa de avalista e não é fácil encontrar um avalista para emprestar de dez, quinze mil reais pra cima (Agricultor, 47 anos, categoria: agricultor familiar).

Ainda sobre a burocracia de acesso ao PRONAF relatos apontam para o fato de que: "*deveria ser investido mais dinheiro no PRONAF para a pequena agricultura, podendo o agricultor*

pegar várias vezes no ano e não somente uma vez, através de um processo menos burocrático e com mais tempo para pagar" (Agricultor, 56 anos, categoria: agricultor familiar).

Chama-se atenção aqui novamente para uma importante reflexão acerca do PRONAF, que seria a de como compatibilizar a necessidade de ampliar o acesso do Programa a um contingente cada vez maior de beneficiários, principalmente os agricultores de pequeno porte que acusam de uma menor renda e desempenho produtivo, desburocratizando o acesso ao crédito, simplificando as formas de aval e de documentação junto a bancos públicos e ainda prestando um serviço de consultoria no planejamento do crédito cedido.

Em suma, no entanto, a visão dos sujeitos beneficiários que vivem o "dia a dia na roça" e enfrentam todas as adversidades que perpassa hoje o cenário da agricultura familiar, revela que, de uma forma geral, os homens e mulheres entrevistados se mostram satisfeitos com as possibilidades que o PRONAF proporciona hoje para a classe, acreditando que as coisas melhoraram no campo desde a chegada do Programa na região até hoje. No entanto, citam fortemente que o PRONAF poderia ser ainda melhorado, de forma a adequar-se às necessidades que envolvem a realidade da agricultura familiar local nos dias atuais e mais que isso, cumprir com os objetivos previstos na legislação bem como as atribuições do Programa para com seu público beneficiário.

Em suma atesta-se em campo que o crédito cedido pelo PRONAF permanece na atualidade semelhante ao crédito cedido nos tempo da Revolução Verde, fomentando a utilização de insumos da indústria, caracterizando de fato uma verdadeira modernização conservadora.

3.5.2 Programa Nacional de Aquisição de Alimentos - PAA

A partir do ano de 2003, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome,

implantou o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com o objetivo de adquirir produtos da agricultura familiar a fim de formar estoques de alimentos, promover o controle de preços, assim como realizar a doação simultânea para famílias e grupos sociais em situação de insegurança alimentar, ao passo em que promove a geração de renda para famílias de pequenos agricultores em situação de vulnerabilidade social e econômica. Conforme a Lei nº10. 696, de 02 de julho de 2003:

> Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASÍLIA - DF, 2013 in MEC, 2014).

O Programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº10. 696, de 02 de julho de 2003, posteriormente atualizado pela Lei nº 12.512 de 14/10/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012, sendo mais recentemente alterado pelo Decreto nº 8.293, de 12/08/2014 e pelas resoluções do Grupo Gestor e demais regulamentos.

O objetivo primordial do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Assim, existem dois públicos distintos beneficiários do Programa: os fornecedores e os consumidores de alimentos, ou seja, os agricultores familiares e a população em situação de insegurança alimentar.

Basicamente o Programa adquire alimentos produzidos na agricultura familiar (*in natura* e/ou processados), com isenção de licitação, e preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados

regionais. Os limites atuais disponíveis por família agricultora foram instituídos pelo Decreto 7.775, de 04 de julho de 2012, sendo até R$ 8 mil para Compra Direta (CDAF), R$ 8 mil para Formação de Estoque (CPR Estoque) e Decreto 8.293, de 12 de agosto de 2014, sendo até R$ 8 mil para a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CDS).

Podem acessar a política pública aqueles agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, como os assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais, que atendam basicamente aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens, sendo também distribuídos para programas sociais públicos e entidades filantrópicas, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

O Programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executado pelos Estados e Municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, sendo os projetos em âmbito local geridos pelos agricultores e organizações representativas de classe, e o estabelecimento de regras e o acompanhamento da execução realizados por um Grupo Gestor, de caráter deliberativo, formado por representantes do MDS, MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Ministério da Fazenda - MF e Ministério da Educação - MEC.

Na esfera federal, a atribuição de coordenar e promover a gestão do PAA ficou sob responsabilidade do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. A partir de sua extinção, em fins do ano de 2003, esta atribuição passou para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Desta forma, o MDS passou a firmar convênios para a execução do Programa com a CONAB, Governos Estaduais e Governos Municipais. Tanto o MDS quanto a CONAB operacionalizam o Programa diretamente com instituições executoras. No entanto, o MDS firma convênios com prefeituras municipais que se responsabilizam por implementar o Programa, e a CONAB opera diretamente com associações e sindicatos de agricultores familiares. Além da execução do Programa pela CONAB e pelos municípios, o MDS firma também convênios com Governos Estaduais, uma vez que estes são responsáveis em implementar o Programa diretamente nos municípios e regiões, contratando cada agricultor de forma individual. Desta forma, o Programa propicia ao Estado adquirir alimentos diretamente de agricultores familiares sem que seja necessário nenhum tipo de atravessador externo à lógica e dinâmica dos agricultores ou de suas organizações e/ou processos licitatórios.

A lei que institucionaliza o PAA propõe um reordenamento do funcionamento e da dinâmica da burocracia estatal no que se refere às compras institucionais de alimentos. A partir do Programa, as compras de alimentos passam a ser realizadas de forma descentralizada em todo território nacional, seja em âmbito municipal ou regional, de forma a garantir que os agricultores familiares participem diretamente do processo de comercialização e que residam próximo dos locais de entregas. Além da participação e autonomia do processo produtivo do saber fazer tido pelos agricultores familiares, as culturas adquiridos pelo Programa passaram a respeitar a lógica produtiva e aptidão agrícola da localidade, fortalecendo desta

forma a produção local de alimentos, além de contribuir para a manutenção da agricultura familiar.

Os recursos utilizados para a manutenção do PAA, por sua vez, são oriundos do MDS e do MDA, divididos de acordo com as modalidades apresentadas no quadro 01:

Quadro 01 - Modalidades e distribuição de recursos PAA.

Modalidade	Fonte de Recursos	Executor	Forma de acesso
Compra Direta	MDS/MDA	Conab	Individual, cooperativa, associação e grupo informal
Formação de estoque pela agricultura familiar	MDS/MDA	Conab	Cooperativa e associação
Compra com Doação Simultânea	MDS	Conab, Estados e Municípios	Individual, cooperativa, associação e grupo informal
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite "Programa do Leite"	MDS	Estados do Nordeste e norte de Minas Gerais	Individual, cooperativa, associação e grupo informal

Fonte: Cartilha PAA, MDA.

A modalidade Compra Direta tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação. Dentre os produtos adquiridos pela modalidade estão: arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral,

castanha de caju, castanha-do-brasil e outros que venham a ser definidos pelo Grupo Gestor do PAA. Já a modalidade de Apoio à Formação de Estoques objetiva apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são destinados aos estoques públicos ou comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público. Na modalidade Compra com Doação Simultânea, prevê-se o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede sócio assistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino. Os alimentos podem ser adquiridos *in natura* ou processados. Por fim, a modalidade PAA Leite visa contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares. A modalidade adquire leite de vaca e também de cabra, que deve ser de produção própria dos agricultores familiares obedecendo aos requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

Considerado pelo Governo Federal como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em um mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, funcionando o Programa de Aquisição de Alimentos como um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, propiciando ao final do processo produtivo a comercialização certa, no momento em que o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado

com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família.

Assim sendo, o PAA passa a ter papel estratégico no cenário da agricultura familiar brasileira, potencializando a produção de alimentos e consequentemente colaborando para a manutenção da atividade, valorizando a diversidade ecológica e produtiva, a cultura alimentar, gerando renda para o campo, assegurando um preço justo aos produtos comercializados e ainda fomentando os mercados e a comercialização local.

3.5.2.1 Dados e visão dos sujeitos locais sobre o PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos mostra-se ser uma importante política pública de manutenção da agricultura familiar nos municípios pesquisados atualmente. Porém, no ano de 2014, infelizmente, o recurso destinado ao Programa por meio do MDA ainda não foi liberado para repasse aos agricultores familiares.

Segundo relatos, houve uma investigação de desvio de recurso pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e posteriormente uma adequação da normativa do PAA devido ao fato. Uma nota divulgada à imprensa[12] revela que a Polícia Federal deflagrou a Operação “Agro-fantasma”, que investiga irregularidades no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar na modalidade de Compra Direta com Doação Simultânea, operacionalizado pela CONAB. Esclarece-se que, no sentido de qualificar o acompanhamento da execução do PAA, a CONAB instituiu em 2013 um Plano Nacional de Fiscalização, realizado por amostragem aleatória dos projetos, sendo que de janeiro a junho deste ano foram vistoriados 240

[12]Nota divulgada à imprensa pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=31328>.

projetos do PAA em 20 estados, cerca de dois mil projetos em todo o país, sendo 21 no Paraná. Tal operação resultou na investigação das entidades proponentes do Programa e no afastamento de funcionários da Superintendência do Estado até a conclusão das investigações pela Polícia Federal.

Na opinião de um agricultor familiar e gestor intermediário do Programa, a CONAB orientou errado as instituições locais na execução do PAA, fato que gerou um problema generalizado em nível de Estado, sendo as associações e os agricultores familiares envolvidos investigados. Segundo relatos:

> Na normativa dizia que tinha que acompanhar de perto a produção e o recebimento pela beneficiaria e eles falaram que ainda tinha que acompanhar a distribuição depois, mas isso não foi passado às entidades proponentes do Programa e não estava especificado na normativa. Fui investigado como se fosse ladrão. Eu mesmo só não abandonei a gestão do PAA por causa da Central de Distribuição de Alimentos. O pessoal da CONAB me pediram desculpas, me deram parabéns, me disseram palavras boas, mas nada disso me paga a raiva que eu passei. Ninguém te repara o sentimento (Agricultor, 65 anos, categoria: gestor intermediário).

A Central de Distribuição de Alimentos sobre a qual o entrevistado se refere, é a idealização e construção de um projeto conjunto entre técnicos, agricultores e entidades locais ligadas à agricultura familiar nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, sob o qual a presente autora fez parte da construção conjunta e elaboração do projeto que foi aprovado no ano de 2012 pelo BNDES. A Central atenderá a demanda dos alimentos produzidos na região do Vale do Ribeira, sendo sua sede construída em Rio Branco do Sul. Por meio da Central haverá

um auxílio na organização da produção agrícola local através do fomento à diversificação de culturas, bem como no processamento (triagem, lavagem, corte e embalamento) e comercialização final dos alimentos produzidos localmente, funcionando o local também como um centro de treinamento e aperfeiçoamento dos agricultores para a formação associativista/cooperativista e disseminação de técnicas agroecológicas, tendo sido inaugurada em novembro de 2014.

Atualmente, quem gestiona os projetos existentes do PAA (modalidade Compra Direta) nos municípios em parceria com a CONAB é a Associação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola de Rio Branco do Sul - ACARS e a Associação dos Produtores de Rio Branco do Sul - Rio Sul em Rio Branco do Sul e, a Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Itaperuçu – APRAFI e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Itaperuçu – SINTRAF, em Itaperuçu. A Emater local também tem participação efetiva no Programa, auxiliando os agricultores familiares por meio de reuniões periódicas para discussão do PAA, assistência técnica de produção e oferta de cursos e palestras no meio rural, capacitando assim os “homens e mulheres da terra”.

Segundo dados da Emater (2014), nos últimos três anos o Governo Federal, via PAA, já repassou mais de dois milhões de reais, apoiando mais de 600 famílias da agricultura familiar de Rio Branco do Sul, beneficiando o Projeto 2009/10, 165 agricultores com R$ 449.000,00; o Projeto 2010/11, 224 agricultores em R$ 672.000,00; e o Projeto 2012/13, 248 agricultores com R$1.116.000,00. Nota-se, a partir de tais dados, que o projeto vem crescendo no município, vindo a beneficiar cada vez mais agricultores e agricultoras familiares e ganhando relevância econômica, social e político institucional.

Já em Itaperuçu, segundo relatos do presidente do SINTRAF, via sindicato foram beneficiadas, nos últimos três anos, cerca de 300 famílias locais cadastradas através da política

pública, que venderam seus produtos de origem convencional para o PAA. Apesar desses alimentos não serem produzidos com adubos químicos e/ou sintéticos e agrotóxicos, são classificados como sendo de origem convencional pela ausência de certificação orgânica. O Programa beneficiou, na etapa 2012/13, 130 famílias provenientes da agricultura familiar de Itaperuçu em R$ 585.000,00, recebendo um aditivo de repasse no Projeto 2013/14, beneficiando assim 170 agricultores, em um total de 306.000,00 reais de repasse via PAA. Já via Associação – APRAFI foram cadastrados no Programa em 2011/12, 84 agricultores familiares, com um montante de repasse de R$ 258.00,00, e no Projeto 2012/2013, 122 agricultores familiares, com um repasse no valor de R$ 549.000,00, esclarecendo que para o repasse de 2014, a Associação espera beneficiar cerca de 136 produtores rurais, em aproximadamente R$ 1.080.000,00. Destaca-se que o PAA vem sendo articulado via Associação desde o ano de 2011 e via Sindicato desde o ano de 2012. Segundo relatos do gestor intermediário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaperuçu, "*a Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETEP não aceitará mais o sindicato como entidade gestora do Compra Direta por motivos de politicagem*", tendo em vista que, segundo informações, o recurso passará a partir de 2015 a ser repassado diretamente às prefeituras municipais.

Segundo relatos dos gestores intermediários do Programa, em ambos os municípios o recurso do PAA previsto para o ano de 2014, deveria ser repassado ainda este ano, sendo a previsão de entrega dos produtos e pagamento das famílias somente no ano de 2015. Porém, quando indagados acerca de quem irá administrar o orçamento pós-resolução da CONAB (se as entidades representativas de classe ou as prefeituras), não há um consenso nas respostas.

Entre o universo de agricultores e agricultoras familiares entrevistados, residentes nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, 12 deles participam do PAA vendendo produtos,

sendo que apenas 03 não participam ou nunca participaram do Programa e, destes, 01 entrevistado desconhece a política pública.

Na opinião dos agricultores e agricultoras familiares entrevistadas, o PAA ajuda a agricultura familiar a manter-se em atividade, gerando renda para o campo e contribuindo para o mantenimento da produção agrícola, como podemos perceber na fala abaixo:

> Fortalece porque é um dinheiro extra que entra, porque o agricultor pode fazer muito mais que um PAA. Por exemplo, o PAA é bom pra ter renda, pra você preencher uma cota, e o que sobra de excedente nós podemos consumir, "fica pro gasto", não precisando então comprar feijão, milho verde, abóbora, entre outros produtos que entregamos para o Programa. Além disso, eu posso vender o excedente também para o mercado, para particulares, e o dinheiro que entra da cota, se bem administrado, dá para investir na propriedade e dar continuidade à produção agrícola (Agricultor, 65 anos, categoria: agricultor familiar).

No entanto, o sentimento de que somente a política pública é pouco para desenvolver a agricultura familiar local se mostra presente: "*Não tem outra coisa para ajudar na agricultura. Somente vender feijão, milho e poncã é muito pouco"* (agricultor familiar, 52 anos, categoria: agricultor familiar). Na entrevista com outra agricultora aparece a afirmativa de que o Programa presta uma ajuda de caráter meramente financeiro ao agricultor: *"Fortalece a atividade agrícola porque gera mais renda, é uma coisa que não existia antes. Financeiramente, ajuda um pouco" (*lavradora, 33 anos, categoria: agricultor familiar).

Na visão dos gestores intermediários do Programa, há um consenso geral de que o PAA fortalece a agricultura familiar local no sentido de mantê-la em atividade, propiciando ao agricultor uma forma de acesso ao mercado, à produção de alimentos para venda e consumo, e a diversificação de alimentos na mesa; mas todos os entrevistados corroboram para o fato de que somente a política, como incentivo à produção agrícola voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar, é pouco. Como podemos perceber na fala de um dos gestores intermediários locais: *"O agricultor, por pouco que seja, pode contar com esse dinheiro para melhorar a propriedade. Muitas famílias são totalmente dependentes do PAA"* (agricultor, 50 anos, categoria: gestor intermediário).

A relativização da visão do poder público local mostra que o Programa incentiva à produção, diversifica os alimentos consumidos e garante renda para os agricultores familiares. Quando indagados sobre se em sua opinião o PAA permite o fortalecimento da agricultura local, todos os representantes do poder público local responderam que sim:

> Sim, com certeza. As pessoas que estão inscritas no projeto tem uma renda garantida, além do Programa incentivar a produção. Em uma área que não era mais utilizada para produção, o agricultor passa a utilizar novamente (Técnica Emater unidade Rio Branco do Sul, 57 anos, categoria: poder publico).

Já sobre o que poderia ser melhorado na política pública, na visão do poder público, a abrangência do Programa deveria ser maior, de modo a beneficiar uma maior quantidade de agricultores familiares através de uma cota ainda maior, que hoje encontra-se na faixa de R$6.500,00 ao ano. Mas, algumas limitações que envolvem o desenvolvimento do Programa se mostram evidentes:

> Para o Programa melhorar eu acho que deveria ser aumentada a cota e incluir mais agricultores no processo. Tem demanda para aumentar, mas as Associações não dão conta de tratar diretamente com os agricultores e também não há um lugar adequado para receber os alimentos. Agora, a Central é a esperança para ajeitar tudo isso (Funcionária Secretaria Municipal de Agricultura de Itaperuçu, 34 anos, categoria: poder publico).

As opiniões dos gestores intermediários dos projetos convergem também para o fato de que a cota deveria ser aumentada em vias de proporcionar ao agricultor um canal de comercialização certo e uma maior rentabilidade dos produtos entregues, porém, há necessidade de o agricultor se profissionalizar para melhorar a capacidade produtiva no campo, faltando para isso uma eficiente assistência técnica de produção:

> Para ser melhorado dependia de ter um valor maior para o Programa, para o agricultor vender sempre. A cota é baixa, alguns agricultores produzem a cota inteira em 90 dias, outros levam o ano inteiro. Há um vazio entre assistência técnica e o produtor. Há muita informação, mas na prática existe um desperdício de recurso muito grande. É muita teoria, mas na prática ao agricultor chega muito pouco (Agricultor, 65 anos, categoria: agricultor familiar).

De acordo com a visão dos agricultores familiares, o que deveria ser melhorado sumariamente no PAA é (i) o aumento de valor da cota de entrega de produtos, seguido da (ii) assistência técnica e (iii) qualificação para o agricultor, aparecendo também a fala referente à (iv) melhoria na organização do processo da dinâmica de entrega de produtos. Foram citados ainda como sendo importante para a melhora do Programa, ainda que com

menor recorrência, a (v) disponibilidade de maquinário para auxílio da produção, o (vi) transporte dos alimentos, e o (vii) pagamento pelos produtos na data correta:

> Teria que aumentar mais o valor das cotas. Mesmo com o aumento para R$ 6.500,00 ao ano, é pouco. Tinha que ser uns dez, doze mil reais por ano. Quanto mais incentivo para o agricultor plantar mais é melhor para a agricultura familiar (agricultor, 47 anos, categoria: agricultor familiar).

Na fala dos agricultores entrevistados percebe-se em geral uma propriedade muito grande sobre o assunto:

> O que está faltando é os agricultores familiares se qualificarem mais, confiarem mais em sí próprio, produzirem um bom alimento e participarem bastante também das reuniões e capacitações, porque sem participação não há como você aprender a lutar. Eu considero o PAA não só como um dinheiro na mão da gente, mas uma capacitação para o agricultor, porque ele aprende a produzir mercadoria de qualidade, alimentos como se fosse para ele comer. Os produtos são bem pagos, quem dera vender em outros lugares por este preço. Já a cota de R$ 6.500,00 ao ano é pouco, teve gente que pediu uma cota de R$ 20.00,00 e, dependendo da família, precisava mesmo (agricultor, 67 anos, categoria: agricultor familiar).

Acerca do funcionamento do programa na esfera institucional, houve também relatos de necessidade de melhoria por parte dos agricultores familiares entrevistados: “*Tem que diminuir um pouco a burocracia. Não pode trocar os produtos*

entre os agricultores se você não consegue produzir determinado alimento. Troca de mercadoria foi considerado desvio de verba na investigação que teve este ano no PAA" (agricultor, 37 anos, categoria: agricultor familiar). Segundo relatos:

> O PAA deveria se tornar uma Política Pública que não acabasse se mudasse o governo. O auxílio dos órgãos locais ligados à agricultura como a Emater, a Cresol, as associações deve ser mais presente no sentido de organizar a produção, técnicos juntamente com os agricultores (agricultor, 32 anos, categoria: agricultor familiar).

Neste sentido, defende-se a perspectiva de que o papel do Estado, seja através da operacionalização das políticas públicas ou mesmo através do posicionamento na regulamentação do sistema social, tem importância estratégica para assegurar condições políticas e econômicas para a reprodução da agricultura familiar na atual sociedade capitalista. A defesa e garantia de políticas para a agricultura familiar é condição para o reconhecimento da classe perante o Estado e promoção da participação econômica e política nos contextos sociais em que encontram-se atualmente os agricultores familiares. Assim, nota-se, através dos relatos obtidos em campo, que o PAA tem apresentado a possibilidade de que as políticas públicas e o Estado possuam as condições para reorganizar a produção e as estratégias de comercialização na direção da diversificação da produção, da sustentação econômica e no reconhecimento social e político da agricultura familiar camponesa, de forma a valorizar e fortalecer a organização coletiva e a participação dos agricultores em processos locais.

Assim, percebe-se que o PAA passa a ter papel estratégico para potencializar a produção de alimentos da

agricultura familiar nos municípios analisados, assegurando preço justo, valorizando a agrobiodiversidade e a cultura alimentar, assim como gerando renda e incluindo os agricultores em processos de comercialização local, apesar das mudanças pontuais que devem ser realizadas.

3.5.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, implantado pela primeira vez em 1955, é o mais antigo Programa do Governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável (MEC, 2014).

O PNAE tem como objetivo principal contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial para aprendizagem, rendimento escolar e para a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período em que os estudantes permaneçam na escola. São objetivos complementares do PNAE:

- Envolver todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) na execução do Programa;
- Estimular o exercício do controle social;
- Dinamizar a economia local, contribuindo para geração de e emprego e renda;
- Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola local.

Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar (ver quadro 2):

Quadro 02 – Diretrizes do PNAE.

Alimentação Saudável e Adequada	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
Educação Alimentar e Nutricional	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
Universalização	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação social	Favorece o acompanhamento e o controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e, preferencialmente, pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
Direito à alimentação escolar	Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Fonte: BRASIL, 2009.

O Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia do Ministério da Educação - MEC, atendendo de forma complementar todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas federais (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por meio da transferência de recursos financeiros. O FNDE faz os repasses de verbas provenientes do Governo Federal para a alimentação escolar dos estados e municípios, com base no número de alunos matriculados na educação básica.

Desde sua criação até a atualidade, o PNAE passou por diversas reestruturações que levaram a avanços gradativos do Programa como política pública, os quais reúnem hoje esforços voltados ao desenvolvimento local sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados produzidos em âmbito local e o respeito aos hábitos alimentares regionais e saudáveis. Através da Lei no 11.947/2009 e da Resolução nº 38/FNDE/2009 foram restabelecidas diretrizes de execução do Programa, sendo um grande avanço a definição do percentual de, no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo FNDE ter a obrigatoriedade de ser destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional, com dispensa de processo licitatório. A resolução incentiva à aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente, respeitando a sazonalidade, a cultura e a tradição alimentar, priorizando, sempre que possível, a inserção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos nos cardápios da alimentação escolar.

Ressalta-se que a observância do percentual de 30% da compra da agricultura familiar é disciplinada pelo FNDE e

poderá ser dispensada quando houver impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente, inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios e/ou condições higiênico-sanitárias inadequadas. A cota anual destinada para a agricultura familiar é de R$ 20.000,00 por agricultor familiar beneficiário.

A mudança da resolução do Programa foi, segundo o Governo Federal, fruto de um processo intersetorial de ampla participação do poder público e da sociedade civil por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), de modo a fortalecer a participação da comunidade no controle social das ações desenvolvidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A operacionalização desta política pública é um tanto quanto complexa, pois envolve diversos setores do governo e da sociedade, nos âmbitos municipal, estadual e federal. A fim de desenvolver ações interministeriais com vistas a dar suporte à implementação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009, foram instituídos então pelo FNDE um Comitê Gestor, formado por representantes do Governo Federal por meio da Portaria nº 450 de 2010 e um Grupo Consultivo com a participação de representantes da sociedade civil, além dos representantes do Conselho Nacional de Secretários de Estados da Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em vias de assessorar o Comitê Gestor.

Além do estabelecimento de critérios técnicos e operacionais para a gestão local do PNAE, outros importantes avanços foram: (i) a obrigatoriedade da existência de um nutricionista responsável técnico, (ii) a ampliação e o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e (iii) a constituição dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE’s), por meio de parcerias entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os quais apontam igualmente para uma importante ampliação do

Programa no que concerne à garantia do direito à alimentação adequada e saudável nas escolas (MEC, 2014).

Evidentes foram os avanços que o Programa conquistou ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir de 1995 e, mais particularmente, no período de 2003 a 2010 com a sanção da Lei nº 11.947/ 2009, que trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a recomendação de que no mínimo 30% do repasse do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Assim, observa-se uma importante ampliação do PNAE, tanto em termos de alocação de recursos financeiros, cobertura populacional e estratégias operacionais, quanto em sua concepção ou ressignificação como política pública ou programa social em alimentação e nutrição do escolar no contexto da sociedade brasileira.

Em suma, no que concerne à agricultura familiar, o estímulo e o apoio à atividade realizada através do PNAE têm se mostrado muito importante para a formulação e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento local por meio da SAN, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e, principalmente, desenvolvendo também o meio rural, fortalecendo a produção de alimentos e, consequentemente, a agricultura familiar.

3.5.3.1 Dados e visão dos sujeitos locais sobre o PNAE

A atuação do PNAE nos municípios pesquisados se dá de forma divergente. Em Rio Branco do Sul apenas agricultores orgânicos certificados entregam produtos para o Programa, ao passo que em Itaperuçu alguns agricultores entregam produtos de origem convencional, tendo em vista que não há agricultores com certificação orgânica residentes no município. Segundo relatos, o PNAE em ambos os municípios é operado apenas no que tange ao cumprimento da obrigatoriedade da cota proveniente da agricultura familiar, ou seja, os 30% de produtos

conforme prevê o atendimento da legislação. Segundo um representante do poder público local, *"não se sabe se os municípios conseguem atender a demanda do Programa, tendo em vista que se faz necessário para isto uma produção de maior qualidade e diversidade"*.

Em Curitiba e Região Metropolitana a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná – AOPA é que reúne, entre todos os municípios da grande Curitiba, os produtos de origem orgânica da região para entrega nas escolas via PNAE municipal e estadual, beneficiando diretamente 229 escolas da rede pública de ensino no Paraná no ano de 2014. A Associação entregou em média 1.113,000,00 kg quilos de alimentos ao PNAE neste ano, sendo variedades de frutas, hortaliças, temperos, tubérculos, legumes e produtos processados (AOPA, 2014).

Segundo relatos de uma funcionária da AOPA, em Rio Branco do Sul, cerca de 40 agricultores orgânicos certificados entregam produtos ao PNAE via Associação, sendo estes residentes nas comunidades de Dois Pinheiros, Jacaré e Campina dos Pintos. A Associação atende a demanda dos 30% de alimentos provenientes da agricultura familiar do município, sendo estes de origem orgânica e/ou agroecológica, vindo a complementar o cardápio das escolas locais com produtos advindos de outros municípios para composição do cardápio base, tendo em vista que os agricultores familiares orgânicos de Rio Branco do Sul não contam com uma linha de produção solidificada, ou seja, existem alimentos que compõe o cardápio base que os agricultores locais não conseguem produzir por falta de suporte técnico.

Em entrevista com a nutricionista responsável pela elaboração do cardápio do PNAE para as escolas de Rio Branco do Sul, foi informado que, apenas 01 agricultor entrega produtos orgânicos diretamente na Secretaria de Educação do município, sendo que este reúne alguns produtos certificados de aproximadamente 08 famílias provenientes da agricultura familiar, vindo os demais produtos para composição do cardápio

escolar do município, como dito anteriormente, a serem complementados pela AOPA. Segundo relatos, a Secretaria de Educação de Rio Branco do Sul não conta com um depósito muito grande para armazenamento dos alimentos, tendo então que contar com a logística da AOPA para atender a demanda da alimentação escolar do município. O cardápio base é composto, fundamentalmente, por frutas e verduras, sendo os produtos entregues: banana, maçã, laranja, ponkan e demais frutas da época, e também as variedades de abóbora, alface, batata inglesa, brócolis, cenoura, cheiro verde, espinafre, milho verde, mandioca e cebola. Somente em Rio Branco do Sul, via PNAE, são beneficiadas 36 escolas, sendo que nestas há 4.271 alunos da rede pública que são atendidos pelo Programa. O montante anual repassado aos agricultores familiares que entregam produtos diretamente na Secretaria de Educação gira em torno de R$ 100.000,00 por ano, sendo repassados mensalmente cerca de R$ 10.000,00 a 15.000,00 ao grupo de agricultores familiares que gozam do benefício.

Já em Itaperuçu, os agricultores fecham contrato diretamente com a prefeitura, que cumpre a cota mínima de 30% de produtos entregues provenientes da agricultura familiar local, sendo beneficiados pelo PNAE cerca de 10 a 20 famílias de agricultores familiares que entregam produtos de origem convencional ao PNAE via Secretaria da Educação do município, a maioria reunida em grupos residentes na comunidade de Açungui. O numero exato de famílias atendidas via política pública não foi confirmado pelos dirigentes da Secretaria. Ressalta-se que o pagamento é realizado de acordo com os alimentos enquadrados na categoria convencional devido ao fato dos agricultores familiares de Itaperuçu não terem a certificação orgânica, mas a produção dos alimentos é realizada sem a presença de insumos químicos e/ou sintéticos.

Dentre os agricultores familiares entrevistados, compreendendo os municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, apenas 03 entregam produtos para o PNAE, sendo que 12

agricultores familiares não participam do Programa e, destes, 02 desconhecem por completo a sua existência. Segundo relatos, são cadastrados no PNAE poucos agricultores em ambos os municípios, sendo os motivos desconhecidos pelos agricultores familiares entrevistados. Segundo um relato de um agricultor familiar de Itaperuçu: "*Eu não participo porque na prefeitura falaram que não podia entrar mais ninguém, mas não explicaram o porquê. É o pessoal da Educação que faz esse trabalho. Aqui no município não tem nem 10 agricultores que vendem para o PNAE*" (lavrador, 33 anos, categoria: agricultor familiar).

As entrevistas revelam que, em geral, os agricultores familiares acreditam que o PNAE ajuda a fortalecer a agricultura familiar local devido ao incentivo à produção e à produção orgânica local. Eles explicam que, como a cota via PNAE pode chegar até R$ 20.000,00 ao ano e a entrega de produtos é realizada mensalmente, o Programa ajuda a alavancar a agricultura familiar local, representando a política um incentivo à produção constante de alimentos:

> Para nós de Rio Branco o PNAE é somente destinado para os orgânicos. O Programa abriu um grande mercado para o agricultor orgânico. Também pelo valor ser maior que o PAA, o PNAE representa um incentivo ainda maior para produzir a cota, que pode chegar em até R$ 20.000,00 ao ano (agricultor, 37 anos, categoria: agricultor familiar).

No entanto, houve registros de reclamações quanto à operacionalização do Programa por parte dos agricultores familiares que acessam o PNAE: "*O Programa fortalece mais ou menos a agricultura familiar local porque é muito devagar, demoram muito para liberar o recurso para pagar os agricultores*" (lavrador, 39 anos, categoria: agricultor familiar). Ainda neste sentido, um registro importante: "*Sim, ajuda porque*

é mais uma verba para a gente plantar. Agora está atrasado o pagamento. Vendemos a mercadoria e ainda não assinaram o meu contrato. Estamos parados por causa disto desde março" (agricultor, 52 anos, categoria: agricultor familiar).

De acordo com os gestores intermediários entrevistados, o PNAE ajuda muito a agricultura familiar local, mas existem alguns desafios a serem contornados. Segundo relatos:

> No PNAE o agricultor deve ficar somente disponível para a política, pois quando chega o dia da entrega o produto deve ser entregue para seguir para escola e ser feita a merenda escolar. O recurso via município de Itaperuçu, repassado pelo FNDE, é muito pouco e mesmo assim a município não gasta com os agricultores locais, pois a maior parte é adquirida pelas empresas ou via CEASA (agricultor, 59 anos, categoria: gestor intermediário).

Já na visão do poder público, é consenso a afirmativa de que o Programa fortalece a agricultura familiar local, mas, da mesma forma, nas respostas, a presença de pontos a melhorar na operacionalização do PNAE quanto política pública é ressaltado:

> O Programa ajuda as famílias a terem uma renda garantida durante o contrato vigente com o PNAE. Porém, tem produtos que vão e outros não, pois nem sempre os agricultores conseguem cumprir o cardápio, o que acaba prejudicando na renovação do contrato futuramente ou até na perda do benefício (técnica da Emater, 34 anos, categoria: poder público).

Quando indagados sobre o que poderia vir a melhorar na política pública, os entrevistados por parte do poder público

local apontam algumas questões urgentes relacionadas ao PNAE e ao bom funcionamento da política pública: "*A grande dificuldade para nós de Rio Branco do Sul é conseguir a certificação, tendo em vista que no município a prefeitura só pega produtos orgânicos*" (técnica da Emater, 57 anos, categoria: poder público). Destaca-se que a certificação orgânica é tratada pelos agricultores familiares como um entrave à produtividade local. Eles destacam que é um processo muito longo, burocrático, que deve ser realizado em conjunto com os demais agricultores - envolvendo assim também um trabalho de conscientização e sensibilização, e que necessita de um acompanhamento da produção, disponibilidade de insumos próprios e assistência técnica contínua para seu alcance e sucesso.

Ainda sobre o que poderia ser melhorado no PNAE de acordo com a visão do poder público local:

> Somente o PAA e PNAE não são suficientes para manter e desenvolver a agricultura familiar local. É necessário um conjunto de políticas públicas. Talvez a Central venha a ajudar na produção (absorção e distribuição). Apesar da topografia e o relevo da região não ajudarem, há ainda uma esperança. Tem que haver uma prática produtiva (técnico da Emater, 54 anos, categoria: poder público).

Os gestores intermediários das políticas públicas, que além de agricultores também são responsáveis pelo bom funcionamento dos programas de governo, apresentam uma visão mais holística da realidade do PNAE hoje no município:

> Deveria haver um trabalho realizado de forma conjunta entre os agricultores que produzem os alimentos e os nutricionistas que elaboram os cardápios. Também a administração pública tem

> que cumprir as normativas, fiscalizar, acompanhar os cardápios dia a dia. Como último ponto, acredito que deveria ser comprada uma maior quantidade de alimentos provenientes da agricultura familiar local, 100% da cota do PNAE e não apenas os 30% que são previstos na lei, pois vários agricultores acabam ficando de fora (agricultor, 59 anos, categoria: gestor intermediário).

A necessidade de auxílio em assistência técnica à produção orgânica mostrou-se um ponto consensual entre os entrevistados, principalmente no município de Itaperuçu que não conta com nenhum agricultor familiar certificado: "*O PNAE seria mais significativo se tivesse uma boa assistência técnica para nós produzirmos agroecológico ou orgânico e, assim, diversificar mais a produção*" (agricultor, 50 anos, categoria: gestor intermediário).

Já na visão dos homens e mulheres da terra, entre os entrevistados, todas as respostas, sem exceção, acerca do que poderia ser melhorado na política pública, revelam que o acesso a ela deveria ser facilitado e ampliado para mais agricultores e que 100% dos produtos entregues para a alimentação escolar deveriam ser originários da agricultura familiar local:

> Deveria ser a merenda escolar 100% proveniente da agricultura familiar e não somente 30%, pois é tanto melhor para o agricultor quanto para as crianças. Ao invés de vir do CEASA alface, tomate, cebola, a carne com esse abatedouro que está sendo pleiteado, podíamos nós produzir tudo aqui no município. Talvez assim o agricultor aprendesse a criar um alimento de qualidade, com a consciência de que estamos produzindo merenda para as nossas crianças. Tem que ser sem

> veneno, uma coisa natural (agricultor, 67 anos, categoria: agricultor familiar).

Com menos recorrência nas respostas, o aumento da cota e o pagamento pelos produtos entregues na data estipulada também apareceram como pontos a serem melhorados no PNAE: *"tem que acertar o pagamento mensal já que a entrega dos produtos é realizada mensalmente"* (lavrador, 39 anos, categoria: agricultor familiar).

Assim, nota-se que os limites e as possibilidades de execução e gestão dos princípios e objetivos delineados no PNAE são múltiplos e complexos, levando-se em consideração a participação de diversos atores e diversas instâncias de poder, além do fato do PNAE ser uma política pública federal que, ao ser replicada localmente, envolve peculiaridades ligadas à cultura local, à geografia, à economia, ao social, ao político e ao ideológico do lugar, entre outras questões que podem facilitar ou dificultar a transposição ou passagem efetiva de um PNAE de caráter suplementar e assistencialista para um PNAE de caráter universal, equânime, participativo, integrador, educacional, sustentável e saudável.

3.5.4 Outras políticas públicas mapeadas

Foram mapeadas ainda outras quatro políticas públicas ligadas, de certa forma, à manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar local, disponíveis para acesso através do Banco do Brasil e Cresol local, sendo estas o PRONAMP, PROAGRO, Finame Agrícola e ABC da Agricultura de Baixo Carbono. Em suma, constatou-se que, por parte dos agricultores familiares entrevistados e até mesmo dos representantes do poder público local e gestores intermediários dos Programas de Governo, há certo desconhecimento generalizado quanto à implementação de tais políticas públicas.

Basicamente, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP é voltado ao médio produtor rural,

ou seja, quando a renda do agricultor ultrapassa o valor máximo de investimento estabelecido pelo PRONAF. Tendo em vista que o foco da presente pesquisa é a agricultura familiar, descartam-se então as considerações que poderiam ser realizadas sobre tal política pública mapeada.

Já o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO define-se como um instrumento de política agrícola instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento do seu custeio agrícola, em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações, ou seja, consiste em um seguro da safra. No que tange a esta política pública, por consistir em uma política agrícola voltada ao agronegócio em si, juntamente com pacotes econômicos e geração de mais lucro ao empresariado local, diferentemente de como é previsto na política agrária, cuja finalidade seria a promoção de incentivos ao desenvolvimento do meio rural e sua população, o PROAGRO da mesma forma não será abordado nas considerações da presente pesquisa, tendo em vista que tal política pública não atinge o público alvo da pesquisa, não sendo, portanto, destinada ao apoio, manutenção e fortalecimento da agricultura familiar local.

Por conseguinte, a linha de financiamento do BNDES - Finame Agrícola consiste basicamente no auxílio, via crédito, por intermédio de instituições financeiras credenciadas, à produção e à comercialização de máquinas, implementos agrícolas, bens de informática e automação destinados à produção agropecuária, dispondo de duas linhas de financiamento, sendo uma para aquisição de bens de capital para micro, pequenas e médias empresas e outra destinada a grandes empresários do setor primário. Tendo em vista que o público enfocado na presente pesquisa são agricultores de base familiar, nenhum dos entrevistados, segundo relatos, precisou de crédito para subsidiar a compra de máquinas, implementos agrícolas e bens de informática e automação destinados à produção

agropecuária fora da modalidade do PRONAF Investimento, que pode ser utilizado justamente para este fim, não enquadrando-se, portanto, os agricultores familiares no perfil do Programa. Sendo assim, da mesma forma o Finame Agrícola não fará parte da abordagem de análise do presente tópico.

Já o ABC - Agricultura de Baixo Carbono é uma linha de crédito exclusiva do Banco do Brasil que tem como objetivo incentivar a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis que contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa e ajudem na preservação dos recursos naturais, por meio de seis iniciativas distintas ligadas à preservação do meio ambiente e sustentabilidade da produção agropecuária. São estas:

- Plantio direto na palha;
- Recuperação de pastos degradados;
- Integração lavoura-pecuária-floresta;
- Plantio de florestas comerciais;
- Fixação biológica de nitrogênio;
- Tratamento de resíduos animais.

Nos relatos obtidos à campo, nenhum agricultor entrevistado conhecia a linha de financiamento e, também o BB de Rio Branco do Sul (que atende também Itaperuçu) não dispunha de material de divulgação, admitindo o próprio gerente do banco que a informação do benefício dificilmente é repassada ao agricultor familiar. De acordo com objetivos propostos pelo ABC, acredita-se que esta política pública pode vir a contribuir com a manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar local e principalmente para com o desenvolvimento rural sustável da atividade e do meio, uma vez que a mesma seja devidamente trabalhada no local, partindo primeiramente do acesso à informação por parte dos beneficiários. Estes podem ser produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, e cooperativas, sendo os valores financiáveis de até R$ 1.000.000,00 por beneficiário, por safra, a uma taxa de juros de 5% ao ano. No entanto, partindo do pressuposto de que as linhas PRONAF Eco, PRONAF Floresta e Pronaf Agroecologia financiam

investimentos da mesma forma em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural no meio ambiente a uma taxa de juros que varia de 1,5% a 3,0% ao mês para empréstimos de R$10.000,00 até R$30.000,00, e que mesmo assim tais modalidades não são praticamente acessadas nos municípios enfocados, acredita-se que falta a realização de um trabalho de conscientização e sensibilização ambiental voltado às famílias provenientes da agricultura familiar, além de uma campanha e/ou divulgação em massa acerca dos benefícios e incentivos fiscais disponíveis para investimento em práticas ligadas a uma agricultura de menor impacto no meio ambiente e que venha a contribuir para a manutenção e sustentabilidade do meio rural e da própria atividade. Entre os objetivos primordiais desta "agricultura de menor impacto ao meio ambiente" cita-se: o desenvolvimento no meio rural, que respeita as necessidades dos agricultores bem como os processos ambientais, estabelecendo uma relação duradoura e uma perspectiva de longo prazo entre as partes; o desenvolver de atividades agrícolas casadas com a preservação do meio ambiente, sendo estas biologicamente diversificadas, socialmente justas, economicamente viáveis e culturalmente aceitas; e ainda a promoção do empoderamento da figura do agricultor, o respeito à cultura, ao saber fazer tradicional e à natureza, no estabelecimento de um processo harmônico entre atividades agrícolas e processos naturais do meio.

Destaca-se que houve menção por parte dos entrevistados apenas das políticas setoriais ligadas à agricultura familiar, não avançando o presente estudo, portanto, na discussão das políticas territoriais presentes nos municípios assim como sua atuação, a exemplo o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT ou o Programa Territórios da Cidadania.

Na perspectiva do presente estudo, acredita-se que não há desenvolvimento rural sustentável se este não estiver baseado na agricultura como forma de articulação entre o sistema

sociocultural local e a manutenção dos recursos naturais locais, levando em consideração todas as partes do contexto inseridas no processo, denotando um caráter integral, endógeno e sustentável. A grandiosidade e importância do movimento por uma agricultura sustentável não está na “produção pela produção”, mas sim na produção de uma nova concepção de desenvolvimento aplicado ao meio rural. Há uma urgência na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem natureza, na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos e na gestão de novos conceitos jurídicos, enfim, na produção de novas formas políticas e ideológicas (Silva, 2003).

3.6 AGRICULTURA FAMILIAR E A VISÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Tendo em vista todo o processo de mudança que envolveu o cenário da agricultura nacional de pequena escala, desde os tempos da modernização da agricultura até os anos 1990, fase em que inicia-se uma etapa de institucionalização da agricultura familiar, faz-se de suma importância expor neste tópico a visão dos sujeitos envolvidos acerca das principais transformações ocorridas localmente ao longo do tempo, em suas realidades de vida.

Nos relatos obtidos em campo com os agricultores familiares entrevistados, algumas frases foram citadas repetidamente, formando assim categorias específicas que apontam para as principais mudanças que envolveram a atividade agrícola local, em aspectos tanto positivos quanto negativos. Os principais pontos positivos das mudanças ocorridas ao longo dos anos foram ligados a (i) criação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar, em especial citados o PAA e o PRONAF, também a (ii) organização do setor produtivo, com a criação das associações e sindicatos de apoio à agricultura

familiar local, a (iii) mecanização das áreas de plantio e o acesso à compra e/ou locação de maquinário, e a (iv) diversificação da produção local e do campo:

> Desde a criação da Rio Sul, em 1992, para cá mudou muito. Antes nós só plantávamos feijão e milho, depois diversificou um pouco mais a horta, começamos a plantar cana e banana também. Melhorou a saúde, diversificou a mesa. Nós morávamos em um ranchinho que não dava jeito, era chuva e frio qualquer hora do dia nós estávamos lá fora na lida. Hoje, com a diversificação, a gente escapou da compra de remédio, a saúde melhorou, a família melhorou. Desde a criação da Associação a gente vem mantendo a horta em casa, tem sempre o que comer, tem o porquinho, a galinha, sempre tem "pro gasto" (agricultor, 67 anos, categoria: agricultor familiar).

Na fala dos agricultores e agricultoras familiares entrevistados, fica evidente que a atividade agrícola e a lida na lavoura ficou mais leve, devido ao acesso ao maquinário para arar a terra, preparar o plantio, semear, colher e até mesmo debulhar os grãos e transportar os alimentos, consequência do acesso por parte dos agricultores familiares, aos programas de governo e aos subsídios destinados à categoria, que facilitaram também a produção e a comercialização dos produtos, diversificando o campo e elevando o padrão de consumo dos agricultores familiares, ao passo que organizou a atividade agrícola local com a criação das entidades representativas de classe.

A melhoria nas condições de trabalho no campo foi citada unanimamente por todos os agricultores familiares entrevistados:

> Mudou muito. Na época que eu era pequena eu trabalhava na roça com meu pai, era tudo feito na mão, desde a roçada com a foice, queimada, naquela época a máquina eram as mãos. Demorava muito o plantio, nós dormíamos na roça durante a semana para o trabalho render mais, dormíamos em cama feita de vara e forrada com capim, de segunda a sábado, e domingo eu ajudava minha mãe em casa (atendente de saúde e agricultora, 57 anos, categoria: agricultor familiar).

Como mudanças negativas no panorama da agricultura familiar local, ao longo dos anos, foi recorrente nas respostas o fato do (i) empobrecimento da fertilidade do solo e consequente dificuldade de plantio, o que acarretou no aumento do (ii) uso de agrotóxicos no meio rural, sendo também citado como um ponto negativo a (iii) queda no preço de revenda dos produtos agrícolas, e também a (iv) migração dos jovens para a cidade:

> Antigamente nós vivíamos somente do feijão e do milho, porque o preço era bom. O preço foi caindo, os proprietários das terras que a gente arrendava começaram a plantar Pinus para fazer poupança e Braquiárea para dar de comer ao gado. Isso tudo deixou a fertilidade do solo baixa, muito ruim de se produzir" (lavrador, 33 anos, categoria: agricultor familiar).

Curioso se faz o fato de que, em algumas respostas, quando trata-se da atividade agrícola de base familiar em suma, alguns aspectos negativos incorporados na cultura agrícola local passam despercebidos pelos próprios agricultores que dependem da terra para sobreviver, como se pode notar neste depoimento: "*mudou bastante para melhor. Antes era só milho, feijão e porco, depois entrou a diversificação de culturas à base de*

agrotóxicos, começou a dar vagem, batata" (agricultor, 56 anos, categoria: agricultor familiar).

Em se tratando da percepção do poder público local, acerca das transformações ocorridas na agricultura familiar ao longo dos anos na região, são apontados igualmente aspectos tanto positivos quanto negativos, relativos também a (i) implementação das políticas públicas ligadas à categoria, a (ii) diversificação da produção, a (iii) perda da fertilidade do solo ocasionada pelo manejo incorreto e substituição da cobertura vegetal e, por fim, a (iv) migração dos jovens e até mesmo famílias inteiras para a cidade: *"aqui não melhorou muito não para a agricultura familiar. Muitos agricultores venderam suas propriedades para as grandes empresas de pinus e foram embora para a cidade"* (técnico INCRA, 42 anos, categoria: poder público). Ainda, em se tratando do assunto:

> Antigamente havia mais produção, mas como não houve preocupação com a fertilização do solo, o solo se exauriu e a produção caiu devido às pragas. Substituíram então por pastagens, sem nenhum planejamento, sem nenhuma técnica, foi uma substituição por um trabalho mais leve. Teve também muita migração dos jovens para a cidade de Curitiba. As meninas em geral continuaram a estudar, os meninos foram trabalhar ocupando subempregos (técnica da Emater, 57 anos, categoria: poder público).

Segundo depoimento de um gestor intermediário dos programas de governo locais e agricultor desde criança, os diversos ciclos econômicos, sob os quais a agricultura familiar esteve envolvida ao longo dos anos, viera também a fragilizar a atividade nos municípios enfocados: *"passando o ciclo da madeira, veio o ciclo do feijão e do milho (monocultivo) e dos suínos também. Veio, então, a pecuária, que compromete bastante o lençol freático e o solo e agora está entrando a*

criação de búfalos. Daí veio o Pinus, que acabou fragilizando ainda mais a agricultura familiar" (agricultor, 65 anos, categoria: gestor intermediário).

Porém, ainda segundo os gestores intermediários das politicas públicas, a realidade atual da agricultura familiar aponta para um panorama geral favorável, partindo do pressuposto de que todos os entrevistados da categoria levaram em consideração as políticas públicas atuais voltadas ao fortalecimento da atividade:

> Antes era menos diversificado, só monocultura, feijão, milho, depois foi diversificando a produção e reduzindo o uso dos agrotóxicos, principalmente depois do PAA. Foi feita uma educação familiar sobre o consumo dos produtos pós PAA – educação no campo (agricultor, 50 anos, categoria: gestor intermediário).

Sobre a realidade atual da agricultura familiar local, unânime foi a afirmação, entre os agricultores familiares entrevistados, de que atualmente a situação da atividade encontra-se bem melhor, sendo citados principalmente o (i) acesso a mecanização da atividade, que veio a facilitar o trabalho na lavoura, e o (ii) acesso às políticas públicas de financiamento e apoio à agricultura familiar local:

> As grandes mudanças para a melhoria da agricultura foram todos os programas de governo que ajudam o agricultor a ter mais consistência tanto na produção quanto na comercialização, em especial o acesso ao crédito via PRONAF. Antes o agricultor não tinha acesso, era mais restrito aos grandes produtores, agora está melhor porque já tem um crédito certo para a agricultura familiar. A agricultura familiar teve uma nova identidade

> (agricultor, 37 anos, categoria: agricultor familiar).

No entanto, na fala de grande parcela dos agricultores e agricultoras familiares entrevistadas, alguns pontos negativos são ressaltados acerca da realidade atual da atividade, como o (i) preço ruim dos produtos pago pelos atravessadores que revendem para o Ceasa e/ou na comercialização via Ceasa, assim como a (ii) baixa fertilidade do solo ocasionada pelos processos de plantio e colheita e o (iii) abandono do campo por parte dos jovens: *"A agricultura familiar está reduzida, os jovens estão indo embora, está acabando a agricultura. Só estão ficando no campo os pais e os avós"* (agricultora e funcionária Cresol, 21 anos, categoria: agricultor familiar). Chamamos a atenção para esta última fala, feita por uma jovem agricultora que estudou e se profissionalizou no ramo da agricultura agroecológica. Percebe-se uma frustração por parte da entrevistada na afirmação de que a "*agricultura está acabando*" e até mesmo um sentimento desacreditado, representando a exposição um ponto de atenção para com a manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar local. Por outro lado, podemos perceber também a esperança de um futuro melhor e mais otimista para a agricultura familiar local, partindo do depoimento também de um jovem agricultor:

> Hoje o solo não é mais tão fértil, tem que trabalhar para melhorar o solo. Com o manejo agroecológico, orgânico, que a gente vem trabalhando hoje isso melhora, além de ter uma produção mais diversificada. Antes dava tempo de se formar matéria orgânica, mas de tanto queimar, roçar, até passar máquina foi empobrecendo o solo e causando erosão, mas nós estamos aqui hoje para poder ajudar (agricultor orgânico, 32 anos, categoria: agricultor familiar).

Já a percepção do poder público local acerca da realidade atual da agricultura familiar é um pouco mais crítica, tendo em vista a (i) necessidade de diversificação dos mercados atuais, a visão de que (ii) as atuais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar local vêm no sentido de complementar a renda da agricultura familiar, além de aspectos ligados mais à produção mesmo, como o (iii) impacto da criação de rebanhos de bovinos e bubalinos nos municípios, e do (iv) reflorestamento de *Pinus*:

> Hoje, com o PAA e PNAE, houve uma substituição de cultivo de culturas, sendo esta área bem pequena. Somente para entregar a cota do PAA mesmo. Houve uma evolução especializada na agricultura, com diversificação de plantio somente na região sul dos municípios, as outras regiões não diversificaram. A bovinocultura é também uma realidade atual, principalmente na região norte. As propriedades médias e grandes substituíram gado por búfalo, existindo assim um dano muito maior, causando mais assoreamento devido à declividade, poluição da água, etc. (técnica Emater, 57 anos, categoria: poder público).

Quando indagados os representantes do poder público local sobre as possíveis mudanças relacionadas ao que poderia ser melhorado no sentido de manter e desenvolver a agricultura familiar local, prontamente as respostas que surgem são todas ligadas à (i) diversificação dos canais de mercado e (ii) ampliação das políticas públicas ligadas à manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar local:

> A comercialização deveria ser melhorada, pois produzir “eles” produzem, mas muitos acabam perdendo produto porque não têm mercado certo.

> Uma cooperativa ou talvez a Central possa fazer a frente da comercialização e até mesmo trabalhar uma produção em escala para não haver muita perda na produção (técnica Emater, 34 anos, categoria: poder público).

Ainda na opinião do poder público local:

> Só o PAA e PNAE não são suficientes. É necessário um conjunto de políticas públicas. Talvez a Central venha ajudar na produção (absorção e distribuição). Também a instalação de um abatedouro de aves aliado a um plano de desenvolvimento para pequenas propriedades que reduziria muito os danos ambientais para a avicultura nos municípios. O Brasil Sem Miséria é uma política pública que pode ser utilizada para fazer esse projeto do abatedouro, porém ele "empaca" na documentação da terra (técnica Emater, 57 anos, categoria: poder público).

Nota-se que a regularização fundiária é um problema nos municípios. Devido às irregularidades nos terrenos e lotes rurais e à alta concentração de terra, o acesso a um conjunto de políticas públicas, como o crédito rural, habitação e subsídios governamentais, via projetos de desenvolvimento rural, acaba por ficar sumariamente prejudicado.

Na opinião dos agricultores (as) familiares entrevistados, alguns pontos cruciais para a melhoria da agricultura familiar deveriam ser realizados com urgência, sendo estes os mais variados possíveis, relacionados a: (i) ampliação das políticas públicas destinadas aos pequenos agricultores, o (ii) trabalho conjunto organizado entre os agricultores, a (iii) facilidade no acesso de maquinários, a (iv) capacitação para o campo – agricultores e jovens agricultores, a (v) melhora na assistência técnica rural, a (vi) ampliação dos canais de comercialização, a

(vii) organização da logística da comercialização, a (viii) melhora do escoamento da produção, a (ix) facilidade de acesso à certificação orgânica e a (x) possibilidade de beneficiamento e transformação dos produtos para agregar valor de mercado. Nota-se que todos os pontos, de alguma forma, já foram antes mencionados, representando assim gargalos quanto à organização, manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar local. Segundo relatos: *"o pessoal tinha que se adequar mais com cursos, essas coisas, para incentivar o pessoal mais novo, os filhos de agricultores, tinha que ter um incentivo para o jovem querer ficar no campo"* (agricultor, 47 anos, categoria: agricultor familiar). Ou ainda: *"falta bastante coisa, se fizessem um grupo de produção de plantio melhoraria bastante. Também ter a certificação e o acesso a todo o processo de conversão de orgânicos para não produzir mais com veneno seria muito bom para a agriculura"* (agricultor, 56 anos, categoria: agricultor familiar).

Segundo a visão dos gestores intermediários das políticas públicas locais, as mudanças necessárias também aparecem relacionadas a: (i) maior apoio do poder publico municipal e estadual, (ii) expansão das políticas públicas e programas de governo em vigência, (iii) melhora na logística de transporte, (iv) produção de sementes e (v) assistência técnica de produção: "*Há um vazio entre a assistência técnica e a produção da agricultura familiar. Tem muita informação, muita teoria mas, na prática, não acontece*" (agricultor, 65 anos, categoria: gestor intermediário).

Em suma, nota-se um equilíbrio entre as respostas, tanto da categoria dos agricultores familiares quanto do poder público local e gestores intermediários dos programas de governo. Há um consenso de que a agricultura familiar enfrentou e enfrenta desafios a serem superados e que a categoria vem lutando para que melhoras significativas ocorram dentro de um contexto favorável para a atividade e suas esferas de atuação.

Indubitavelmente, com apoio do Estado, a agricultura familiar pode vir a suplementar o fornecimento de alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade, reproduzida a categoria como uma forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural e salvaguarda dos ricos patrimônios naturais e culturais existentes no meio rural.

4 CAPÍTULO III: A PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS E A REALIDADE *IN LOCO*

4.1 INTRODUÇÃO

A proposta primordial do presente capítulo que aqui se apresenta é a de realizar uma avaliação dos conteúdos abordados no primeiro e segundo capítulos, ou seja, contrapor os conteúdos teórico-temáticos abordados no primeiro capítulo frente aos dados empíricos apresentados no segundo capítulo, levando em consideração prioritariamente, as perguntas de partida utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, sob a perspectiva de uma visão critica entre os comparativos. Como o estudo trata de analisar, a partir da visão dos sujeitos envolvidos, as políticas públicas atualmente acessadas pelos agricultores familiares de Itaperuçu e Rio Branco do Sul e a realidade da agricultura familiar local em suma, busca-se cotejar os objetivos de tais políticas públicas, previstos em lei, com os relatos obtidos em campo, de modo a não esgotar a discussão acerca dos conflitos que envolvem a realidade agrícola dos municípios pesquisados, direcionando, olhares para a realidade que envolve o recorte da pesquisa a partir do embasamento teórico adotado inicialmente frente aos dados empíricos.

Este capítulo aparece dividido em duas partes distintas: *"Políticas Públicas e Agricultura Familiar em Rio Branco do Sul e Itaperuçu"*, resgatando assim as duas primeiras perguntas de partida que embasam a pesquisa: (i) quais políticas públicas de apoio, desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar encontram-se em vigência no território, compreendendo o objeto de estudo enfocado? e (ii) quais políticas públicas se adequam à realidade encontrada pelos agricultores familiares nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu (PR) no sentido de apoiá-los efetivamente no desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar? Já a segunda parte do capítulo intitulada *"Agricultura familiar: a verdade e sua própria experiência, sua*

própria visão", trata da terceira e última pergunta de partida levantada na presente pesquisa, sendo esta: (iii) qual é a percepção dos atores envolvidos nas transformações ocorridas e no processo em que se encontra o panorama atual da agricultura familiar no território? Promovendo, assim, as principais reflexões acerca da temática abordada.

4.2 Políticas Públicas e Agricultura Familiar em Rio Branco do Sul e Itaperuçu

Tendo em vista o objetivo geral da pesquisa, que foi o de investigar a relação das políticas públicas ligadas à agricultura familiar com o desenvolvimento rural e a manutenção da agricultura familiar no território a partir da visão dos sujeitos envolvidos nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, implícitos encontram-se os objetivos específicos de averiguar quais políticas públicas de apoio, desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar encontram-se atualmente em vigência no território e investigar quais políticas públicas se adequam à realidade encontrada pelos agricultores familiares no sentido de apoiá-los efetivamente no desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar. São estes aspectos que norteiam a presente análise de dados do estudo em questão.

Dentre as políticas públicas voltadas para a manutenção, apoio e desenvolvimento da agricultura familiar, foram mapeadas nos municípios e encontram-se disponíveis para acesso por parte dos agricultores: o PRONAF, o PAA, o PNAE, o PRONAMP, o PROAGRO, o Finame Agrícola e o ABC da Agricultura de baixo carbono. No entanto, destaca-se que no presente capítulo, será realizada uma análise apenas das políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares entrevistados, que seriam o PRONAF, o PAA e o PNAE.

Dentre os programas governamentais de auxilio à agricultura pode-se citar o PAA como sendo o mais acessado pelos agricultores familiares. Em geral, os alimentos são

adquiridos pelo governo a um preço justo, haja vista que se baseia nos preços praticados nos mercados regionais, fazendo com que seja evitada a exploração por parte de atravessadores e/ou através da venda dos produtos para o CEASA.

Nota-se, nos municípios enfocados na presente pesquisa, uma grande dependência de mercado por parte dos agricultores beneficiados pelo Programa, apesar de existir uma consciência coletiva por parte dos beneficiários de que esse fato se faz presente. Há uma grande esperança de acesso a outros mercados, além de PAA e PNAE, através da Central de Distribuição de Alimentos que foi recentemente inaugurada em Rio Branco do Sul (novembro de 2014). Especificamente no âmbito do PAA, percebe-se uma certa cultura de "acomodação" por parte dos agricultores familiares que entregam alimentos via política pública, uma vez que a cota, apesar de ser pouca – passando de R$ 6.500 em 2013 para R$ 8.000 ao ano em 2015, é um canal de comercialização certo, o que faz com que a maioria dos agricultores que entregam para o Programa produzam somente a cota e se acomodem, ao invés de criar formas inovadoras de inserção nos diversos mercados potenciais. A cultura política entre os agricultores familiares ainda é de cunho assistencialista. A maioria dos entrevistados revelou que utilizam somente o PAA para realizar a comercialização de sua produção, ficando o excedente para autoconsumo e, quando necessário, o incremento da renda por conta de trabalhos sazonais em lavouras de outras propriedades, no *Pinus*, como pedreiro, empregada doméstica no caso das mulheres, entre outras atividades de cunho agrícola e não agrícolas. Porém, na opinião das três categorias de atores envolvidos com a agricultura familiar local, é generalizada a visão de que somente o PAA é pouco para desenvolver a atividade, tanto em termos econômicos quanto sociais, políticos e ambientais.

No entanto, a reprodução social da agricultura familiar está direta e proporcionalmente vinculada às necessidades de consumo da família. Atendida esta necessidade, os agricultores

passam a comercializar sua produção com certa autonomia econômica e social. Neste sentido, como apontam os depoimentos advindos dos agricultores familiares, o PAA melhorou significativamente a subsistência no campo, vindo a diversificar a mesa e a produção, tanto para o autoconsumo quanto para comercialização.

Durante as incursões a campo, ficou clara a relação entre a produção agrícola desenvolvida antes da implantação do PAA nos municípios e a produção a partir da intervenção realizada pelo Programa no cotidiano das famílias. Sem dúvida, houve um aquecimento do mercado local e uma diversificação significativa da produção, além de uma politização dos agricultores familiares locais por meio da participação em reuniões, conselhos e frente às entidades representativas de classe, que passaram a resolver mais do que assuntos meramente ligados à previdência social dos agricultores familiares locais. Assim, é de significativa importância compreender em que medida o Programa tem interferido, positiva e/ou negativamente, na reordenação da produção, no cotidiano das famílias e na qualidade de vida da agricultura familiar, assim como nas relações políticas e econômicas dos agricultores no contexto local e regional. Seja em função do retorno financeiro, ou em função do reconhecimento político e social que o Programa tem viabilizado, a produção de alimentos continua a ser reconhecida como a principal atividade econômica das famílias pesquisadas.

Pode-se fazer, então, uma reflexão no sentido de em que medida esses agricultores têm interagido com o Programa e de que forma esta relação tem gerado consequências para a atividade produtiva, para a melhoria das condições de vida no campo e para a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos. Assim, mais do que as formas de produção e a lógica produtiva, os agricultores familiares percebem o PAA como uma perspectiva de permanecer na atividade agrícola e, por conseguinte, no meio rural.

Assim, é corroborado o objetivo proposto pelo Programa na visão dos sujeitos envolvidos, ou seja, o PAA promove de fato a inclusão social no campo e o fortalecimento da agricultura familiar local, por meio da compra de produtos, do controle de preços e da geração de renda para famílias de pequenos agricultores em situação de vulnerabilidade social e econômica, ajudando, portanto, a agricultura familiar a manter-se em atividade, gerando renda para o campo e contribuindo para o mantenimento da produção agrícola.

Seguindo a análise, temos o PRONAF como sendo também umas das políticas públicas mais acessadas atualmente pelos agricultores familiares de Itaperuçu e Rio Branco do Sul. Na região, a ausência de agroindústrias, cooperativas e até mesmo de uma agricultura familiar com melhor desempenho produtivo, ou seja, mais capitalizada, coloca um desafio para o Programa: o de se consolidar como política pública junto a um público mais empobrecido em unidades de produção com sistemas menos integrados aos mercados.

Percebe-se que o desenvolvimento da agricultura familiar local carece de alguns fatores para ocorrer de fato, como disponibilidade de terra, regularização fundiária dos terrenos, assistência técnica de qualidade, infraestrutura de base, acesso facilitado à políticas públicas, capacitação e profissionalização para o campo, dentre outros fatores correlacionados.

Também a falta de recursos financeiros acarreta na geração de um círculo vicioso em que, não tendo recursos para custear a safra e investir na propriedade, os agricultores familiares não conseguem realizar a produção de alimentos para subsistência e comercialização, o que, por sua vez, impede que novos investimentos sejam feitos e assim por diante. A quebra desse ciclo somente é possível com o fornecimento de crédito, em condições especiais e em consonância com os desejos e necessidades do segmento. Assim sendo, constata-se, através das pesquisas bibliográficas e empíricas realizadas, que o

PRONAF representa uma importante conquista para o segmento.

O Programa visa consolidar a agricultura familiar como categoria social, através do fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar por meio da integração do agricultor com a cadeia produtiva, da modernização do sistema de produção e a da profissionalização dos envolvidos. De acordo com seu objetivo primeiro, o PRONAF visa à promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural a partir da implementação de ações que possibilitem o aumento da capacidade produtiva, a manutenção e geração de empregos e a elevação da renda no campo, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania pelos agricultores familiares, contemplando ainda os objetivos específicos de ajustar-se à realidade dos agricultores familiares; subsidiar infraestrutura; profissionalizar; propiciar o acesso a novas tecnologias; e estimular o acesso a mercados de insumos e produtos. Segundo a perspectiva adotada na presente pesquisa assim como no referencial teórico-temático apresentado, a noção de desenvolvimento rural sustentável se dá a partir da incorporação de uma nova forma de organização social e uma nova cultura de produção e consumo, que sejam capazes de beneficiar todos os membros da sociedade que o engloba, garantindo a sustentabilidade entre gerações Altieri, 2004; Almeida, 1997; Molina & Gusmán, 1993.

Embora enfáticos em afirmar a importância desse Programa para a agricultura familiar nacional e o desenvolvimento rural do país, estudos diversos vêm apontando algumas limitações em sua operacionalização, como o citado na presente investigação por Petrelli & Silva, 2004; Sabourin, 2007; Schneider, Cazella & Mattei, 2004; Souza et al., 2013; e Cazella, 2012. Dentre elas, destacam-se sua baixa abrangência em termos de regiões atingidas – espacialização da política pública e desigualdade na distribuição regional dos recursos, o acesso facilitado para agricultores mais capitalizados e a

facilidade de acesso por parte da propriedade familiar "eficiente" em detrimento dos mais fragilizados, o modelo de agricultura estimulado via concessão de financiamentos, o baixo volume de crédito destinado à agricultura familiar, entre outros aspectos. Segundo críticas de autores consultados no presente estudo, de uma forma geral, o PRONAF surge em vias de subsidiar crédito aos agricultores familiares, vindo a beneficiar a categoria e reconhece-la institucionalmente como sendo importante para a economia nacional, numa época em que o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os principais problemas. Porém, muitos autores defendem o ponto de vista de que o Programa contou com uma grande distorção de seu foco de atuação relacionado à abrangência dos beneficiários em termos regionais e sociais. O referencial teórico do presente estudo revela fortemente que o PRONAF privilegia a propriedade familiar "eficiente" em detrimento dos mais fragilizados, ou seja, agricultores familiares que se encontram mais economicamente integrados ao mercado, e que acusam de um melhor desempenho produtivo, estando localizados estes sumariamente nas regiões sul e sudeste do país, além de subsidiar altas taxas de financiamento para culturas de exportação, agroindustriais e commodities, revelando baixa participação de liberações de recurso para a produção de produtos dirigidos ao mercado interno.

Analisando por este ponto de vista, podemos afirmar que o PRONAF apesar de seu caráter integrador voltado ao auxílio da agricultura familiar frente ao agronegócio, não rompe com os padrões adotados durante os anos da modernização conservadora da agricultura nacional.

A realidade dos municípios enfocados na pesquisa revela que o crédito cedido via PRONAF é mais acessado na modalidade investimento, subsidiando a compra de máquinas (trator, caminhonete e utilitários), equipamentos agrícolas (semeadeira e plantadeira para as regiões mais planas) e matrizes de bovinos e bubalinos. Tendo em vista que em sua maioria os

pequenos agricultores não contam com uma estrutura produtiva que necessite da compra de maquinário frente à locação dos equipamentos via associações de agricultores, e que estes não detém grandes rebanhos de boi e muito menos de búfalos, conclui-se que o crédito cedido para investimento nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul beneficia sim aquele agricultor mais capitalizado e que conta com algum meio de inserção nos mercados locais e regionais, fato comprovado frente à relativização dos gestores intermediários e poder público local de que o PRONAF e os projetos encaminhados para as instituições credenciadas são em sua maioria acessados por agricultores familiares mais capitalizados na modalidade investimento, e disponível ao agricultor de base familiar com menor poder aquisitivo em menor quantidade de recurso, sendo utilizado em geral para o custeio da produção (subsistência e produção externa) havendo, desta forma, pouco investimento disponível via PRONAF para a agricultura familiar.

Porém, este fato se faz polêmico uma vez que os próprios agricultores familiares identificam no PRONAF a possibilidade de estimular a promoção de atividades alternativas à lógica do padrão dominante, mesmo tendo a consciência de que o programa tem um forte viés produtivista. Na visão geral dos representantes da agricultura familiar local, o PRONAF promove sim o fortalecimento da agricultura familiar local, propiciando ao agricultor o mantenimento da produção e, por conseguinte, da família no meio rural, ainda que alguns aspectos inerentes à necessidade de melhoria e ajuste na política pública sejam perceptíveis aos olhos dos sujeitos envolvidos, como o aumento nos valores financiados pelo Programa; a redução da taxa de juros; a extensão do prazo de pagamento do empréstimo; a facilitação no acesso à política de forma a tornar-se menos burocrático o processo; o melhoramento do planejamento do uso do dinheiro emprestado aos agricultores; e a adequação do crédito cedido, de acordo com o período da venda dos produtos.

Sendo assim, podemos concluir que o PRONAF atende, parcialmente, os objetivos propostos pela legislação vigente. O Programa contribui de forma direta para a elevação da renda e para a melhoria das condições de vida no meio rural quando relacionado à subvenção para a produção e mantenimento da safra, vindo, portanto, a fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, promovendo também a geração de emprego e renda nas áreas rurais e consequentemente, gerando uma melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares, ainda que tal política pública não se encontre em um padrão considerado ideal para os envolvidos na dinâmica produtiva da agricultura familiar local. Por outro lado, o Programa deixa a desejar se considerarmos os objetivos específicos propostos, como o ajuste da política pública as reais necessidades dos agricultores familiares menos capitalizados, a elevação do nível de profissionalização dos pequenos agricultores através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social e ao estímulo ao acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos, tendo em vista que não houve menção por parte dos entrevistados de aspectos relacionados a tais objetivos específicos previstos pela portaria da política pública, assim como a realidade local não demonstrou tais beneficies advindas por meio do Programa.

Em se tratando do PNAE, destaca-se que tal política pública, apesar de sua relevância para a manutenção, desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar nos municípios enfocados, conta com baixo acesso por parte dos fornecedores de alimentos provenientes da agricultura familiar. Em ambos os municípios enfocados, a prefeitura envia os projetos ao MEC inscrevendo apenas a cota mínima de 30% para entrega de produtos locais oriundos da agricultura familiar. Justifica-se tal fato devido à incapacidade produtiva dos municípios segundo a visão dos representantes do poder público, responsáveis pela compra dos produtos em âmbito municipal. Em Itaperuçu, os produtos entregues na cota mínima de 30% são

de origem convencional, tendo em vista que o município não detém de agricultores orgânicos certificados e, em Rio Branco do Sul, aproximadamente 15% dos produtos entregues para o PNAE advém do município, sendo estes com certificação orgânica, complementando a AOPA os produtos restantes oriundos de outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba para o fechamento dos 30% da cota mínima de produtos orgânicos entregues para a prefeitura Municipal via PNAE no município de Rio Branco do Sul.

Nota-se que não existe diálogo entre prefeituras municipais e agricultores familiares, faltando desta forma uma comunicação adequada entre o produtor e o intermediário local da política pública. Ao indagarmos por que somente menos de um quarto dos entrevistados acessam ou acessaram o benefício, nota-se uma incongruência no entendimento dos motivos por parte dos fornecedores de alimentos e intermediários locais do Programa. Os agricultores locais relatam que não acessam o PNAE porque este é restrito a uma pequena porcentagem de agricultores familiares do município, colocando o motivo na dificuldade de conseguir a certificação de produtos orgânicos, nos processos burocráticos da política pública e até mesmo relatando que há certo "favorecimento" de algumas comunidades rurais e famílias nelas residentes em detrimento de outras. Já o poder público local relata que os produtores locais não conseguem cumprir os cardápios montados pelas nutricionistas das prefeituras, sendo assim mais fácil e prático adquirir os alimentos de outras fontes, na maioria dos casos provenientes do CEASA ou de atravessadores locais e regionais.

De fato, existe uma grande parcela de agricultores familiares locais que não conseguem produzir os alimentos previstos no cardápio montado pelas nutricionistas, porém, os agricultores familiares não são nem ao menos orientados a reorganizar-se diante desses novos arranjos, desconhecendo por completo muitas vezes o processo que envolve o fornecimento de alimentos para a política pública e até mesmo a existência da

mesma. Acredita-se que tais limites se configuram em função dos baixos investimentos governamentais, da pressão dos mercados de atacado (CEASA e atravessadores locais e regionais), da baixa capacidade do capital social presente na pequena agricultura, assim como das relações políticas precarizadas entre agricultores familiares, poder público local e sociedade envolvente.

Diferentemente do PAA, quem é responsável pelo desenho do projeto assim como pela organização da compra dos produtos e repasse do recurso para o PNAE é a Secretaria Municipal de Educação. Um dos fatores identificados acerca da baixa adesão à política pública por parte dos agricultores familiares, bem como da compra de somente a cota mínima de 30% dos produtos oriundos da agricultura familiar local, é devido ao fato de que, como quem organiza o projeto e o processo de compra "desconhece" a realidade agrícola e organizacional da produção local, assim como as potencialidades e a oportunidade que esta política pública representa para sobrevivência e estímulo da atividade da agricultura familiar local - que encontra-se atualmente tão vulnerável e marginalizada; a gestão não se dá de forma holística e participativa, como por exemplo no PAA, que conta com a administração realizada pelas associações e sindicatos representativos de classe, desde o envio do projeto até o recebimento dos produtos e pagamento pelos mesmos. O *know-how* que as lideranças comunitárias, agricultores familiares e ao mesmo tempo gestores intermediários das políticas públicas locais possuem para lidar com todo o processo que envolve a política pública faz toda a diferença em termos de organização, politização, acesso, transferência e repasse de conhecimento aos agricultores familiares que não conseguem se inserirem sozinhos na dinâmica de mercado local. Destaca-se que este ponto de vista foi também partilhado por alguns autores consultados na pesquisa, a exemplo Leite et. al. (2011) que ressaltam a necessidade de reconfigurar os campos de poder a

partir do fortalecimento das organizações locais e o perfil de atores estratégicos com os quais se irá desenvolver o processo de gestão, de modo a pensar em uma dinâmica dos territórios rurais de forma não autárquica, valorizando o conhecimento endógeno.

Ainda que o PAA seja um programa que venha a complementar as ações do Fome Zero[13] e que seja voltado a um público de agricultores familiares diferente do PNAE, o simples fato de o senso comum estabelecer que a agricultura familiar local "é incapaz de produzir" nos padrões estabelecidos pelo Programa, não quer dizer, necessariamente, que os agricultores não detenham capacidade ou conhecimento técnico, mas sim que, em função de mercados estabelecidos a partir de padrões de produção que não são adaptados à sua própria lógica de produção, ficam à margem da oportunidade de se qualificar e tornar a sua produção mais eficaz para poderem, então, atender às demandas do mercado e da dinâmica da própria atividade. Neste sentido, constitui-se uma ferramenta fundamental da estratégia agroecológica de desenvolvimento rural sustentável a construção participativa de tecnologias agrárias, o que permite "[...] fortalecer a capacidade local de experimentação e inovação dos agricultores com os recursos naturais específicos de seus agroecossistemas" (Casado; Sevilla-Guzmán & Molina, 2000, p. 139), criando-se, desta forma, tecnologias autóctones articuladas às tecnologias externas apropriadas à adaptação da realidade local, incorporadas, por sua vez, ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valor próprio de cada comunidade, buscando sempre a autonomia e o "empoderamento" dos atores envolvidos.

Seja pela baixa capacidade de investimento, assistência técnica, organização do setor produtivo ou por regras de

---

[13] O Fome Zero foi um programa do Governo Federal voltado ao direito de alimentação às populações brasileiras mais vulneráveis à fome. <Disponível em: http://bolsa-familia.info/fome-zero>.

mercado que não dão conta dos “custos” de produção da pequena agricultura, a agricultura familiar acaba por ficar alijada em relação a uma política nacional pensada para beneficiar a agricultura de base familiar mas que acaba por não romper com a modernização conservadora, enquadrando-se ainda na lógica da velha política de produção agrícola nacional.

Na visão dos agricultores familiares locais e demais entrevistados, o PNAE ajuda muito a fortalecer a agricultura familiar local devido ao incentivo à produção convencional e à produção orgânica local, assim como devido ao fato de o valor da cota ser mais alto e os produtos serem entregues mensalmente, podendo vir a política pública, se bem administrada e gestionada, alavancar a agricultura familiar local significativamente, tendo em vista a necessidade de produção constante de alimentos, a diversificação da produção necessária e a qualidade dos produtos exigida. No entanto, há um consenso geral por parte de todos os entrevistados de que o PNAE faz-se um desafio para o padrão de produção agrícola atual verificado nos municípios enfocados na presente pesquisa, vindo a representar uma significativa oportunidade de desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar local. Chama-se ainda a atenção para a compreensão da realidade local por parte dos agricultores familiares e gestores intermediários dos programas de governo acerca da necessidade de desenvolvimento de um trabalho conjunto entre os agricultores que produzem os alimentos e os nutricionistas que elaboram os cardápios, o dever da administração pública em cumprir as normativas, fiscalizar e acompanhar os cardápios dia a dia, assim como a necessidade de articular outras políticas públicas e incentivos fiscais que venham a capacitar o homem e a mulher do campo, de forma a incentivar uma agricultura de cunho alternativa, em vias de “ensinar o agricultor a pescar e não apenas dar o peixe para ele comer” em se tratando do discernimento acerca das políticas de cunho assistencialista sob as quais a Região do Vale do Ribeira acostumou-se em receber.

Em suma, conclui-se que o PNAE, apesar de seu objetivo primordial ser orientado para os beneficiários finais da política pública, ou seja, aos alunos da rede pública de ensino que recebem a merenda escolar, os objetivos complementares que tratam da dinamização da economia local, contribuição para geração de emprego e renda e respeito aos hábitos alimentares e vocação agrícola local, podem vir a ser otimizados e devidamente cumpridos no ambiente local da pesquisa, apesar de atualmente não serem, vindo de encontro às diretrizes do Programa previstas na legislação - de incentivar a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar, de modo a respeitar a sazonalidade, a cultura e a tradição alimentar, priorizando, sempre que possível, a inserção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos nos cardápios da alimentação escolar.

No que tange aos avanços no debate público institucional e iniciativas voltadas à valorização da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional das classes menos favorecidas, de fato há de se convir que houve uma mudança na compreensão e atuação por parte do poder público e sua organização de políticas públicas que vão além da emergência e do combate à fome como finalidade, promovendo incentivos voltados ao setor em termos de desenvolvimento rural (Gazolla, 2004; Bonnal & Kato, 2011; Ghizelini, 2010). No entanto, é emergencial a necessidade de mudança de cultura que parece estar arraigada no cenário político brasileiro: a representação do rural como agrícola, onde o crescimento substancial da produtividade é estimulado em função do crescimento econômico e não em função do desenvolvimento rural sustentável, levando em conta os aspectos sociais, ambientais, políticos e culturais frente ao econômico, opinião compartilhada por diversos autores citados no Capítulo I do presente estudo (Leite et. al. 2011; Freitas et.al., 2010; Caporal & Costabeber, 2002); e reafirmada nos depoimentos e conversas tidas à campo, tanto com o poder

público local quanto com os agricultores familiares e/ou gestores locais dos programas de governo.

Há mais de uma década, o MDA (2003) fez uma publicação admitindo que até então o Governo Federal não conseguiu implementar políticas públicas que sejam efetivamente focadas no objetivo de generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidade das populações que habitavam o interior brasileiro. Ou seja, na concepção da União, admite-se que os programas de governo criados até então para propiciar se não o desenvolvimento e prosperidade do setor agrário do país ao menos a manutenção da agricultura familiar e qualidade de vida para aqueles que residem no campo, não foram efetivos nem para um objetivo, nem para o outro. Realidade que mais de uma década depois do estudo continua presente, de certa forma, ao olharmos para alguns pontos de vista que foram expostos ao longo da pesquisa.

Assim, conclui-se que mudanças substanciais nas políticas públicas devem ser realizadas para o desenvolvimento sustentável do meio rural e a sustentabilidade de seus residentes, da valorização da categoria da agricultura familiar, sua identidade e cultura agrícola e as oportunidades de inclusão e crescimento presentes em meio ao setor. Segundo Moreira & Carmo (2004), o processo de construção de uma agricultura de fato sustentável, deve passar, necessariamente, pelo fortalecimento da agricultura de base familiar, por profundas modificações na estrutura fundiária do País, por políticas públicas consistentes e coerentes, com a emancipação de milhões de brasileiros da miséria e pela revisão dos pressupostos epistemológicos e metodológicos que guiam ações de pesquisa e desenvolvimento. A assertiva de que é necessário reorientar as formas de intervenção do Estado e as políticas públicas em exercício, proposta por Schneider & Tartaruga (2005), assim como a visão de Cazella (2012), que defende a formulação de uma nova geração de políticas públicas de desenvolvimento

rural, corrobora os resultados obtidos em campo e reafirmados por outros diversos atores consultados no presente estudo.

4.3 Agricultura familiar: um balanço

Acerca da "nova" dinâmica da agricultura familiar tida nos anos pós-modernização da agricultura nacional, inquestionável se faz a afirmativa de que uma parcela restrita de agricultores familiares tiveram um grau maior de integração às cadeias do sistema agroindustrial, modernizando assim seus meios de produção e construindo uma racionalidade voltada ao setor produtivista. Em contrapartida, um grande contingente de agricultores de base familiar percorreu a trajetória da modernização da agricultura brasileira numa condição marginal em termos de integração produtiva, sem acesso a crédito, terras, tecnologias para o campo, mão de obra, insumos de produção adaptados à realidade local, entre outros, ponto de vista este compartilhado por diversos autores como Silva (2003), Balsan (2006), Almeida (1997), Wanderley (1985), Souza et al., (2006), Bossetti (2013). As mudanças nos modos de organização de produção a partir da especialização da agricultura em escala promoveram mudanças no que tange ao saber fazer dos agricultores familiares, os mutirões (puxirões) de plantio antigamente realizados, na relação do homem com a terra e suas estratégias baseadas em conceitos ecológicos, no conhecimento científico integrado ao conhecimento local e com participação ativa da população rural na determinação das formas de manejo desses agroecossistemas, enfim, na maior valorização da biodiversidade e da diversidade cultural frente ao econômico.

A ideia que se forma diante das pesquisas realizadas, é a de que as tendências dessa "nova agricultura" modernizadora geraram uma nova dinâmica no meio rural, denotando uma realidade em que ao passo que, trouxe de fato a modernização da agricultura nacional à grande propriedade, com novas tecnologias para o campo e a visibilidade internacional do

potencial agroexportador do país, trouxe também ao pequeno agricultor ou agricultor familiar um distanciamento dessas inovações, com certas limitações aos modos de produção, colocando-o à margem da dinâmica da atividade agrícola nacional. O processo de modernização também foi responsável pela inviabilidade da produção, pela baixa competitividade de mercado e pelo baixo poder de barganha das propriedades de nível familiar, "obrigando" muitos desses produtores a venderem suas terras para aventurarem-se em pequenos e médios sítios urbanos ou nas grandes cidades, ou a viver em condições de miséria rural, abandonados pelos programas excludentes de incentivo à modernização da agricultura nacional.

Partilha-se ainda do ponto de vista de que a modernização industrial da agricultura brasileira não alterou a estrutura agrária do País, promovendo um crescimento díspar e parcial, com elevada concentração de terra e de renda, caracterizando uma verdadeira modernização conservadora, como reiteram os trabalhos realizados por Silva (2003), Guimarães (1977), Antônio Cândido (1977), José de Souza Martins (1986) e Caio Prado Junior (1979) e a própria realidade vista em campo. Nos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu diversos relatos surgiram no sentido da afirmativa que pós década de 1970, com os incentivos governamentais e fiscais que surgiram, a atividade agrícola contava com diversos entraves sendo, de lá pra cá, "*anos muito sofridos para a lida no campo e de baixa na agricultura"*. Também pesquisas revelaram que nessa mesma época Programas como o PRODELAR, que alavancou a atividade de exploração mineral enquanto atividade econômica, fortalecendo e ampliando os polos cimenteiros nos municípios, e também o PRÓ-RIBEIRA, que promoveu a diversificação da pequena propriedade a partir do reflorestamento de *Pinus e Eucalyptus* na região, foram responsáveis diretos na formação do território e suas relações de espaço e poder, sejam eles exercidos tanto por parte do Estado

quanto pelos interesses econômicos dominantes. Com a disseminação das atividades de extrativismo mineral e reflorestamento, reflexos estes que foram muito mais significativos nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul frente aos demais municípios do Vale do Ribeira, muitos agricultores familiares venderam suas terras para grandes empresas em atividade no território (Votorantim e Trombini), a preços abaixo do valor de mercado, migrando assim famílias inteiras para as áreas urbanas; ou, ainda, arrendaram suas terras para os plantios de reflorestamentos que alastram-se rapidamente sobre o território em questão, fato que acabou acarretando no empobrecimento e acidificação do solo, fazendo com que a vida no campo e a geração de alimentos para subsistência e outrora quiçá para comercialização, ficasse ainda mais difícil, sofrida e custosa.

A questão agrária ligada à elevada concentração de terra sob o poder de oligarquias locais e a baixa regularização fundiária das propriedades ocasionaram ainda a inviabilidade de acesso a políticas públicas que poderiam ter alavancado a atividade agrícola local e caminhado rumo ao desenvolvimento igualitário e sustentável do meio rural, a exemplo do PRONATER, que visava à geração da melhoria da qualidade de vida em municípios de baixo IDH em que contassem com a atividade da agricultura familiar para seu sustento.

Sob o ponto de vista adotado na presente pesquisa, tem-se que a modernização da agricultura representou o processo pelo qual o progresso tecnológico se internalizou na agricultura, modificando o tipo de relação que o agricultor estabelecia com a natureza e os sistemas produtivos, mostrando desarticulação dos sistemas de valores preexistentes e o abandono de formas tradicionais de sociabilidade em comunidades tradicionais. Nota-se também que os agricultores que não tinham acesso à terra e a outros recursos produtivos não se ajustaram às condições do modelo vigente, permanecendo a grande maioria fora da dinâmica de “desenvolvimento rural”.

Relacionado especificamente à agricultura familiar, percebe-se, portanto, que a atividade vem passando por um processo acelerado e constante de mutação social, política e econômica. Essa mutação vem influenciando a cultura e a identidade do agricultor familiar, seus modos de saber e produzir seus próprios alimentos, sua relação com o cultivo e a terra, bem como as formas de sobrevivência no meio rural. No entanto, fato é que o rural mantém singularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que caracterizam uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade capitalista que o engloba. Neste sentido, acredita-se que a agricultura familiar necessita adaptar-se à nova dinâmica existente no espaço rural para se inserir no processo produtivo, fortalecendo processos de inovação (Abramovay, 1998; Leite, 2001). Sob a ótica adotada na presente pesquisa, faz-se visível a necessidade de mantenimento e desenvolvimento da atividade da agricultura familiar e seu potencial como modelo social, econômico e político, assim como da criação de condições adequadas para que os pequenos produtores e suas organizações locais possam reagir frente às adversidades impostas pela forma atual com que o capitalismo opera na agricultura e em seus modos de produção. Assim, cabe aos sujeitos envolvidos criarem maneiras de inovar e se diferenciar na dinâmica dos mercados locais, partindo do desenvolvimento de novas formas de gestão e planejamento da produção, melhorando sua capacidade de interação social e produtiva, focando na qualidade e diversidade de alimentos, e em uma relação equilibrada com o meio. A meta seria alcançar sistemas de produção economicamente viáveis, ecologicamente equilibrados, socialmente justos e culturalmente aceitáveis, baseados nos pressupostos de centralidade na segurança alimentar, incorporando valores ambientais e uma nova ética na relação homem-natureza.

Na revisão bibliográfica apresentada, defende-se que, o desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado, mas sim na

elaboração das políticas capazes de promovê-lo, havendo a necessidade de mudanças nas principais políticas públicas de desenvolvimento rural do país a partir da construção de uma realidade na qual a agricultura deve ser enfocada baseada em diretrizes que não estejam voltadas apenas para a reprodução do capital e aos interesses dominantes (Abramovay, 1998; Cazella, 2012); sendo, portanto, necessária se não a criação, a operacionalização de políticas públicas voltadas à geração de melhorias substanciais na qualidade de vida no campo e desenvolvimento do meio rural.

A lógica operacionalizada a partir das políticas públicas vistas em campo revela uma perspectiva de reintegração e fortalecimento da produção de alimentos a nível local, propiciando aos agricultores familiares estratégias antes não acessadas de subsídios de produção e comercialização, de modo a estruturar condições que permitirão a comercialização através de outros instrumentos locais e regionais, a exemplo da comercialização de alimentos para o PAA e PNAE via Central de Distribuição de Alimentos. As atuais políticas públicas em vigência nos municípios revelam uma garantia das condições de mantenimento do agricultor familiar no campo, ao que se refere à racionalidade econômica e produtiva e a oportunização de ressignificação das relações internas e externas da lógica familiar, representando um instrumento de “subsídio” da agricultura familiar, com foco no estímulo à produção de alimentos para o consumo local. No entanto, apesar da garantia de acesso a mercado e de pagamento durante o período de funcionamento da proposta, principalmente no que tange ao PAA – por ser esta a política pública mais acessada entre os agricultores familiares entrevistados, os sujeitos sinalizam para a alta dependência que o Programa tem gerado, ainda que esta dependência não se caracterize como a dependência gerada por atravessadores, empresas, indústrias e supermercados. Por sua vez, mesmo dependentes, os agricultores têm reordenado a produção com foco na produção de alimentos, na perspectiva de

restituir a cultura de subsistência antes presente no campo, lutando por buscas de melhorias da valorização dos conhecimentos tradicionais, da reestruturação das condições de vida, da relação com a diversidade da produção, do reconhecimento político, social e econômico no âmbito local e regional e no alcance de uma melhoria na qualidade de vida.

Dentre os principais relatos por parte de homens e mulheres da terra acerca das principais transformações da agricultura familiar, os sujeitos locais envolvidos relatam que antes da década de 1970 a economia agrícola local era boa, mas que os modos de produção eram um tanto quanto sofridos para o agricultor. Após esse período veio uma crise para a agricultura local, com uma queda significativa nos preços e a desvalorização dos principais produtos destinados à comercialização (milho, feijão e mandioca), acarretando no abandono das atividades da lavoura e grande êxodo rural nos municípios por conta do fato. Grande parcela dos agricultores que permaneceram no campo arrendou suas terras para plantações de *Pinus* e Braquiária para o gado, fato que acarretou no empobrecimento e infertilidade do solo. Com isso, intensificaram-se os processos de queimada e inserção de adubos químicos e/ou sintéticos no solo, o que somou para um maior empobrecimento, aceleração de processos de erosão e infertilidade dos solos cultiváveis da região. Nos últimos dez anos, a realidade vem mudando para melhor, segundo os sujeitos locais ligados à agricultura familiar, com a criação das entidades representativas de classe, a utilização de maquinário no campo nas áreas apropriáveis, a facilitação do transporte da mercadoria produzida, a diversificação da produção para subsistência e comercialização e o acesso por parte dos agricultores familiares às políticas públicas e programas de governo tratados no presente estudo. No entanto, há um sentimento presente nos locais de que a agricultura nos municípios está acabando devido ao envelhecimento das pessoas que habitam o campo, permanecendo no meio rural somente os pais e avós, visto que a juventude está migrando para os pólos

urbanos e também por conta dos efeitos que o cultivo do *Pinus* e a extração de minérios irão acarretar ao solo e, consequentemente, à atividade da agricultura futuramente, ao passo que outros atores envolvidos citam a necessidade *de "corrigir os erros do passado"* através da recuperação do solo e utilização do manejo orgânico e agroecológico na cultura de produção.

Como possíveis soluções para tornar boa a realidade da agricultura local foram citadas questões inerente à recuperação das práticas antigas de mutirões (puxirões); a permanência dos programas atuais de governo, o aumento das cotas e criação de novos programas em prol do beneficio do setor, independente da mudança de governo; a ampliação dos canais de mercado, melhoria na logística de comercialização e valorização dos preços dos produtos; o desenvolvimento de agroindústrias locais, para beneficiar e processar os alimentos produzidos localmente; a profissionalização do meio rural através da oferta de capacitação, principalmente para os jovens; o estimulo à produção orgânica e agroecológica e a facilidade de acesso à certificação dos produtos, a melhoria na assistência técnica de produção.

Em suma, a situação em que se expressa a agricultura familiar na atualidade, seja ela em âmbito local, regional ou nacional, é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas. Cabe assim, então, utilizar-se desses "bons ventos" que pairam sobre o discurso da agricultura familiar e direcionar esforços rumo ao alcance do desenvolvimento rural sustentável, holístico e com estratégias sistêmicas que reconduzam o curso alterado da evolução social, cultural, política e ecológica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visível se faz o fato de que o surgimento de políticas públicas voltadas ao setor e o fortalecimento da atividade da agricultura familiar nacional a partir da pressão exercida pelos movimentos sociais tem possibilitado a conquista de novos espaços e novos rumos para o alcance da equidade social dos agricultores familiares e para a geração da melhoria da qualidade de vida dos atores.

Em um país tão fortemente marcado pela visível tradição latifundiária como o Brasil, o acesso à terra, ao crédito, ao mercado e todos os subcomponentes implícitos no processo consistem em iniciativas primordiais para composição do alcance do desenvolvimento para as populações residentes no meio rural.

Cabe ressaltar que o mesmo processo que gerou a exclusão e o abandono do campo por famílias de agricultores de pequena escala, também foi responsável pelo surgimento de uma nova dinâmica no campo, que vem apontando caminhos considerados viáveis como solução para uma permanência digna de homens e mulheres no meio rural. Desde os anos 1990, vem surgindo uma legitimação e proeminência da agricultura familiar que busca nos espaços políticos firmar-se como categoria social estratégica no processo de desenvolvimento rural sustentável e no cenário político que envolve o segmento.

Inquestionável se faz a importância da agricultura familiar e de seu potencial no processo de alcance do desenvolvimento rural e sustentável do meio. Discute-se hoje o seu papel na ocupação e geração de renda nos espaços rurais, assim como a responsabilidade perante a produção de alimentos de qualidade e a racionalização quanto à utilização sustentável dos recursos naturais e manutenção da biodiversidade no campo. Há uma visível perspectiva de fortalecer a agricultura familiar como expressão social, cultural, econômica, política e

ambiental, de modo a rediscutir e redimensionar o atual modelo de desenvolvimento rural.

Assim, casando as informações obtidas empiricamente ao referencial teórico-temático constataram-se as principais contribuições das políticas públicas atuais na visão dos sujeitos e como o panorama atual da agricultura familiar local poderia ser melhorado, sob a ótica do universo de pesquisa enfocado, elucidando desta forma uma visão crítica por parte dos atores envolvidos com a agricultura familiar e as políticas públicas dirigidas à categoria.

Como lacuna de pesquisa, acredita-se que a discussão com os diversos sujeitos envolvidos acerca de uma possível mudança de enfoque na aplicação das políticas públicas em curso pudesse ter sido continuada, de modo a criar condições que alterem o ambiente institucional local e regional, revelando potencialidades e criando assim, de forma conjunta, estratégias que possam vir a ter implicações no desenvolvimento e na definição de políticas públicas e diretrizes de planejamento e gestão ligadas ao desenvolvimento rural sustentável, de forma a organizar os processos político-institucionais ligados à agricultura familiar e sua dinâmica socioprodutiva local e regional. Também como lacuna de pesquisa teve-se o não mapeamento, por insuficiência de dados disponíveis, da distribuição espacial das políticas públicas em curso, seguido da impossibilidade de categorização de acesso através de um mapa ilustrativo que mostrasse a realidade *in loco* dos principais perfis de beneficiários, as comunidades em que estão situados, se são residentes ou não, as principais atividades agropecuárias envolvidas, entre outros, ferramenta que possibilitaria gerar um diagnóstico atual das políticas públicas em curso e até mesmo um prognóstico e/ou cenário ideal baseado nos dados coletados em campo.

Importante se faz citar ainda que, acredita-se que a Central de Distribuição e Processamento de Alimentos - se bem gestionada e dirigida sumariamente por agricultores familiares

organizados sob a forma de modelo baseado nos moldes cooperativos/associativos, funcione como além de um veículo de comercialização e acesso das políticas públicas por parte dos 300 agricultores familiares beneficiados inicialmente, também como uma ferramenta de politização dos agricultores de base familiar, de desenvolvimento de processos culturais de produção orgânica e agroecológica, de acesso a mercados diversos e de produção de alimentos beneficiados e/ou processados, funcionando assim como um negócio viável para mantenimento da atividade da agricultura familiar local e otimização das políticas públicas atualmente em vigência nos municípios.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo _ Rio de Janeiro Campinas: Editora Hucitec. ANPOCS: Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. **Ruralia** Revista da Association des Ruralistes Françaisv.2, n 3, pp. 91-111, março, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos.** vol. 4, n. 2. São Paulo: FIPE, 1994.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **"Para uma Teoria dos Estudos Rurais"** in: VIEIRA, Paulo et al. (org). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil:** subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. p.27-47.

ALMEIDA, Jalcione; In: NAVARRO, Zander. Org. **Reconstruindo a Agricultura:** ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

ALTIERI, Miguel. A. **Agroecologia:** as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, José G.arcia; VIEIRA FILHO, José Eustaquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (Org.). **A agricultura**

brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA/MAPA, 2010.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território:** Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2 p. 123-151, ago. 2006.

BIANCHINI, Valter. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná.** Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Defesa: Curitiba, 2010.

BONNAL, Philippe; KATO, Karina. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. in: **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** v.14. Brasília: IICA, 2011. p. 61 a 82. Série desenvolvimento rural sustentável; Ago. 2011.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Defesa: Florianópolis, 2013.

BRAGA, Brenda. As atuais Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. **A nova cara da pobreza rural:** desafios para as políticas públicas. v.16. Brasília: IICA, 2011. p.441-504, série desenvolvimento sustentável.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável.** Brasília: MDA/SDT, CONDRAF, 2003.

_____.Ministério da Agricultura. PRONAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** (Documento base). Brasília, ago. 1996.

_____.Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Manual operacional do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Brasília, 1996.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual operacional do crédito rural PRONAF**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar.** Brasília, 2014.

BUCCI, Maria Paula Dalari. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva. 2002.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito:** estudo sobre o caipira paulista e as transformações em seu modo de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimennsional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v.3, n.13 Porto Alegre: jul/set 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Sustentabilidade:** base conceptual para uma nova extensão rural. Relatório EMATER/RS, 2001.

CAZELLA, Ademir Antonio. **Agricultura Familiar:** ainda é possível se diferenciar? nº43. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura: agosto 2012.

CASADO, Guzmán G.; GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Introducción a la Agroecología como desarrollo Rural Sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sérgio Pereira. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. in: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** v.14. Brasília: IICA, 2011. p. 89 a 119. Série desenvolvimento rural sustentável: ago. 2011.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.** 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice- Hall, 1984.

EMATER. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Relatório técnico de produção e comercialização agropecuária. Municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu**, 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOX, Jonathan. **Democratic rural development:** leadership accountability in regional peasant organizations. 23 (2). Developmentand Change: 1990.

FREITAS, Alan Ferreira de et al. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: a indução de territorialidades à ação pública. **Perspectivas em Políticas Públicas,** v. 3, n. 6 Belo Horizonte: jul./dez. 2010. p. 27-58.

GARCIA Jr., Afrânio; GRYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. in: S. Miceli (org.). **O que ler em ciências sociais.** São Paulo: ANPOCS, 1999.

GAZOLLA, Márcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas:** uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Setor de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Defesa: Porto Alegre, 2004.

GHIZELINI, André Augusto Michelato. **Atores Sociais, Agricultura Familiar Camponesa e o Espaço Local:** uma análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Defesa: Curitiba, 2010.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural.**vol.45 n.2 Brasília Abr/Jun 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. Org. **Reconstruindo a Agricultura**: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Relatório PRONAF – Resultados da Etapa Paraná**. Rio de Janeiro: Ibase, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2010.**

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Municípios e Regiões. **Caderno 2004**.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Municípios e Regiões. **Diagnóstico Socioeconômico do Território do Ribeira 2007**.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Municípios e Regiões. **Caderno 2011**.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Municípios e Regiões. **Caderno Estatístico Rio Branco do Sul 2013**.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Municípios e Regiões. **Caderno Estatístico Itaperuçu, 2013**.

JESUS, Eli Lino de. **A tecnologia na agricultura alternativa: um desafio**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1987. 11 p. Mimeografado.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu : Agroecológica, 2001.

LAMARCHE, Huges (Coord.) **A Agricultura Familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

LEITE, Sergio Pereira. **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** Série Desenvolvimento Rural Sustentavel, vol. 14. Brasília: IICA, 2011.

LYNN, Laurence E. **Designing Public Policy:** A Casebook on the Role of Policy Analysis. Califórnia: Goodyear, 1980.

MALUF, Renato. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. in: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2001.

MARSDEN, Terry. **New Rural Territories:** regulating the differentiated rural spaces. Journalof Rural Studies. vol. 14, n.1. Elsevier: 1998. p. 107-117.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. (2003) **O Sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: UFRGS.

MARTINS, Rodrigo Constante. Descrição e Prescrição no Desenvolvimento Rural: O território como espaço social reificado. **Ruris.** vol.3. n.1. Março/2009.

MEAD, Lawrence M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**. p.1-4. February: 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992. in: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, Manuel Gonzáles de; GUSMÁN, Sevilla. Uma propuesta de diálogo entre socialismo Y ecología, el neopopulismo ecológico. **Ecología Política**, n.3, p.121-135, 1993.

MOREIRA, Rodrigo Machado. CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Agricultura São Paulo**. v. 51, n. 2, Jul./dez. 2004. p. 37-56.

NAVARRO, Zander. **Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural:** um estudo comparativo em quatro

estados brasileiros (lições e desafios). Relatório ao Banco Mundial, 1999.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, v.16, n. 2, Nov. 2001. p.83‑100.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In SANTOS, B.S., org. **Produzir para Viver:** os caminhos da produção não capitalista. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, v.15, n. 43, Sep/Dec. 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PETRELLI C.V.; Silva, F. **O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados.** Anais XVII Congresso da SOBER, julho/2004. Cuiabá - MT.

PLOEG, Jan. Douwe Van Der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**. Oxford, UK, v. 40, n. 4.Out. 2000. p. 391-408.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas Brasil 2013.**

ROSA, Antônio Vitor. **Agricultura e Meio Ambiente**. São Paulo: Atual, 1998. – Série meio Ambiente.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**. v.22 n.3. Brasília: set./dez. 2007.

SACCO DOS ANJOS, Flavio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SANTOS, Alvori. **Validação de Tecnologias e Processos Alternativos de Gestão da Sustentabilidade do Desenvolvimento em Ambiente Temático Multi-Complexo:** Pobreza, Meio Ambiente, Povos e Comunidades Tradicionais. Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, 2008. Disponível em: <www.deser.org.br>.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MORUZZI, Marques Paulo. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. **Do Território Geográfico à Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural**. Jornadas de Intercambio y Discusión: el desarrollo Rural em su perspectiva institucional y territorial. Universidad de Buenos Aires, CONICET: 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº3. Jul./set. 2010. p. 511-531.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre: 2004, p. 21-50.

SHANIN, Teodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista”. In: HUMPREY, Jhon, et al. **Trabalho e Dominação.** Petrópolis: Vozes, 1980. p. 43-80.

SOUZA, Deodato Miguel de Paula. **Alterações físicas químicas e biológicas provocadas pela cultura de Pinus em alguns solos do Paraná.** Curitiba: SCA UFPR, 1976 (mimeografado).

SOUZA, Paulo Marcelo de. et al. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-Crédito (1999 a 2010): Número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, 2013, p. 237-254.

SOUZA, Rômulo Vinícius C. C. de et al. O acesso às inovações nos sistemas da agricultura familiar tradicional e em assentamentos da reforma agrária. in: **I Encontro da Rede de Estudos Rurais.** Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Thiago Alves de. MIRANDA, Dayana Lilian Rosa. VENTURI, Aline Zeli. MEIRA, Alexandra. Relatório Técnico Território Vale do Ribeira - PR. **Diagnóstico Socioeconômico do município de Rio Branco do Sul** – Programa ReDes de Desenvolvimento Sustentável. Associação Aliança Empreendedora, 2011.

SOUZA, Thiago Alves de. MIRANDA, Dayana Lilian Rosa. VENTURI, Aline Zeli. MEIRA, Alexandra. Relatório Técnico Território Vale do Ribeira - PR. **Diagnóstico Socioeconômico do município de Itaperuçu** – Programa ReDes de Desenvolvimento Sustentável. Associação Aliança Empreendedora, 2011.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Newton José Rodrigues da. **Dinâmicas de Desenvolvimento da Piscicultura e Políticas Públicas no Vale do Ribeira/SP e Alto Vale do Itajaí/SC – Brasil.** Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista e École Nationale Supérieure Agronomique de Rennes. Defesa: São Paulo, 2005.

SOTO, William Héctor Gómez. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. in: BECKER, Dinizar Ferminiano. (org.) **Desenvolvimento sustentável:** necessidade ou possibilidade? 4 ed. Santa Cruz: EDINISC, 2002. 241p.

STECA e FLORES. Lucinéia Cunha, Mariléia Dias. **História do Paraná Do Século XVI à década de 1950.** 3ª ed. Londrina: UEL, 2002.

TERLUIN, Ida Joke. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**. v. 19, p. Oxford: dec. 2003. p.327-344.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **O camponês:** um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. jan./abr.1985. p.13 -78.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural.** Enpublicacion: ¿Una nueva ruralidaden América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso*:* Planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.